



O

DEPARTAMENTO DO ESTADO EM SERVIÇO **NO SÉCULO 21**



AÇÕES GLOBAIS

AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / BUREAU DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS



Agenda de Política Externa: Volume 12, Número 2

| | |
|-----------------------------------|--|
| Redator chefe | George Clack |
| Editor executivo | Richard W. Huckaby |
| Gerente de produção | Christian Larson |
| Assistente de gerente de Produção | Chloe D. Ellis |
| Produtora Web | Janine Perry |
| Editora de cópias | Kathleen Hug |
| Editor de fotografia | Kenneth E. White |
| Ilustração da capa | Tim Brown |
| Especialista em referências | Martin Manning |
| Editores colaboradores | Chandley McDonald Mildred S. Neely |
| Revisora de português | Marília Araújo |
| <hr/> | |
| Conselho editorial | Jeremy F. Curtin Janet E. Garvey Charles N. Silver |

FOTOS DA CAPA: (centro) Presidente George W. Bush conversa com estudante de sexta série na Indonésia [Charles Dharapak/© AP Images]; (no sentido horário à partir do canto superior esquerdo) Karen Hughes, subsecretária de Estado para Diplomacia e Assuntos Públicos (esquerda), Michelle Kwan, enviada da Diplomacia Pública americana (centro) e Condoleezza Rice, secretária de Estado [Janine Sides/Departamento de Estado dos EUA]; Maura Harty, secretária adjunta para Assuntos Consulares, em orfanato de Guangzhou, China [Departamento de Estado dos EUA]; R. Nicholas Burns, subsecretário para Assuntos Políticos [Virginia Mayo/© AP Images]; Henrietta H. Fore, subsecretária para Administração, no American Corner em Salvador, Brasil [Departamento de Estado dos EUA]; e Paula J. Dobriansky, subsecretária para Assuntos Globais, na Universidade George Washington [Departamento de Estado dos EUA]

O Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica cinco revistas eletrônicas com o logo *eJournal USA* — Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões de Democracia, Sociedade e Valores e Agenda de Política Externa — que analisam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, bem como a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições dos EUA.

A cada mês é publicada uma revista nova em inglês, seguida pelas versões em francês, português, espanhol e russo. Algumas edições também são traduzidas para o árabe, o chinês e outros idiomas se necessário.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais, em cujo caso é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

O Bureau de Programas de Informações Internacionais mantém os números atuais e os anteriores em vários formatos eletrônicos, bem como uma relação das próximas revistas em <http://usinfo.state.gov/pub/ejournalusa.html>. Comentários são bem-vindos na embaixada dos EUA em seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, *eJournal USA*
IIP/PUBS
U.S. Department of State
301 4th Street SW
Washington, DC 20547
United States of America
E-mail: eJournalUSA@state.gov

Sobre Esta Edição

Criado em 1790 com pouco menos de 10 funcionários, com o tempo o Departamento de Estado dos EUA transformou-se em uma organização grande e complexa. Hoje, seus mais de 55 mil funcionários trabalham em conjunto para cumprir a missão do departamento: "criar um mundo mais seguro, democrático e próspero em benefício do povo americano e da comunidade internacional".

O departamento está organizado em bureaux "regionais", cada um dos quais está centrado em uma região geográfica específica (África, Leste Asiático e Pacífico, Europa e Eurásia, Oriente Próximo, Centro-Sul da Ásia e Hemisfério Ocidental), e bureaux "funcionais", responsáveis por determinados assuntos em todo o mundo. Os ensaios feitos pelos chefes dos bureaux regionais apresentados na edição de setembro de 2006 da *eJournal USA* descrevem suas perspectivas sobre os objetivos e prioridades da política diplomática dos EUA. Esta publicação fornece um quadro das "ações globais" de alguns dos bureaux funcionais e seu papel na promoção da política americana.

O atual chefe do Departamento de Estado é a 67ª secretária de Estado, Condoleezza Rice. Entre seus predecessores figuram americanos famosos como Thomas Jefferson, James Madison, James Monroe, John Quincy Adams, Henry Clay, Martin Van Buren, Daniel Webster, John C. Calhoun, James Buchanan, William Jennings Bryan, Charles Evans Hughes, Cordell Hull, George C. Marshall, John Foster Dulles, Dean Rusk, Henry Kissinger, Madeleine K. Albright e Colin Powell.

Abaixo da secretária de Estado há o subsecretário de Estado, John Negroponte, e a seguir outros seis subsecretários e o assessor do departamento. O subsecretário para Diplomacia e Assuntos Públicos é responsável pelos Bureaux de Programas de Informações

Internacionais e de Assuntos Educacionais e Culturais e pela Assessoria de Relações Públicas. O subsecretário para Assuntos Políticos é responsável pelos seis bureaux regionais, bem como pelo Bureau de Organizações Internacionais e Bureau de Assuntos Internacionais

de Entorpecentes e Aplicação da Lei, descritos nesta publicação. O subsecretário de Assuntos Econômicos, Energéticos e Agrícolas é responsável pelo Bureau de Assuntos Econômicos, Energéticos e Comerciais. O subsecretário de Administração dirige diversos bureaux ligados à gestão do departamento, três dos quais — Assuntos Consulares, Recursos Humanos e Administração de Imóveis no Exterior — contribuíram com artigos. O subsecretário para Democracia e Assuntos Globais chefia os Bureaux de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho; Oceanos e Assuntos Científicos

e Ambientais Internacionais; e População, Refugiados e Migração; bem como o Escritório de Questões Internacionais da Mulher, o Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas e o representante especial para Pandemia de Gripe e de Gripe Aviária. Os Bureaux de Assuntos Políticos e Militares; Segurança Internacional e Não-Proliferação de Armas; e Verificação, Conformidade e Implementação estão subordinados ao escritório do subsecretário para Controle de Armas e Segurança Internacional.

Dentro do Departamento de Estado existem outros bureaux e escritórios, mas esses são os que apresentaram ensaios descrevendo sua contribuição para a realização das metas diplomáticas do governo dos EUA.

Esperamos que esta edição de *eJournal USA* possa dar aos leitores de todas as partes do mundo uma idéia das operações do Departamento de Estado dos EUA.■

Os editores



Lawrence Jackson/© AP Images

O presidente George W. Bush e o subsecretário de Estado, John Negroponte, no Salão Oval da Casa Branca



Agenda de Política Externa

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / FEVEREIRO DE 2007 / VOLUME 12 / NÚMERO 2

<http://usinfo.state.gov/pub/ejournalusa.html>

O Departamento do Estado em Serviço no Século 21: Ações Globais

DIPLOMACIA E ASSUNTOS PÚBLICOS

4 “Promoção da Paz” – Novo Paradigma para a Diplomacia Pública
KAREN P. HUGHES, SUBSECRETÁRIA DE ESTADO PARA DIPLOMACIA E ASSUNTOS PÚBLICOS

8 Criando Laços
DINA HABIB POWELL, SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA PARA ASSUNTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

11 Uma Nova Arena para Competição de Idéias
JEREMY F. CURTIN, COORDENADOR EM EXERCÍCIO DO BUREAU DE PROGRAMA DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

ADMINISTRAÇÃO

13 A Equipe de Administração do Departamento de Estado
HENRIETTA H. FORE, SUBSECRETÁRIA DE ESTADO PARA ADMINISTRAÇÃO

15 Fronteiras Seguras, Portas Abertas
MAURA HARTY, SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA PARA ASSUNTOS CONSULARES

18 Plataformas para a Diplomacia
BUREAU DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS NO EXTERIOR

21 Funcionários Locais do Serviço de Relações Exteriores: Ponte entre o EUA e o Mundo
BUREAU DE RECURSOS HUMANOS

ASSUNTOS POLÍTICOS

23 Questões de Política Regional e Bilateral
ESCRITÓRIO DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS POLÍTICOS

24 Parceria com Organizações Internacionais
KRISTEN SILVERBERG, SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA PARA ASSUNTOS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

28 Combate ao Crime Internacional
ANNE W. PATTERSON, SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS DE ENTORPECENTES E APLICAÇÃO DA LEI

32 AÇÕES GLOBAIS – GALERIA DE FOTOS

ASSUNTOS ECONÔMICOS, ENERGÉTICOS E AGRÍCOLAS

40 Política Econômica Internacional
ESCRITÓRIO DA SUBSECRETÁRIA DE ESTADO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS, ENERGÉTICOS E AGRÍCOLAS

41 Promoção da Prosperidade Econômica nos EUA e no Mundo
DANIEL S. SULLIVAN, SECRETÁRIO ADJUNTO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS, ENERGÉTICOS E COMERCIAIS

DEMOCRACIA E ASSUNTOS GLOBAIS

45 Transcendendo as Fronteiras Nacionais
PAULA J. DOBRIANSKY, SUBSECRETÁRIA DE ESTADO PARA DEMOCRACIA E ASSUNTOS GLOBAIS

47 Promoção da Democracia no Mundo
BARRY F. LOWENKRON, SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO PARA DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E TRABALHO

50 Levando Ajuda e Esperança ao Mundo Todo
ELLEN R. SAUERBREY, SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA PARA A POPULAÇÃO, REFUGIADOS E MIGRAÇÃO

53 Desafios Globais
CLAUDIA A. McMURRAY, SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA PARA OCEANOS, ASSUNTOS CIENTÍFICOS E AMBIENTAIS

56 2007: O Ano da Abolição
ESCRITÓRIO DE MONITORAMENTO E COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS

59 Promovendo o Empoderamento das Mulheres
ESCRITÓRIO DO COORDENADOR SÊNIOR PARA

QUESTÕES INTERNACIONAIS DA MULHER

62 Pandemia de Gripe Aviária: A Estratégia Internacional do EUA
EMBAIXADOR JOHN E. LANGE, REPRESENTANTE ESPECIAL PARA PANDEMIA DE GRIPE AVIÁRIA

CONTROLE DE ARMAS E SEGURANÇA INTERNACIONAL

65 Fortalecimento da Segurança Nacional
THOMAS CYNKIN, ASSISTENTE EXECUTIVO DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO PARA CONTROLE DE ARMAS E SEGURANÇA INTERNACIONAL

66 Segurança Internacional e Não-Proliferação de Armas
JOHN C. ROOD, SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO PARA A SEGURANÇA INTERNACIONAL E NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS

68 Ajudando Nossos Amigos e Aliados a Atender a Suas Necessidades de Segurança
EMBAIXADOR STEPHEN D. MULL, SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO EM EXERCÍCIO PARA ASSUNTOS POLÍTICO-MILITARES

71 Garantindo Verificação, Conformidade e Implementação
PAULA A. DESUTTER, SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA PARA VERIFICAÇÃO, CONFORMIDADE E IMPLEMENTAÇÃO

“Promoção da Paz” – Novo Paradigma para a Diplomacia Pública

Karen P. Hughes

Subsecretária de Estado para Diplomacia e Assuntos Públicos

Os tempos desafiadores que enfrentamos hoje em todo o mundo exigem novo paradigma pós-Guerra Fria para a diplomacia pública. O modo de as pessoas se comunicarem e acessarem informações no mundo atual está mudando com muita rapidez, por isso nossos esforços diplomáticos estão se ajustando aos novos tempos.

Quando as pessoas falam sobre debate de idéias no século 21, muitas vezes fazem uma comparação com a Guerra Fria. Foi uma época em que os serviços de radiodifusão, como a Voz da América e a Rádio Europa Livre, eram criados para promover os valores democráticos, transmitindo informações e idéias a pessoas que estavam atrás da Cortina de Ferro.

Mas hoje o ambiente das comunicações é radicalmente diferente.

Quando iniciei minha carreira na televisão em meados dos anos 1970 em Dallas-Fort Worth, no Texas, uma de minhas primeiras atribuições como estagiário na estação de TV foi realizar o chamado "encontro", isto é, entrar no carro em Dallas e dirigir até a metade do caminho para Fort Worth pela via expressa para encontrar uma pessoa vinda de carro de Fort Worth, para que o filme pudesse ser entregue em mãos e levado de volta a Fort Worth para processamento das notícias da noite. Em um ano, com a adoção do sistema digital e eletrônico, o "encontro" tornou-se totalmente irrelevante. Quando trabalhei como diretora de comunicações durante a campanha da eleição presidencial de Bush em 2000, não dispunha de um aparelho celular BlackBerry. Em 2004, era difícil imaginar como seria possível participar de uma campanha sem ele.

Portanto, a tecnologia mudou e o cenário político também



Karen P. Hughes

Fernando Vergara/AP Images

mudou. Na Guerra Fria, tentávamos basicamente enviar informações a sociedades altamente fechadas, em que as pessoas eram ávidas por recebê-las. Hoje disputamos platéias em um ambiente repleto de comunicações.

Atualmente os Estados Unidos precisam competir por atenção e credibilidade. Precisamos atingir os netos da geração da Segunda Guerra Mundial e seus filhos também. Às vezes os governos têm dificuldade em adaptar-se a essas mudanças drásticas, mas uma nova arquitetura para a diplomacia pública americana está em contínuo desenvolvimento. A diplomacia pública

de hoje tem de ser rápida, global, multimídia, centrada nas pessoas e fruto de trabalho de equipe, porque todos nós estamos envolvidos na confecção de uma tapeçaria muito complexa que é a imagem dos Estados Unidos no mundo.

Gosto de descrever esse novo paradigma diplomático como "promoção da paz" — aproximar-se do resto do mundo com espírito de respeito e parceria.

Três imperativos estratégicos

Três imperativos estratégicos orientam todos os nossos programas de diplomacia pública:

Primeiro, os Estados Unidos devem continuar a oferecer às pessoas do mundo inteiro uma visão positiva da esperança arraigada nos nossos valores mais profundos, nossa crença na liberdade, na justiça, nas oportunidades e no respeito por todos. Assisti a uma entrevista de um jovem marroquino a quem perguntaram: "O que passa na sua mente quando pensa nos Estados Unidos?" Ele disse: "Para mim, os Estados Unidos



Janine Sides/Departamento de Estado dos EUA

Em outubro de 2006, a subsecretária de Estado para Diplomacia Pública e Assuntos Públicos, Karen Hughes, interage com devotos após festa religiosa do Eid-ul-Fitr patrocinada pela Sociedade Muçulmana da Área de Dulles (ADAMS) em Fairfax, Virgínia

representam a esperança de uma vida melhor". Nosso país deve continuar a ser esse farol de esperança.

Nosso segundo imperativo estratégico é isolar e marginalizar os extremistas violentos que ameaçam o mundo civilizado e enfrentar sua ideologia de tirania e ódio. Temos de minar seus esforços de mostrar o Ocidente como contrário ao Islã, pois isso simplesmente não é verdade. O Islã, como religião mundial, é também parte do Ocidente e é uma parte igualmente importante dos Estados Unidos. Como autoridade do governo, represento aproximadamente 7 milhões de muçulmanos americanos que vivem, trabalham e praticam seu culto livremente neste grande país. Uma das coisas que procuro fazer é valorizar suas vozes e demonstrar respeito pela cultura e contribuição muçulmanas. Se desejamos melhorar uma relação, em muitos casos o fator mais importante é mostrar que respeitamos as contribuições e culturas dos outros. Por isso passei muito tempo como subsecretária buscando uma aproximação com os muçulmanos dos Estados Unidos, por acreditar que eles podem ser um importante elo de contato com as comunidades muçulmanas do mundo. Estamos também incentivando mais diálogo entre as crenças. É de importância vital reunir pessoas de diferentes credos para estimular o diálogo e a compreensão. No Departamento de Estado, sediamos diversos programas reunindo pessoas de diferentes credos para conversar sobre pontos comuns, para conversar sobre suas crenças e compartilhá-las com os nossos funcionários que irão trabalhar no mundo inteiro.

Nosso terceiro imperativo estratégico é fomentar um sentimento de interesses e valores comuns entre americanos e pessoas de diferentes países e culturas do mundo inteiro.

É o que estamos tentando fazer com a diplomacia pública — alimentar o sentimento de que os americanos e as pessoas de outros países, culturas e credos têm muito mais em comum do que questões que nos separam.

O escopo da ajuda externa

A diplomacia pública dos EUA implica ajudar o mundo inteiro.

Ela tanto procura fornecer livros escritos em árabe para crianças da Jordânia quanto transmitir notícias. Tanto procura conversar com cidadãos nas salas de bate-papo da internet quanto com líderes em altos postos. Procura levar muito mais estudantes aos Estados Unidos e habilitar as mulheres do Oriente Médio a dirigir seu próprio negócio. Procura fornecer cirurgias salvadoras a vítimas do tsunami do Sudeste Asiático em navios-hospitais americanos.

Nosso país vem expandindo seu alcance de diversas maneiras, porém essa expansão tem sido tão gradativa e ocorre em tantos lugares que ainda não é identificada como o paradigma pós-Guerra Fria que é na realidade. Poucos, no mundo todo, sabem que esse alcance em tão grande escala — a "diplomacia das ações" — está sendo executado pelos Estados Unidos nos mais remotos confins do mundo.

No mundo todo, os Estados Unidos alimentam os pobres, educam os analfabetos, cuidam dos enfermos e respondem a desastres. Nosso país participa de tantos projetos diferentes de desenvolvimento, na realidade, que com frequência não recebe o devido crédito por eles.

Embora seja compreensível que as atenções de todo o mundo estejam voltadas para a necessidade premente de resolver o conflito no Iraque, é igualmente importante lembrar às pessoas do mundo inteiro que os Estados Unidos também se dedicam à "promoção da paz" no mundo. A diplomacia das ações está no cerne dessa iniciativa.

O que fazemos como país é tão importante como o que dizemos. Nossa diplomacia de ações envia a mensagem de que o povo americano se preocupa muito com o bem-estar das pessoas de outras terras. Os americanos tratam de ajudar os necessitados por causa do que somos e daquilo em que acreditamos. Nos envolvemos com os outros por causa de nossa convicção de que todos são iguais e que cada pessoa tem seu valor.

A solidariedade americana alcança hoje o mundo inteiro como jamais ocorreu antes:

Os Estados Unidos são, de longe, o maior doador para a devastada região de Darfur, fornecendo mais da metade da ajuda alimentar de emergência.

Os Estados Unidos são o maior doador bilateral para o povo palestino, responsáveis pela ajuda financeira de US\$ 234 milhões em 2006 por meio de organizações não-governamentais (ONGs).

Os americanos foram os maiores provedores de ajuda aos muçulmanos atingidos pelo tsunami na Indonésia e pelo terremoto no Paquistão.

Os Estados Unidos lideram o mundo no apoio à luta contra a Aids, contribuindo com mais da metade de todos os financiamentos bilaterais globais contra o HIV/Aids.

Somos o maior doador do Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas, fornecendo US \$4,83 bilhões em ajuda alimentar desde 2003.

A Corporação Desafio do Milênio aprovou quase US\$ 3 bilhões para reduzir a pobreza ao apoiar o crescimento econômico sustentável em 25 dos países mais pobres do mundo.

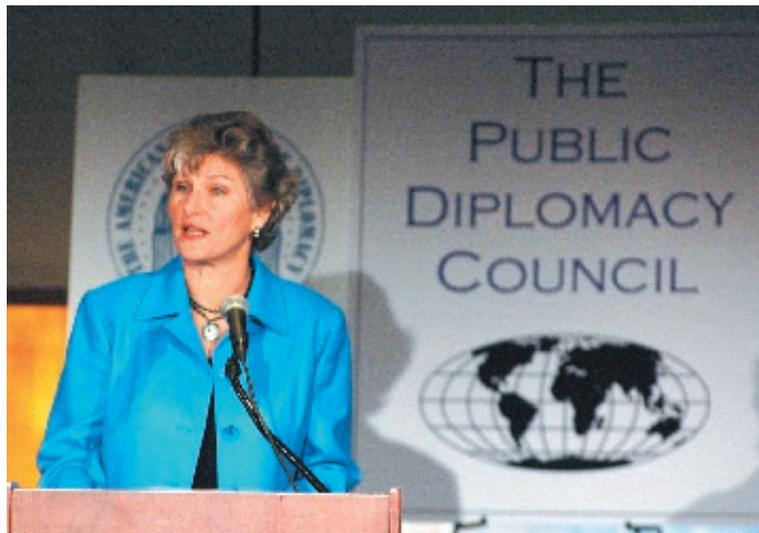
Os programas de intercâmbio de pessoas promovem os valores americanos de modo concreto, relacionado diretamente com pessoas de qualquer nacionalidade ou religião. Conversei com as mulheres participantes do nosso programa de alfabetização no Marrocos, e elas mostraram-se gratas pelo fato de que, pela primeira vez na vida, agora podem enviar uma carta, ler a lição de casa dos filhos e ler as etiquetas dos alimentos da família.

Esses testemunhos podem não se encaixar na imagem tradicional do que conhecemos como arte de governar, mas a realidade do mundo atual exige que a diplomacia moderna apresente uma face mais humana. Nossos diplomatas atuais têm de pensar em conquistar não apenas autoridades governamentais como também as pessoas por quem esses líderes são, em última análise, responsáveis.

Estamos, portanto, prestando diferentes formas de ajuda e em nível mais pessoal. A nova ênfase está centrada em programas que beneficiam diretamente os indivíduos, tais como microempréstimos para ajudar as mulheres a abrir pequenas empresas e acampamentos de verão para ajudar os jovens a aprender inglês.

O novo modelo de diplomacia

O novo modelo de diplomacia exigirá que as embaixadas tenham um campo de ação mais flexível, equilibrando a necessidade de segurança com a acessibilidade pública a coisas



Janine Sides/Departamento de Estado dos EUA
Subsecretária Karen Hughes discursa no Conselho de Diplomacia Pública na Universidade George Washington, em outubro de 2005

como programas de informação.

Isso já está acontecendo a partir dos Postos de Presença Americana, que são escritórios em cidades secundárias nos maiores países, tendo como principal papel a ajuda social. Estamos também criando mais American Corners, constituídos basicamente por salas de leitura, geralmente em bibliotecas públicas. Cada vez mais, estamos utilizando tecnologia para chegar às pessoas:

As páginas da internet visam regiões específicas.

Bate-papos on-line com autoridades dos EUA explicam os regulamentos para obtenção de visto ou questões políticas.

Mensagens de texto por celular estão sendo enviadas a ex-bolsistas de programas de intercâmbio ou a jornalistas.

Podcasts trazem vídeos de discursos e projetos do mundo inteiro.

É imperativo atingir os jovens por meio de sua mídia preferida antes que eles criem suas defesas. Por isso estamos colocando câmeras de TV nas mãos dos estudantes de intercâmbio, para que sua experiência possa tornar-se parte do fenômeno YouTube.

Programas de intercâmbio

Os programas de intercâmbio têm sido nossa ferramenta mais eficaz de diplomacia pública nos últimos 50 anos. Todos os que já participaram de um programa de intercâmbio dizem que sua vida mudou para sempre. Existe forma melhor de contar a história dos Estados Unidos do que trazer jovens para cá e deixá-los ver a vida americana por conta própria? Estamos diversificando os

programas de intercâmbio e usando de agressividade para recrutar mais estudantes estrangeiros para estudar nos Estados Unidos, de modo que possam vivenciar o país por si mesmos e formar sua própria opinião.

Estamos também revitalizando programas culturais, outro modo eficaz de comunicar nossos valores. Os fundos para a diplomacia cultural mais do que triplicaram desde 2001.

Além de exposições de arte, recitais e palestras literárias, estamos usando a diplomacia cultural de novas maneiras — nosso escritório de relações públicas do Nepal associou-se a ONGs para apresentar um concerto de rock junto com importante campanha para registro de eleitores jovens, denominada "Rock the Vote".

Por acreditarmos que a liberdade de expressão é parte essencial de uma sociedade interligada e tolerante, estamos nos associando a escolas de jornalismo e ao Instituto Aspen para fornecer treinamento profissional a jornalistas do mundo inteiro.

Estamos nos concentrando mais na diplomacia pública em áreas que atingem mais diretamente a vida das pessoas, em especial a de educação e saúde.

Atualmente nossos programas educacionais variam de bolsas de estudo para treinamento de professores do Oriente Médio a acampamentos de língua inglesa para jovens na Rússia. Fornecemos treinamento lingüístico em cerca de 90 países, sendo esse com frequência o primeiro passo para o entendimento mútuo.

Ajudar com assistência médica solidária é um dos modos mais eficazes de demonstrar a boa vontade americana. Com a Iniciativa de Combate à Malária do presidente, por exemplo, 15 dos países africanos mais atingidos receberão uma infusão de conhecimento e US\$ 1,5 bilhão para prevenir a doença.

Ajudar e valorizar a mulher é outra forma pela qual o novo tipo de diplomacia pública difere de gerações anteriores. Promover a educação das mulheres e meninas será essencial para o desenvolvimento da democracia — mulheres alfabetizadas podem tomar suas próprias decisões, administrar suas próprias empresas e manter suas famílias mais saudáveis.

É por isso que estamos aumentando o número de bolsas de estudo para meninas na África, as aulas de alfabetização para mulheres no Oriente Médio e na América Latina e os programas de microdoações para mulheres em todo o mundo.

Cidadãos emissários

Cada vez mais, nossos cidadãos estão se tornando nossos emissários.

Já enviamos diversas delegações de muçulmanos americanos como emissários ao Oriente Médio. Esse programa surgiu de conversa minha com uma mulher da Turquia que se sentia isolada em sua comunidade muçulmana na Alemanha. Perguntei-lhe se poderia visitar sua comunidade e conhecer as pessoas de lá. Ela respondeu, secamente, "não". "Não estamos interessados em encontrar pessoas do nosso próprio governo", declarou. "Por que quereríamos nos encontrar com as do seu?" Perguntei então "Eu poderia mandar alguns cidadãos americanos muçulmanos?" Ela anuiu e disse "sim", isso seria ótimo. Com base nisso, lançamos recentemente um programa de "diálogo com cidadãos", enviando muçulmanos americanos para ajudar comunidades islâmicas e criar um diálogo. As pessoas no exterior precisam ouvir a voz dos muçulmanos americanos — e nós, americanos, precisamos receber em troca vozes de outras culturas e de outras pessoas.

A diplomacia pública do futuro e a embaixada do futuro devem concentrar-se nas pessoas. Como disse o ex-diretor da Agência de Informações dos Estados Unidos, Edward R. Murrow, a parte mais importante da diplomacia pública são essas três últimas bases. Em geral, é esse contato de pessoa a pessoa que mais conta.

A questão é envolver-se com as pessoas de forma mais pessoal e explicar nossas políticas pessoalmente. Como declarou a secretária Rice, nossa meta deve ser a de manter um diálogo com o mundo, não um monólogo.■

<http://www.state.gov/r/>

Criando Laços

Dina Habib Powell

Secretária de Estado adjunta para Assuntos Educacionais e Culturais



Dina Habib Powell

Departamento de Estado dos EUA

Os intercâmbios de pessoas, tais como os patrocinados pelo Bureau de Assuntos Educacionais e Culturais (ECA), são componente essencial da nossa estratégia de segurança nacional e talvez nosso ativo mais valioso em termos de diplomacia

pública. Muitos participantes desses intercâmbios relatam que "mudaram para sempre" como resultado da convivência direta com o povo americano. Levando em conta que mais de 230 chefes de Estado e de governo antigos e atuais são ex-bolsistas de programas do ECA, o Departamento de Estado tem uma grande oportunidade de chegar aos futuros líderes por meio dos intercâmbios, deixando-os vivenciar os valores democráticos presentes no nosso pensamento e na nossa sociedade.

Estabelecemos como prioridade a participação de comunidades insuficientemente representadas no passado, sejam elas de jovens ou formadores de jovens — mulheres, professores, líderes religiosos e figuras da mídia.

Educação

Em recente reunião no Cairo com ex-bolsistas de programas de intercâmbio, funcionários da embaixada e participantes do programa, anunciamos uma nova Iniciativa de Intercâmbio de Bolsas de Estudo das Faculdades Comunitárias. Resultado de uma parceria entre o Departamento de Estado e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, esse programa levará aos EUA mil alunos egípcios de escolas técnicas e

um número significativo de professores e administradores. Os alunos receberão treinamento com vistas à obtenção de certificados profissionais e cursos superiores de curta duração em computação e outras áreas de estudo, permitindo aos Estados Unidos apoiar e ajudar os jovens egípcios a elevar a auto-estima por meio do desenvolvimento de habilidades para entrar na força de trabalho do seu país.

No Cairo, também tive a oportunidade de visitar alguns adolescentes entre 12 e 15 anos, beneficiários do nosso programa de Microbolsas de Acesso ao Inglês. Essa iniciativa é o pilar de nossa promessa de ajudar os jovens que vivem à margem da sociedade. As meninas e os meninos que recebem essa Microbolsa de Acesso para o estudo de inglês não só disporão de importante ferramenta econômica e de comunicação, mas também encontrarão um sentido de esperança e autoconfiança para se candidatarem aos nossos programas de intercâmbio e se tornarem futuros líderes de suas sociedades. Neste ano, mais de 10 mil estudantes se beneficiarão do programa de Acesso.

Os programas das Faculdades Comunitárias e de Acesso são apenas dois componentes de uma estratégia muito mais ampla para ligar a educação internacional ao interesse nacional dos Estados Unidos. Em janeiro de 2006, a secretária de Estado, Condoleezza Rice, e a secretária de Educação, Margaret Spellings, foram co-anfitriãs de uma cúpula com líderes do ensino superior dos EUA para impulsionar uma parceria com vistas ao fortalecimento da educação internacional. A cúpula iniciou um amplo diálogo sobre a necessidade de o governo americano trabalhar em colaboração com o setor não-governamental a respeito do futuro do ensino superior dos EUA na arena global.

Com esse objetivo, lançamos o primeiro Prêmio Internacional Fulbright de Ciência e Tecnologia, que levará os estudantes mais talentosos a fazer doutorado nos Estados Unidos nas áreas de ciência e tecnologia. O programa foi projetado para servir de exemplo da liderança dos EUA em ciência e tecnologia e para demonstrar que os Estados Unidos

continuam a acolher os estudantes de outros países nesses campos.

Eu e a secretária de Educação, Margaret Spellings, lideramos uma delegação de 12 reitores de universidades americanas para uma temporada de trabalho na China, Japão e Coreia. Nossa meta era destacar os Estados Unidos como destino de escolha para estudantes estrangeiros talentosos e reafirmar o desejo do governo dos EUA e das faculdades e universidades americanas de colaborar com nossos colegas no exterior. Outras delegações de alto nível estão sendo programadas para nossos principais mercados ao redor do mundo.

A secretária Rice enfatizou que é por meio do diálogo, não do monólogo, que os Estados Unidos são mais bem compreendidos. Esse assunto é perfeitamente adequado à missão do Bureau de Assuntos Educacionais e Culturais, no qual o entendimento mútuo é a base de tudo que fazemos. E em nossa programação, não podemos nunca ignorar a necessidade de educar os cidadãos americanos por meio de programas de intercâmbio.

O presidente Bush, que assistiu à abertura da Cúpula de Reitores de Universidades, reafirmou com clareza nosso mandato e a necessidade de servir a nossos cidadãos quando anunciou a Iniciativa de Aprendizagem de Idiomas para a Segurança Nacional (NSLI) na reunião de cúpula. A NSLI é uma iniciativa internacional dos Departamentos de Estado, Educação e Defesa e o Escritório do Diretor de Inteligência Nacional destinada a aumentar o número de americanos que aprendem línguas estrangeiras para as quais haja uma necessidade premente.

Esses cursos — alguns patrocinados pelos Programas Acadêmicos e outros pelo Intercâmbio para Jovens — foram realizados em países como Jordânia, Tunísia, Iêmen, Egito, Turquia, China, Bangladesh e Índia (para hindí e urdu).

Esportes, cultura e arte

Também reconhecemos o importante papel desempenhado pelo esporte, pela cultura e pela arte na união dos povos. A arte e o esporte criam um entendimento comum que transcende idiomas e fronteiras.

A primeira-dama Laura Bush ajudou a lançar a Iniciativa Cultural Global (GCI) do ECA em setembro de 2006. A GCI é destinada a ampliar a capacidade do departamento nas artes visuais e cênicas por meio de colaboração com o setor privado. Nossas parcerias iniciais incluem o Centro Kennedy, o Instituto Americano de Cinema e Fundações Nacionais para as Artes e Humanidades.

A secretária Rice também nomeou a patinadora olímpica e campeã dos EUA, Michelle Kwan, como nossa primeira enviada americana da Diplomacia Pública. A história de Michelle revitaliza os valores americanos. Ela realizou recentemente sua primeira viagem à China.

Michelle também representa a força da mulher americana e, pelo exemplo, o potencial de todas as mulheres — em especial as que vivem em situação de opressão — de realizar seus sonhos. Acredito muito, como imigrante que sou, no poder do sonho americano para encorajar os indivíduos dos quatro cantos do mundo a desenvolver todo o seu potencial.

Mulheres

Isso explica porque dei grande prioridade à criação de programas para capacitar mulheres em todo lugar. Sabemos que a educação e inclusão da mulher em todo o espectro social é a única forma de prosperidade para a sociedade moderna.

Estamos trabalhando para capacitar a mulher por meio do Programa Internacional de Intercâmbio Feminino do Departamento de Estado/Fortune 500, parceria público-privada que dará oportunidade a jovens líderes empresariais de todo o mundo de trocar idéias com algumas de nossas altas executivas. Só no ano passado, as diretoras executivas da Xerox, Avon e Time Inc., e a vice-presidente da Microsoft, participaram dessa iniciativa bem-sucedida.

Jornalistas

Ao contrário das líderes empresariais femininas, os jornalistas vêm participando há muitos anos dos programas de intercâmbio do ECA. No entanto, só passamos a considerar jornalistas como comunidade global única, em termos de programas, a partir do ano passado. Criamos outra parceria público-privada para essa finalidade e demos ao programa o nome do jornalista americano e antigo diretor da Agência de Informações dos EUA, Edward R. Murrow. Procedemos dessa forma porque seu nome é sinônimo de integridade jornalística.

Cerca de 140 jornalistas de todas as regiões do mundo participaram da maior reunião de intercâmbio profissional já organizada. Sete escolas americanas de jornalismo colocaram seus conhecimentos, recursos e instalações à disposição dos participantes durante o programa de três semanas. Eles interagiram com colegas e também com estudantes e professores americanos de jornalismo.



Hasan Sarbakhshian/© AP Images

Van Stokes (esquerda), chefe da equipe de luta livre "free style" que foi enviada ao Irã pelo Bureau de Assuntos Educacionais e Culturais, e um iraniano não identificado assistem à partida entre o lutador americano, Zach Roberson (de vermelho), e o iraniano Mehdi Rahimi durante torneio em janeiro de 2007, em Bandar Abbas, no Irã

No encerramento do simpósio, um dos participantes me fez uma observação interessante. Vários deles haviam criticado o governo Bush. Ele me perguntou, com ar de total incredulidade, como permitíamos a alguém fazer esse tipo de crítica nas instalações do governo diante de convidados de fora. Eu respondi: "Chamamos a isso liberdade de expressão". Essa lição, repetida de várias maneiras ao longo do tempo, é simplesmente essencial para a defesa e, de fato, para o crescimento da liberdade e da democracia em todo o mundo.

Os intercâmbios servem para construir relações capazes de mudar atitudes e abrir mentes.

Irã

Poucas relações são mais delicadas e mais cruciais para os Estados Unidos do que as relações com o Irã. A secretária Rice pediu que o ECA exercesse um papel vital, e estamos fazendo isso.

Em novembro de 2006, o Escritório de Visitantes Internacionais do ECA recebeu o primeiro grupo de visitantes iranianos desde 1979 no programa de

intercâmbio médico de três semanas. Dezesesseis médicos do Irã participaram de um simpósio sobre doenças cardiovasculares, cancerígenas e infecciosas co-patrocinado pelo Instituto Aspen e pelo Departamento de Estado. Esse programa foi um grande sucesso — dentro de uma longa tradição de utilização bem-sucedida de intercâmbios para criar laços, os quais eram escassos ou não existiam.

Os iranianos chegaram aos Estados Unidos cheios de apreensão e de informações equivocadas, mas regressaram ao seu país muito mais bem informados sobre a sociedade, a cultura, as instituições e a assistência médica dos EUA. Um jovem médico

explicou que a viagem propiciou o reencontro com seus "irmãos e irmãs americanos após uma separação maior do que deveria ter sido".

Atualmente temos oito Assistentes de Ensino de Língua Estrangeira do Irã ajudando jovens dos EUA a entender melhor a língua e a cultura do povo iraniano. Nossa meta é ampliar esse programa o máximo possível em parceria com universidades daquele país.

Trabalhamos ainda em vários outros programas de intercâmbio com o Irã para 2007, incluindo o de Luta Livre entre os EUA e a Federação Iraniana de Luta Livre.

A coisa maravilhosa sobre criação de laços, e os programas de intercâmbio são exatamente isso, é que se pode atuar em ambas as direções. Assim, todos nós nos beneficiaremos da mudança positiva a ser fomentada pela diplomacia pública por meio de programas de intercâmbio de pessoas. ■

<http://exchanges.state.gov/>

Uma Nova Arena para a Competição de Idéias

Jeremy F. Curtin

Coordenador em exercício do Bureau de Programas de Informações Internacionais



Jeremy F. Curtin

Departamento de Estado dos EUA

“Assim como nossas instituições diplomáticas devem se adaptar para que possamos nos comunicar com os outros, também precisamos de uma abordagem diferente e mais abrangente aos esforços de informação pública para que outros povos possam conhecer e compreender os Estados Unidos. A guerra contra o terror não é um choque de civilizações, mas uma luta de idéias, e essa é uma área onde os Estados Unidos devem se sobressair.” Presidente George W. Bush, 2003

Depois de 11 de setembro de 2001, os programas informativos da diplomacia pública dos EUA enfrentaram um desafio premente e intenso – refutar a mensagem de extremismo ideológico que, para surpresa de muitos ocidentais, encontrou respaldo em muita gente do Oriente Médio e outros lugares. Enfrentamos esse desafio num campo de batalha de idéias, moldado por tecnologias que não existiam nas lutas ideológicas da Guerra Fria. As novas tecnologias — especialmente a televisão via satélite e a internet — globalizaram o ciclo de notícias 24 horas por dia e criaram um ambiente informativo muito complexo e dinâmico, no qual ser ouvido e compreendido é muito mais difícil do que no passado. Sob a direção da subsecretária Karen Hughes e trabalhando com outros funcionários do Departamento de Estado e da comunidade interagências, nós do Bureau de Programas de Informações Internacionais (IIP) acrescentamos o ciberespaço

à nossa missão tradicional de divulgar informações, o que pode ser exemplificado pelo Programa de Palestras dos EUA, por publicações impressas e pelo site USINFO do nosso bureau, uma plataforma relativamente nova de informações.

O IIP está encontrando seu caminho nesta nova arena, desenvolvendo capacidade para o diálogo internacional em webchats, transmissão pela web e blogues, e explorando se esses fenômenos recentes, tais como o mundo virtual do Second Life, prometem envolver o público estrangeiro em questões de política, sociedade e valores. Nossa iniciativa mais importante no ciberespaço é a Equipe de Apoio Digital do IIP, uma unidade ainda pequena de funcionários do Serviço de Relações Exteriores, especialistas em língua árabe e analistas, que monitoram os blogues e fóruns de discussões em árabe, oferecendo a perspectiva americana — em árabe — em assuntos sensíveis como Iraque, Irã, terrorismo e o processo de paz do Oriente Médio.

Uma voz contra as distorções

A Equipe de Apoio Digital oferece uma voz contra as



Departamento de Estado dos EUA

Jornalistas em Lahore, Paquistão, participam de webchat relativo à eJournal USA de setembro de 2006, "Reconstrução e Recuperação: Cinco anos após o 11/9", patrocinado pelo IIP

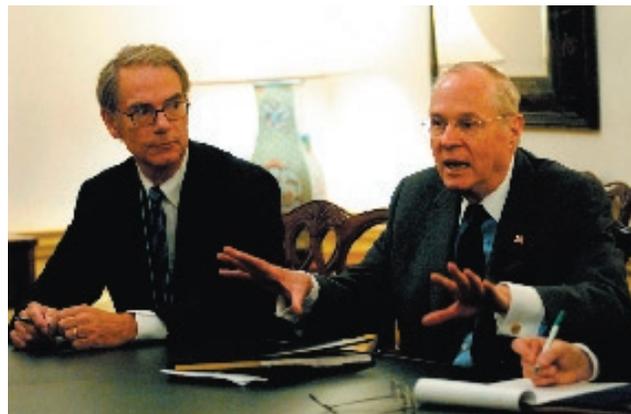
distorções e mentiras que tanto caracterizam as grandes discussões árabes na internet. A característica que define a equipe é que ela procura gerar diálogo, empregando uma voz informal e crível, que fala com conhecimento. A credibilidade é a chave, um objetivo essencial, mas extremamente difícil de conseguir na internet. Em diplomacia pública, falamos em levar a mensagem até "o último metro", na construção de Edward R. Murow, a distância final transposta por meio de contatos pessoais e relacionamentos de confiança construídos entre nossos diplomatas e seus interlocutores em campo, "uma pessoa falando com outra". No ciberespaço, precisamos encontrar outros meios de conexão, de modo que o ponto de vista americano esteja pelo menos presente nas conversas.

A Equipe de Apoio Digital é a primeira grande tentativa do IIP de conectar-se ao novo ambiente global da informação, caracterizado pela velocidade e uma tremenda cacofonia de vozes, sérias e tolas, importantes e triviais, que competem pela atenção do público. Planejamos expandir a capacidade da Equipe de Apoio Digital e desenvolver novos mecanismos, entre os quais um centro de informações contraterrorismo, para monitorar, analisar e utilizar a internet e outras mídias com abrangência e velocidade superiores às que podemos atingir atualmente.

Ainda transpondo o último metro

Embora o IIP tenha enfocado, com urgência redobrada, o desafio das novas tecnologias na área da diplomacia pública, não abandonamos nossos programas tradicionais. Apesar da importância da internet e do apoio eletrônico em muitos lugares do mundo — incluindo o Oriente Médio, onde as estatísticas de baixa penetração da internet podem indicar o contrário —, boa parte do mundo está longe de estar conectada, como podem confirmar nossos assessores de relações públicas que servem nessas áreas. Em muitos países, até mesmo alguns de importância crucial na luta ideológica, o último metro ainda pode ser literalmente transposto quando um funcionário ou um empregado do Serviço de Relações Exteriores do país anfitrião atravessa a rua e entrega ao editor do jornal o texto de um discurso ou um informativo sobre uma iniciativa americana.

O IIP continua a apoiar nossos colegas em áreas onde a tecnologia ainda deve ser desenvolver. Estamos reforçando programas importantes como o Programa de Palestras dos EUA — com uma nova Iniciativa de Palestras Estratégicas —, a publicação eletrônica *eJournal USA* sobre as prioridades da política atual, publicações impressas e até mesmo a admirável exposição de cartazes, todos meios de disseminar informações que, como sabemos, continuam sendo de extremo valor para muitas embaixadas. Estamos reformulando e melhorando nosso principal site público, o USINFO, ferramenta de alcance



Janine Sides/Departamento de Estado dos EUA

Coordenador em exercício do Bureau de Programas de Informações Internacionais (IIP), Jeremy Curtin, ouve o juiz da Suprema Corte Anthony M. Kennedy em setembro de 2006

global e fonte de informações para as embaixadas. E estamos desenvolvendo nosso site interno, o Infocentral, que embaixadas e comandos militares americanos no exterior consultam cada vez mais para obter subsídios políticos e mensagens importantes para divulgar suas próprias informações.

O IIP está se adaptando aos desafios tecnológicos e políticos do ambiente informativo do século 21 e do mundo pós 11/09. Durante a Guerra Fria, a Voz da América e algumas outras estações de rádio ocidentais com transmissão por ondas curtas podiam dominar o fluxo de informações para a Europa Oriental e a União Soviética. Mesmo durante a primeira Guerra do Golfo, em 1990-91, se alguém no Oriente Médio quisesse uma visão dos fatos diferente daquela oferecida pelos meios de comunicação estatais locais, sintonizava a CNN ou algumas poucas emissoras internacionais em inglês. Hoje, esse mesmo público tem uma infinidade de fontes de informação, em particular a TV via satélite e a internet, que oferecem uma infinidade de opiniões, fatos e informações descontraídas em árabe e diversas outras línguas. A competição de idéias nunca foi tão feroz e acirrada. Nessa competição, os Estados Unidos precisam usar todos os instrumentos de diplomacia pública de que dispõem, dos intercâmbios educacionais e profissionais às transmissões diretas de rádio e televisão. A disseminação da informação, cada vez mais pelos canais de alta tecnologia, é um instrumento fundamental da diplomacia pública. O IIP comprometeu-se a assegurar que as tecnologias mais recentes sejam utilizadas ao máximo, atendendo às prioridades de nossa política externa e aos nossos interesses nacionais em todas as partes do mundo. ■

<http://usinfo.state.gov>

A Equipe de Administração do Departamento de Estado

Henrietta H. Fore
Subsecretária de Estado para Administração

Minhas responsabilidades no Departamento de Estado abrangem pessoal, segurança, recursos, instalações e tecnologia, bem como nosso programa de assuntos consulares. O último inclui a função do departamento mais conhecida de vocês — a emissão de vistos. Os bureaux e escritórios dessa equipe de administração que se reportam a mim têm em conjunto um orçamento de US\$ 3,6 bilhões e 7.200 funcionários que trabalham em tempo integral e dezenas de milhares de contratados.

Nossa equipe de administração fornece a plataforma diplomática para mais de 70 mil funcionários americanos e estrangeiros de mais de 40 órgãos governamentais em cerca de 260 embaixadas, consulados e missões americanas no mundo todo. Somos uma empresa global com a meta de proporcionar serviços de padrão internacional 24/7/365. Estamos contentes porque o Departamento de Estado recentemente se tornou o segundo dos 26 maiores órgãos governamentais dos EUA a alcançar o melhor desempenho geral em todas as iniciativas da Agenda de Governo do presidente, com sua estratégia para melhorar a administração e o desempenho de nosso governo.

Os ministros das Relações Exteriores de todos os países têm as mesmas funções administrativas pelas quais sou responsável no Departamento de Estado dos EUA. E, como nós, muitos ministros estão procurando modos de ser mais eficientes, eficazes e visar o cliente na prestação de serviços administrativos — mediante reformas como serviços compartilhados, regionalização, centralização ou plataforma de administração padronizada. Discuti essas questões com vários embaixadores estrangeiros em serviço aqui em Washington.



Henrietta H. Fore

Departamento de Estado dos EUA

Três bureaux

Os três ensaios seguintes — sobre o Bureau de Assuntos Consulares, o Bureau de Recursos Humanos e o Bureau de Administração de Imóveis no Exterior — representam somente uma parte do trabalho da família da administração. Além da função relacionada com os vistos, mencionada no ensaio sobre o Bureau de Assuntos Consulares, esse último também é responsável pela emissão de passaportes a cidadãos americanos e pelo apoio dado a eles no mundo todo.

No texto sobre Recursos Humanos, vocês lerão sobre nossos dedicados funcionários locais. Pode não ser do conhecimento de vocês que mais de 40 mil cidadãos locais são empregados diretamente pelo governo dos EUA em todo o mundo e que outros milhares trabalham como contratados, inclusive como guardas de segurança, em nossas embaixadas e consulados. Além disso, estamos tentando descobrir como aumentar as responsabilidades de nossos funcionários locais e assim melhorar nossa parceria. O Bureau de Recursos Humanos também é responsável pelos funcionários americanos dos Serviços Público e de Relações Exteriores e pelo apoio aos familiares dos cidadãos americanos que servem em outros países.

O artigo sobre Administração de Imóveis no Exterior explica nosso programa dinâmico de construção de embaixadas modernas e seguras para substituir muitos prédios antigos; manutenção, conserto e reforma de instalações já existentes; e, no geral, administração de mais de 12 mil propriedades no mundo todo.



Departamento de Estado dos EUA

A subsecretária para Administração, Henrietta Fore (à direita), inaugurou o centro Benjamin Franklin (do programa American Corners) em Salvador, Brasil, em 27 de outubro de 2006. O programa American Corners dá oportunidade de aprender sobre os Estados Unidos

Outros bureaux e escritórios

Outros bureaux e escritórios da equipe de administração são: os Bureaux de Administração, Segurança Diplomática, Gestão de Recursos de Informação e Gestão de Recursos, bem como o Instituto de Serviço Exterior e os Escritórios de Direitos Cívicos, de Política Administrativa, de Serviços Médicos e de Redimensionamento. Quero explicar rapidamente o foco de alguns desses outros bureaux.

O Bureau de Administração realiza importantes operações de apoio ao Departamento de Estado. Suas funções essenciais, entre outras, são: logística, aquisições, instalações domésticas e gerenciamento de emergências, malote e correio diplomáticos e apoio a escolas no exterior frequentadas por crianças de muitas nacionalidades. O Bureau de Segurança Diplomática é responsável por proteção do pessoal, informações e instalações do Departamento de Estado tanto nos Estados Unidos quanto no exterior. Ele protege o/a secretário/a de Estado e dignatários estrangeiros designados para trabalhar nos Estados Unidos ou em visita a esse país, investiga fraudes referentes a passaportes e vistos, administra o Serviço de Correio Diplomático, ministra treinamento de segurança profissional e realiza investigações sobre novos funcionários.

O Bureau de Gestão de Recursos de Informação é responsável por garantir ao Departamento de Estado

informação, como aplicativos de software, manutenção de hardware e gerenciamento da rede de informática.

O Instituto de Serviço Exterior (FSI) é a mais importante instituição de capacitação para diplomatas e outros profissionais da comunidade americana de relações exteriores. Esse instituto ministra mais de 500 cursos, inclusive 70 de idiomas estrangeiros, a mais de 40 mil inscritos por ano. Embora alguns de nossos funcionários locais viajem para Washington para assistir aos cursos do FSI, eles — bem como nossos diplomatas e suas famílias que vivem no exterior — têm cada vez mais oportunidade de receber capacitação mediante ensino a distância pela internet. Temos mais de 80 cursos interativos personalizados e mais de 3 mil cursos proporcionados pela FasTrac, prestadora comercial. Em 2006, o atendimento da FasTrac pulou para mais de 7.100 alunos, quase o dobro do ano anterior. Nossos funcionários concluíram mais de 3.900 cursos a distância elaborados pelo FSI em 2006, representando um aumento de 40% em relação a 2005.

Bem-vindos à Administração. Essas são as atividades que realizamos todos os dias em comunidades em todo o mundo, abrangendo pessoas do mundo todo. Esse é o trabalho essencial da equipe de administração do Departamento de Estado para ajudar a diplomacia dos Estados Unidos.■

<http://www.state.gov/ml/>

Fronteiras Seguras, Portas Abertas

Maura Harty

Secretária de Estado adjunta para Assuntos Consulares

Questões atuais sobre vistos



Maura Harty

O processamento de vistos no Departamento de Estado dos EUA é realizado pelo Bureau de Assuntos Consulares, organização com cerca de 8 mil pessoas trabalhando em 211 embaixadas e consulados em todo o mundo, em Washington (DC) e em dois centros de processamento de vistos nos Estados

Unidos. Temos a tarefa de avaliar de maneira justa e correta a concessão de vistos de imigrantes e não-imigrantes para cidadãos estrangeiros que desejam vir aos Estados Unidos. Ao realizar essa função, desempenhamos um papel central para aumentar a segurança das fronteiras americanas e, ao mesmo tempo, facilitar as viagens legítimas aos Estados Unidos.

A abordagem dos EUA para as questões de vistos e imigração reflete nossa história e nossos ideais comuns. Os Estados Unidos são uma “nação de nações” e sempre receberam muito bem os visitantes de todas as partes do globo. A secretária de Estado, Condoleezza Rice, em suas sabatinas de confirmação, reafirmou o compromisso do Departamento com essa tradição ao dizer:

“Nossa interação com o resto do mundo tem de ser uma conversa, não um monólogo, e os Estados Unidos devem permanecer abertos aos visitantes, trabalhadores e estudantes de todas as partes do mundo. Não podemos e não iremos comprometer nossos padrões de segurança; no entanto, para que nossos esforços de diplomacia pública sejam bem-sucedidos, não podemos nos fechar para o resto do mundo.”

Fronteiras seguras, portas abertas

O contexto dos atuais procedimentos para vistos é, sem dúvida, o 11 de Setembro de 2001. Naquele dia terrível, quando tantos americanos — e cidadãos de outras 90 nações — perderam a vida, vimos até onde alguns iriam para nos prejudicar. Tivemos de agir com rapidez e determinação para enfrentar as necessidades de segurança de nossas fronteiras e tornar os Estados Unidos seguros para nossos cidadãos e para os visitantes estrangeiros.

Embora a segurança deva ser sempre nossa principal preocupação, também precisamos garantir que as portas do nosso país continuem abertas para aqueles cuja presença estimulamos e valorizamos. Receber bem os visitantes é fundamental para a segurança nacional dos EUA. No ano passado, cerca de 50 milhões de visitantes estrangeiros representaram US\$ 104,8 bilhões em gastos e outras atividades econômicas nos Estados Unidos. Os estudantes estrangeiros contribuem com outros US\$ 13 bilhões a cada ano.

Damos as boas-vindas aos visitantes estrangeiros porque sabemos que a melhor propaganda para os Estados Unidos são os Estados Unidos. A melhor maneira de visitantes e estudantes estrangeiros entenderem os Estados Unidos, de verdadeiramente apreciarem nosso país e nosso povo, é ver os Estados Unidos com seus próprios olhos. O entendimento resultante dessa experiência não tem preço. Os visitantes costumam voltar a seus países com impressões positivas sobre os Estados Unidos, baseadas em experiências pessoais, em vez de histórias contadas por terceiros.

O desafio de proteger nossas fronteiras e, ao mesmo tempo, manter nossas portas abertas não é fácil, mas esses objetivos não se excluem uns aos outros. Devemos e podemos fazer as duas coisas. Todos os dias, funcionários consulares em todo o mundo estão nas linhas de frente da guerra global contra o terrorismo, implementando ativamente nossa política de Fronteiras Seguras e Portas Abertas.



Kenneth White/Departamento de Estado dos EUA

Amy Senneke no papel de funcionária consular e Kelly Daniel no de solicitante de visto tendo suas digitais escaneadas em uma sessão de treinamento no Instituto de Serviço Exterior do Departamento de Estado em Arlington, Virgínia

Aperfeiçoamentos no processo de vistos

Desde o 11/9, o Bureau de Assuntos Consulares tem trabalhado incansavelmente para melhorar a transparência, a previsibilidade e a eficiência do processo de vistos. Temos muitas notícias boas para dar. Por exemplo:

- Mais de 97% de todos os solicitantes de visto entrevistados e aprovados recebem o visto em um ou dois dias. Para os 2,5% de solicitantes que precisam de verificação extra, agilizamos o processo para garantir uma pronta resposta.
- Investimos pesado em tecnologia para acelerar o processo de concessão de vistos, bem como para aumentar o acesso às informações de outros órgãos governamentais americanos e compartilhar nossas informações com eles.
- Aumentamos os recursos destinados ao processamento de vistos criando 570 novos postos consulares desde setembro de 2001.
- Divulgamos os atuais tempos de espera e de processamento para o agendamento de entrevistas para cada posto de emissão de vistos em nosso site <http://www.travel.state.gov/>, para que os solicitantes tenham mais informações para planejar suas viagens.

Questões sobre vistos de estudante

Os Estados Unidos destacam-se na área de ensino superior e conquistaram essa reputação com a contribuição de inúmeros estudantes e acadêmicos de todo o mundo. Os Estados Unidos recebem mais estudantes estrangeiros do que qualquer outra nação — e o Departamento de Estado desempenha um papel fundamental para viabilizar essa acolhida.

Em 2006, emitimos o recorde de 591.050 vistos de estudante e intercambista. O aumento do número de vistos para China, Coreia do Sul, Índia e Oriente Médio é particularmente notável, mas houve aumentos para todas as regiões do mundo.

Seguem abaixo apenas algumas das maneiras com as quais continuamos a estimular os estudantes estrangeiros a escolher nosso país:

- Todas as nossas embaixadas e consulados dão prioridade a estudantes e intercambistas no agendamento das entrevistas e no processamento dos vistos.
- Os estudantes agora podem solicitar vistos 120 dias antes do início de seus estudos.
- Muitas de nossas embaixadas fornecem serviços de aconselhamento educacional a estudantes estrangeiros. O site <http://www.educationusa.state.gov> fornece uma grande variedade de informações sobre as excelentes oportunidades educacionais nos Estados Unidos.

Vistos de negócios

Reconhecendo que uma relação comercial vibrante com todas as nações contribui para o avanço em direção a um mundo mais seguro e próspero, o Departamento de Estado desenvolveu várias iniciativas para auxiliar os viajantes a negócios:

- Ampliamos os acordos de reciprocidade de vistos com muitas nações, de modo que temos mais flexibilidade para emitir vistos válidos por um período mais longo.
- Instruímos nossas embaixadas e consulados a estabelecer mecanismos para agilizar as entrevistas para viajantes a negócios legítimos. Seções consulares de Buenos Aires à Bratislava possuem programas criativos para facilitar as viagens de negócio e turismo.
- O Centro de Vistos de Negócios (BVC) em Washington (DC) explica o processo de vistos para empresas e organizadores de convenções americanos que convidam funcionários ou clientes atuais ou potenciais para visitar os Estados Unidos. O BVC recebe centenas de consultas, e estimamos que auxilia indiretamente mais de 20 mil viajantes estrangeiros a cada mês.



Elizabeth Dalziel/© AP Images

Solicitantes chineses examinam formulários de pedido de visto do lado de fora da Embaixada dos EUA em Pequim, em abril de 2006. Os chineses receberam mais vistos americanos no ano passado do que em qualquer outro ano do século passado

Tempo de espera para agendamento de entrevistas de visto

O primeiro passo ao solicitar um visto de não-imigrante (NIV) é agendar uma entrevista. Para manter o tempo de espera dos agendamentos NIV o menor possível, o departamento aumentou o número de funcionários, ampliou o espaço das seções consulares em muitos postos e agilizou os procedimentos de processamento de vistos. Na maioria dos postos, atualmente o tempo de espera de agendamento é de menos de uma semana, mas pedimos aos solicitantes que façam o agendamento com a maior antecedência possível da data planejada para a viagem. Os postos com períodos de espera criaram mecanismos para acelerar o agendamento para estudantes e intercambistas, solicitantes que precisam de cuidados médicos urgentes e viajantes de negócios legítimos com necessidades urgentes.

Embora essas medidas tenham se mostrado eficazes, ainda há alguns postos onde a espera para uma entrevista é superior a 30 dias, em especial durante os períodos de pico de viagens. Estamos trabalhando com esses postos para encontrar soluções criativas para reduzir os tempos de espera do agendamento.

Recusas de visto

Uma das perguntas mais frequentes é por que os solicitantes de visto têm seu pedido recusado e se a recusa é permanente. De acordo com a lei de imigração dos EUA, todos os solicitantes de vistos de não-imigrante devem convencer o entrevistador de que atendem às exigências para o tipo de visto que solicitaram. Embora as exigências para cada categoria de visto de não-imigrante sejam diferentes, uma das mais comuns determina que os solicitantes demonstrem que têm residência em um país que não pretendem abandonar. Os solicitantes normalmente atendem a essa exigência demonstrando ao funcionário consular que possuem fortes vínculos profissionais, empregatícios, educacionais, familiares e/ou sociais em seus países, que garantem o seu retorno depois de uma visita temporária aos Estados Unidos. Os solicitantes podem demonstrar esses vínculos de diversas maneiras; não há um documento específico

que um solicitante precise ter para comprovar esses vínculos, tampouco a ausência de um documento necessariamente signifique que o solicitante não possa obter o visto.

Se um solicitante não puder comprovar sua qualificação, o funcionário consular será obrigado a negar o visto. Esse tipo de recusa, no entanto, nunca é permanente. O solicitante poderá fazer novo pedido se acreditar que possui documentos adicionais para comprovar suas qualificações para o visto ou se desenvolver esses vínculos no futuro em outras circunstâncias pessoais.

Um país acolhedor

Houve muitas mudanças nos procedimentos para a obtenção de visto americano nos últimos quatro anos. O que não mudou, no entanto, foi o fato de que os Estados Unidos continuam sendo o país acolhedor que sempre foram. Queremos que visitantes de todos os cantos do globo continuem a visitar os Estados Unidos e vivenciem tudo que este país tem a oferecer. O Bureau de Assuntos Consulares continuará a trabalhar todos os dias para facilitar a viagem internacional legítima e, ao mesmo tempo, proteger a segurança nacional dos EUA.■

<http://travel.state.gov/>

Plataformas para a Diplomacia

Bureau de Administração de Imóveis no Exterior



Departamento de Estado dos EUA

General reformado do Exército dos EUA, Charles E. Williams, diretor do Bureau de Administração de Imóveis no Exterior

Em janeiro de 2006, a secretária de Estado, Condoleezza Rice, anunciou uma iniciativa ambiciosa de política externa, a qual chamou de "diplomacia transformacional". Ela definiu o objetivo da diplomacia da seguinte maneira: "trabalhar com nossos inúmeros parceiros em todo o mundo para construir e manter Estados democráticos bem governados

que atendam às necessidades de seu povo e se comportem de maneira responsável no sistema internacional".

A tarefa do Bureau de Administração de Imóveis no Exterior (OBO) do Departamento de Estado é fornecer e manter instalações físicas, funcionais, protegidas e seguras, a fim de atingir os objetivos do departamento. A missão do OBO é proporcionar aos funcionários do departamento as condições essenciais para atingir os objetivos da política externa dos EUA.

Para cumprir essa missão, o OBO estabeleceu quatro metas prioritárias que avançam a prontidão diplomática, estão alinhadas com os objetivos do Departamento de Estado e refletem as prioridades estabelecidas na Iniciativa de Diplomacia Transformacional da secretária e na Agenda de Governo do presidente. As metas são:

- **Construção com segurança de capital.**

Conceder contratos para projetos de construção com segurança de capital que tenham sido identificados pelo departamento

após consulta a outras agências, assim como concluir a construção em tempo hábil e dentro dos limites orçamentários. Esses projetos estão listados no Plano de Edificações no Exterior no prazo de 6 anos (LROBP), publicado pelo OBO todo ano em conjunto com a divulgação do orçamento anual do presidente.

- **Segurança física e do complexo.** Fornecer melhorias na área de segurança física e segurança do complexo para as instalações do Departamento de Estado no exterior, visando à proteção dos funcionários contra terroristas e outras ameaças à segurança. Esse programa também fornece melhorias para a segurança de alvos fáceis, como escolas, instalações de lazer e residências.
- **Manutenção dos ativos.** Manter, consertar e recuperar instalações consulares e diplomáticas já existentes no exterior de maneira eficiente para melhorar a qualidade de vida de visitantes e funcionários, permitindo-lhes trabalhar



Departamento de Estado dos EUA

A nova embaixada americana em Cabul, Afeganistão, inaugurada em março de 2006

em locais funcionais, protegidos e seguros.

- **Gestão de ativos.** Adquirir, alienar e administrar imóveis do departamento no exterior de modo profissional para atender às necessidades do departamento, de forma satisfatória para o governo dos EUA, e responder aos interesses do presidente, Congresso e público americano.

Organização

Em apoio a essas quatro metas, cada componente da organização do OBO estabeleceu metas de desempenho que servem de referência para as funções cruciais. A administração analisa o desempenho mensalmente para identificar problemas potenciais e garantir a eficácia. A administração do OBO também se reúne trimestralmente com o Painel Consultivo da Indústria para rever e discutir questões com o objetivo de maximizar a livre troca de idéias e melhores práticas entre o governo e o setor privado.

O OBO opera por meio de quatro escritórios de programas principais: Planejamento e Desenvolvimento, Imóveis, Execução de Projetos e Administração e Manutenção.

Planejamento e desenvolvimento. O planejamento adequado é o componente mais importante da filosofia do OBO de "fazer a coisa certa". O Escritório de Planejamento e Desenvolvimento trata do planejamento de instalações no exterior e é o elemento-chave nos esforços do OBO para mudar de uma mentalidade de "planejamento baseado no orçamento" para "orçamento baseado no planejamento". Esse escritório é responsável pela produção do LROBP e do Plano de Gestão de Ativos. Também orienta o planejamento estratégico, prepara análises de casos de negócios e realiza o planejamento detalhado de instalações no longo prazo, o planejamento de exigências de espaço, o desenvolvimento do projeto e as análises de custos necessárias para o projeto e a construção de novas instalações e reformas das existentes.

Imóveis. A escolha do local e a aquisição do imóvel são passos importantes para o sucesso de qualquer projeto novo de construção. Contudo, podem ser os mais difíceis de negociar e concluir. O Escritório Imobiliário apóia todos os aspectos da aquisição, administração e alienação do imóvel. Essa responsabilidade inclui a supervisão de todos os aluguéis de escritórios e residências mais de 12 mil propriedades no mundo todo.

Execução do projeto. Este escritório é responsável pelo desenvolvimento do projeto de engenharia, construção e comissionamento de todas as instalações. Suas equipes de gerenciamento de construção sediadas no local e nos EUA

supervisionam o trabalho geral dos empreiteiros na construção e reforma das instalações do Departamento de Estado no exterior. O escritório também presta assistência na solicitação e negociação de contratos de serviços de arquitetura, bem como na revisão de projetos, especificações e documentos relacionados. Além disso, o escritório fornece medidas de segurança que salvaguardam os projetos de construção no exterior contra atos terroristas e esforços de inteligência potencialmente hostis.

Administração e manutenção. Este escritório é responsável pela administração e manutenção, no exterior, de estruturas alugadas e pertencentes ao governo dos EUA, dando condições para que as propriedades do departamento sejam mantidas em bom estado. O escritório administra um programa principal de recuperação que reforma, atualiza e, quando necessário, substitui sistemas de edificações antigos que não podem mais ser física ou economicamente mantidos por meio de reparos e atividades de manutenção preventiva de rotina ou não programadas. Seu programa de administração de instalações fornece assistência técnica e apoio aos postos no exterior para



Sayyid Azim/© AP Images

Durante cerimônia de lançamento da nova embaixada americana permanente em Nairóbi, Quênia, em agosto de 2000, o embaixador dos EUA no país, Johnnie Carson (terceiro a partir da esquerda) simbolicamente mistura terra do antigo local da embaixada americana com terra do novo local. Outras autoridades (a partir da esquerda) são o ministro de Territórios do Quênia, Joseph Nyaga, a então subsecretária de Estado adjunta para Administração de Imóveis no Exterior, Patsy Thomasson, e o vice-prefeito de Nairóbi, Joe Akech



Jan Bauer/ © AP Images

A nova embaixada americana em Berlim, Alemanha, mostrada em 2006, está planejada para ser inaugurada em 2008

manter os principais sistemas de edificações, bem como todas as atividades de manutenção associadas ao planejamento e à execução do programa de Novos Complexos de Embaixadas. O escritório também inclui proteção contra incêndio e programas de saúde e segurança ambiental.

Desempenho impressionante

A passagem para um novo nível de desempenho começou em 2001. Após sua nomeação como diretor e diretor operacional, o general reformado Charles E. Williams reformulou o novo Bureau de Administração de Imóveis no Exterior e introduziu mudanças para criar uma organização baseada em resultados que alavanque as melhores práticas comerciais.

Após quase seis anos, os resultados foram impressionantes. Com aproximadamente 36 novos complexos de embaixadas concluídos nos últimos seis anos, 40 projetos sendo gerenciados e mais quatro novos complexos de embaixadas com concessão programada para antes do fim do ano, o OBO tornou-se uma organização baseada em resultados com foco na responsabilidade, no desempenho, na credibilidade e na disciplina.

Um elemento principal dessa progressão foi a criação de forte parceria entre o OBO e a indústria de construção. Desde seu início há cinco anos, o evento do Dia da Indústria do OBO tornou-se extremamente popular entre a indústria e o governo. O que foi outrora um evento anual de um dia evoluiu para um evento de dois dias que promove encontros entre

autoridades do governo e da indústria, organizando reuniões individuais e privadas no segundo dia. O evento reúne uma combinação estimulante de desenvolvedores, empreiteiros, engenheiros, consultores, autoridades governamentais e arquitetos.

O OBO também agiu agressivamente para estabelecer tamanhos padronizados de edificações e parâmetros para os projetos, o que por sua vez levou à padronização dos projetos e limitou os custos de construção. Esses projetos são adaptados para refletir as exigências particulares dos postos específicos e propiciar economia significativa de tempo e custo. Segundo essa abordagem, há quatro projetos

principais de embaixadas com tamanhos e categorias de custo padronizados: super pequeno, pequeno, médio e grande. Edifícios super pequenos geralmente têm menos do que 3 mil m² de área bruta e custo de construção de aproximadamente U\$ 31 milhões. Edifícios pequenos geralmente têm entre 3 mil e 4.300 m² de área bruta e custam cerca de U\$ 52 milhões. Edifícios médios geralmente têm entre 4.300 e 7.400 m² de área bruta e custam aproximadamente U\$ 75 milhões. Grandes projetos geralmente têm entre 7.400 e 11.300 m² de área bruta e custam cerca de U\$ 97 milhões. Em 2005, o general Williams introduziu "Novas Maneiras de Pensar e Novas Maneiras de Construir", estabelecendo os 20 Conceitos de Administração de Programas de Williams: 20 conceitos cuidadosamente elaborados que claramente sintonizaram o planejamento dos projetos e o processo de execução (análise, controle, avaliação). Focalizando na melhoria do processo, o OBO adotou o modelo "Seis Sigma" e agora está introduzindo o conceito de "gestão enxuta" para permitir que possamos reduzir desperdícios, melhorar o fluxo do processo, identificar valores, administrar o fluxo de valores e aumentar a flexibilidade do processo.

Essas técnicas de gestão aperfeiçoadas, combinadas com uma equipe de profissionais dedicados, garantirão a execução eficiente dos programas de instalações que darão ao Departamento de Estado as estruturas físicas necessárias para perseguir seus objetivos de diplomacia transformacional. ■

<http://www.state.gov/obol>

Funcionários Locais do Serviço de Relações Exteriores: Ponte entre os EUA e o Mundo

Bureau de Recursos Humanos



Departamento de Estado dos EUA

Chairin Ma'Roef (direita) discute o processo de análise por imunofluorescência enquanto o embaixador John E. Lange visualiza o vírus da gripe no Laboratório de Isolamento Viral da Unidade de Pesquisa Médica Naval dos EUA em Jacarta, Indonésia

Os funcionários locais do Serviço de Relações Exteriores dos EUA (FSNs) representam a maioria dos 42 mil funcionários efetivos contratados localmente em mais de 250 embaixadas e consulados dos EUA no mundo inteiro. Eles desempenham funções importantes do programa de política externa e de apoio e proporcionam conhecimento e entendimento da cultura e condições locais, tão importantes para a diplomacia transformacional dos EUA. Além do Departamento de Estado, todos os órgãos governamentais dos EUA no exterior, como o Departamento de Agricultura, o Escritório do Representante de Comércio e os Centros de Controle de Doenças dependem muito da comunidade dos FSNs e de seus encaminhamentos. Seu conhecimento, suas qualificações especiais e a valiosa rede de contatos locais são inestimáveis. Eles são a ponte entre os EUA e as demais nações do mundo.

A comunidade dos FSNs é parte integrante da diplomacia transformacional dos EUA no mundo inteiro. Ao longo dos anos, em muitas partes do mundo, os FSNs da embaixada americana ajudaram a promover ideais e fortalecer as instituições democráticas em todos os continentes. As bibliotecas e os centros culturais

em países fechados, por exemplo, oferecem um refúgio onde os leitores têm acesso livre e gratuito a uma diversidade de pensamentos e opiniões. Os funcionários locais desses centros geralmente sediam grupos de estudos sobre democracia e debates sobre livros, ensinam inglês e métodos de pesquisa na internet, além de facilitar a pesquisa avançada. Os FSNs trabalham em estreita colaboração com clientes que vão desde estudantes universitários até juízes da Suprema Corte. Como a Secretária de Estado, Condoleezza Rice, afirmou: "Não existe missão mais nobre do que ajudar os outros a realizar seus anseios por uma vida melhor, um futuro mais democrático e um mundo mais pacífico."

O desenvolvimento econômico é outra área importante que recebe contribuições dos FSNs dos EUA. Muitos consideram esse campo especialmente compensador, porque possibilita iniciativas que promovem o sucesso econômico

de seus países e, ao mesmo tempo, expandem o mercado global. Por exemplo, uma funcionária local em Praia, especialista em economia, usou seu conhecimento para ajudar Cabo Verde a sextuplicar a exportação de produtos têxteis acabados no período de um ano, o que resultou em 600 novos empregos para seu país.

Os cientistas e pesquisadores locais são fundamentais para a cooperação científica mundial. A gripe aviária e o HIV/Aids são apenas dois dos inúmeros problemas com que os funcionários americanos sediados no local estão lidando juntamente com os colegas do país anfitrião. Por exemplo, uma FSN da Estônia trabalhou em estreita colaboração com seus colegas americanos para convencer as autoridades locais de que o HIV/Aids é uma ameaça para sua nação tanto quanto para qualquer outro lugar. Graças a seus esforços, a Estônia tornou-se o primeiro país na região a receber uma doação de US\$ 10 milhões do Fundo Global de Combate ao HIV, Aids, e Tuberculose das Nações Unidas.

Do mesmo modo, um funcionário da manutenção da Embaixada dos EUA em Moçambique criou um grupo de teatro itinerante para apresentar comédias e produções sobre HIV/Aids para platéias de estudantes e do setor privado. Essas apresentações



Andrew McClearn, Embaixada dos EUA da Cidade do México

Victor Ponce, FSN da Cidade do México, separa formulários de solicitação de visto para enviar ao Centro Consular de Kentucky, onde serão processados

são encerradas com debates sérios e francos com especialistas em saúde dos EUA. Sorrisos, risadas e olhares reflexivos são prova de que as importantes mensagens desses "road shows" amadores estão sendo ouvidas.

Quando os cidadãos americanos encontram-se feridos, perdidos ou mesmo sem passaporte em um país distante, um funcionário local é freqüentemente a primeira pessoa com quem eles falam na embaixada ou no consulado dos EUA. Os FSNs consulares auxiliam mais de um milhão de americanos todo ano com uma variedade de serviços que vão de substituição de passaportes, passando por orientação sobre serviços de saúde locais, até assistência no retorno de crianças raptadas. Quando o tsunami atingiu o Sudeste Asiático em dezembro de 2004, esses funcionários fizeram firme intervenção para auxiliar muitos dos visitantes americanos em seus países.

Sem se intimidarem pelo caos, perigos ou distâncias, muitos viajaram para os locais atingidos pelo desastre para restabelecer visivelmente a presença da embaixada americana com o intuito de oferecer ajuda imediata aos cidadãos americanos desamparados

Providenciaram transporte a hospitais, alimentos e roupas; auxiliaram na comunicação com familiares e amigos; e até mesmo abriram suas casas para alguns dos viajantes desalojados.

Ao mesmo tempo, esses FSNs se esforçaram muito para dar apoio a suas próprias comunidades, desempenhando um papel fundamental na reação global ao tsunami de 2004, o maior auxílio humanitário internacional já dado na história: coordenaram a ligação entre doadores e autoridades do governo e outras missões diplomáticas, organizaram o transporte de sangue, enviaram funcionários doadores a hospitais locais e lotaram caminhões com alimentos, roupas e medicamentos.

A comunidade dos 42.000 FSNs é singular, e seus membros

se empenham muito para amparar-se mutuamente e estabelecer laços entre suas fronteiras. Um bom exemplo disso é dado pela equipe de FSNs da embaixada dos EUA em Belgrado, que coordenou e organizou recentemente um torneio de futebol de salão com times de FSNs de toda a região. O evento tornou-se tão popular que eles planejam fazer do torneio um acontecimento anual.

Os FSNs também dão apoio financeiro uns aos outros quando enfrentam privações. O corpo de FSNs do mundo todo já deu assistência aos funcionários em regiões arruinadas pelo terremoto no Paquistão, devastadas pela guerra na Libéria e arrasadas pelo furacão no Haiti. Além de dar apoio a seus colegas FSNs após os atentados terroristas em Jeddah, em Nairóbi, e em Dar es Salaam, os 70 funcionários locais que perderam suas casas e propriedades em função de conflitos civis em Harare, no Zimbábue, também receberam ajuda da comunidade de FSNs de todo o mundo. Esse senso de companheirismo remonta a 1983 e ao atentado à bomba das barracas dos fuzileiros navais em Beirute, quando até mesmo os FSNs de El Salvador enviaram contribuições para as famílias dos funcionários locais que foram mortos e feridos. O fundo de ajuda dos FSNs – que recebe contribuições tanto de FSNs quanto de americanos – já doou mais de US\$300 mil a colegas de mais de 22 países.

Os FSNs dos EUA são o elo que mantém nossas embaixadas unidas. Esses funcionários locais nativos são parte integrante do corpo diplomático americano, pois sabem melhor do que ninguém como estabelecer a ponte entre os americanos e a cultura e a política de seus países. ■

<http://www.state.gov/m/dghr/>



Departamento de Estado dos EUA
Funcionários locais do Serviço de Relações Exteriores de Sarajevo (Bósnia e Herzegovina) e Podgorica (Montenegro) na final de um torneio de futebol de salão sediado pela embaixada dos EUA em Belgrado, Sérvia. Outros times participantes eram de Belgrado, Budapeste (Hungria), Zagreb (Croácia), e Sófia (Bulgária). Podgorica venceu a final por 2 a 1

Questões de Política Regional e Bilateral

Escritório do subsecretário de Estado para Assuntos Políticos



Janine Sides/Departamento de Estado dos EUA

R. Nicholas Burns

O subsecretário para Assuntos Políticos, R. Nicholas Burns, detém o terceiro cargo mais importante na hierarquia do Departamento de Estado e é seu principal diplomata de carreira. Ele supervisiona as questões gerais nos âmbitos regional e bilateral e o gerenciamento dos bureaux que lidam com África, Leste Asiático e Pacífico, Europa e Eurásia, Oriente Próximo, Centro-Sul da Ásia Central e Hemisfério Ocidental; o Bureau de Assuntos de Organizações Internacionais; e o Bureau de Assuntos Internacionais de Entorpecentes e Aplicação da Lei.

Os secretários adjuntos dos bureaux e escritórios geográficos assessoram o subsecretário e orientam o funcionamento das missões diplomáticas dos EUA em suas jurisdições regionais. São auxiliados pelos subsecretários adjuntos, diretores dos escritórios, administradores locais e encarregados de assuntos de determinado país. Esses funcionários trabalham em estreita ligação com as embaixadas e os consulados americanos no exterior e com as embaixadas estrangeiras sediadas em Washington. O trabalho dos bureaux geográficos foi descrito na edição de setembro de 2006 da eJournal USA, "Política Externa dos EUA no Século 21: Questões Regionais."

Esta edição apresenta o Bureau de Assuntos de Organizações Internacionais e o Bureau de Assuntos

Internacionais de Entorpecentes e Aplicação da Lei.

O Bureau de Assuntos de Organizações Internacionais (IO) desenvolve e implementa as políticas do governo americano no âmbito das Nações Unidas e suas agências afiliadas, bem como no âmbito de outras organizações internacionais. O Bureau IO faz o que se chama diplomacia multilateral para promover e defender os diversos interesses do povo americano. O Bureau IO promove também o gerenciamento efetivo e eficaz no âmbito das organizações internacionais.

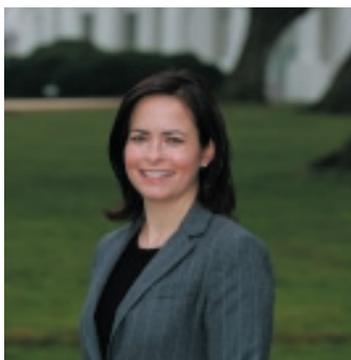
O Bureau de Assuntos Internacionais de Entorpecentes e Aplicação da Lei (INL) assessoro o governo americano sobre a criação de políticas e programas para combater o narcotráfico e a criminalidade internacional. Os programas do INL apóiam os objetivos estratégicos do Departamento, ou seja, reduzir a entrada de drogas ilegais nos Estados Unidos e minimizar o impacto da criminalidade internacional no país e em seus cidadãos. Os programas de combate a narcóticos e à criminalidade complementam também a guerra ao terrorismo ao respaldar os sistemas de justiça criminal e órgãos policiais estrangeiros encarregados de combater o terrorismo.■

<http://www.state.gov/pl/>

Parceria com Organizações Internacionais

Kristen Silverberg

Secretária de Estado adjunta para Assuntos de Organizações Internacionais



Kristen Silverberg

O Bureau de Assuntos de Organizações Internacionais (IO) foi criado pelo secretário de Estado, Dean Acheson, após a Segunda Guerra Mundial como parte dos esforços dos Estados Unidos para tratar das questões da nova ordem internacional

que surgia. Sua finalidade era administrar as relações dos Estados Unidos com a recém-formada Organização das Nações Unidas, fundada pelos Estados Unidos e seus aliados para trabalhar, nos termos da Carta da ONU, "pela manutenção da paz e da segurança internacional... desenvolver relações amistosas entre nações, baseadas no respeito ao princípio de direitos iguais e autodeterminação de todos os povos, ... obter cooperação internacional para a resolução de problemas de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e promover e estimular o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades básicas para todos".



Tatan Syuflana/ © AP Images

Soldado indonésio despede-se do filho ao partir com sua unidade em missão de paz da ONU no Líbano, em novembro de 2006

Os fundadores das Nações Unidas, inclusive os Estados Unidos, acreditaram que essa nova instituição poderia desempenhar um papel central ao apoiar o aumento da liberdade no mundo todo. No mundo pós-11/9, quando o terrorismo, a intolerância e o ódio ameaçam os Estados Unidos e muitos outros países, a Organização das Nações Unidas, que trabalha em prol das mais altas expectativas de seus fundadores, torna-se ainda mais crucial. Como disse o presidente Bush em seu segundo discurso de posse, "a sobrevivência da liberdade no nosso país depende cada vez mais do sucesso da liberdade em outros países". O presidente afirma que os Estados Unidos estão comprometidos "em buscar e apoiar o crescimento dos movimentos democráticos e das instituições em todas as nações e culturas". Esse é um esforço histórico, que não pode ser empreendido apenas pelos Estados Unidos. Como conseqüência, a secretária de Estado, Condoleezza Rice, desafiou todos no Departamento de Estado a "trabalhar com seus parceiros em âmbito global para construir e manter Estados democráticos, bem governados, que atendam às necessidades de seu povo e atuem com responsabilidade no sistema internacional".

Como parte importante desse esforço, o meu bureau, juntamente com 82 organizações e programas internacionais, trabalha para promover a paz e a segurança, aumentar a liberdade e defender os direitos humanos, promover o desenvolvimento por meio do comércio e da livre iniciativa e combater a pobreza e a doença. Em meu papel como secretária adjunta, supervisiono o trabalho de 469 diplomatas americanos excepcionais aqui em Washington e em nossos postos em Nova York, Paris, Roma, Genebra, Viena, Montreal e Nairóbi, que se empenham diariamente para solucionar algumas das questões mais vitais de política externa com que nosso país se defronta.

Paz e segurança

Como um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os Estados Unidos desempenham um papel central em todas as ações significativas

do Conselho. No ano passado, os Estados Unidos lideraram os esforços do órgão para: impor sanções à Coreia do Norte em resposta aos seus programas de armas e mísseis nucleares (resoluções 1718 e 1695); adotar medidas para tratar da crise humanitária em Darfur (resolução 1706); exigir da Síria respeito à soberania e à integridade do Líbano; e exigir que o governo iraniano abandone seu programa de armas nucleares (resolução 1696). Neste ano, o IO trabalhou também com o Conselho de Segurança para renovar o mandato de seu Comitê 1540, que supervisiona a implementação das obrigações impostas pelo Conselho a todos os Estados-membros da ONU para acabar com a proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de distribuição (resolução 1673). Os comitês antiterrorismo do Conselho continuam com o trabalho de ajudar os países-membros da ONU a melhorar sua capacidade de combate ao terrorismo e evitar o fluxo de ativos para elementos e entidades ligados à Al Qaeda e ao Taleban. Incentivado pelos Estados Unidos, o Conselho de Segurança concordou pela primeira vez com a inclusão da Birmânia em sua agenda, garantindo maior foco internacional sobre a grave situação humanitária e de direitos humanos naquele país, que minou a paz e a estabilidade na região. Por fim, os Estados Unidos trabalharam com outros membros do Conselho na eleição de um novo secretário-geral para liderar as Nações Unidas nos próximos cinco anos.



Sophia Paris/Foto da ONU

Após uma tempestade devastadora no Haiti, que resultou em mais de 1.500 mortos e 900 desaparecidos, a missão de estabilização da ONU no Haiti ajudou com a distribuição de suprimentos

Estados falidos e manutenção da paz

Os Estados Unidos também se empenharam para ajudar nações falidas ou prestes a falir a encontrar o caminho da recuperação política e econômica, apoiando a intervenção humanitária das Nações Unidas em favor da paz e os esforços de estabilização pós-conflito. A Organização das Nações Unidas tem um contingente militar e policial de mais de 80 mil pessoas e mais de 15 mil civis distribuídos em 18 missões de paz em todo o mundo, para garantir estabilidade e segurança em situações nas quais soluções locais ou regionais se mostram inadequadas e o engajamento militar direto dos EUA não é apropriado. No ano passado, o Bureau IO trabalhou em estreita colaboração com o Departamento de Operações de Paz da ONU para elaborar uma resposta das Nações Unidas aos ataques do Hezbollah a Israel, promover a segurança em países como o Haiti e apoiar a transição do conflito armado interno para a governança corporativa em países como Libéria e República Democrática do Congo.

Os Estados Unidos também trabalharam com a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança da ONU para ajudar na fundação da Comissão de Construção da Paz da ONU, que se esforça para ajudar países emergentes da guerra civil e de desastres naturais a trilhar o longo caminho da recuperação.

Democracia e direitos humanos

Os Estados Unidos trabalham com instituições multilaterais para defender a dignidade humana e chamar a atenção internacional para os condenáveis abusos dos direitos humanos. No Terceiro Comitê da Assembléia Geral deste ano, ajudamos a aprovar resoluções sobre as graves crises de direitos humanos em Belarus, na Birmânia, bem como no Irã e na Coreia do Norte. Trabalhamos com terceiros para denunciar o uso do estupro pelos militares birmaneses como ferramenta de terror. Fomos os primeiros a ressaltar os perigos do anti-semitismo. E, na Assembléia Geral, incentivamos os países a adotar medidas para incrementar a participação política das mulheres.

Trabalhamos ainda com organizações internacionais prestando assistência técnica àqueles que se esforçam para ampliar os direitos humanos e expandir a democracia. Em 2004, o presidente Bush propôs um novo Fundo da ONU para a Democracia, que já concedeu doações para 125 organizações requerentes, entre elas o Centro Internacional para a Transição Democrática e o programa "I KNOW Politics" [CONHEÇO Política], da Hungria, que usa a internet para estimular a participação das mulheres na política.



Marcelo Hernandez/© AP Images

Grupo de crianças corre para receber alimentos no campo de refugiados New Hope, em Nabuangongo, Angola, 20 quilômetros a nordeste de Luanda, em 2002. Desde então, muitos refugiados puderam retornar às suas casas. O governo dos EUA trabalha com as Nações Unidas e outras organizações internacionais para alimentar e ajudar a repatriação de refugiados

Desenvolvimento e ajuda humanitária

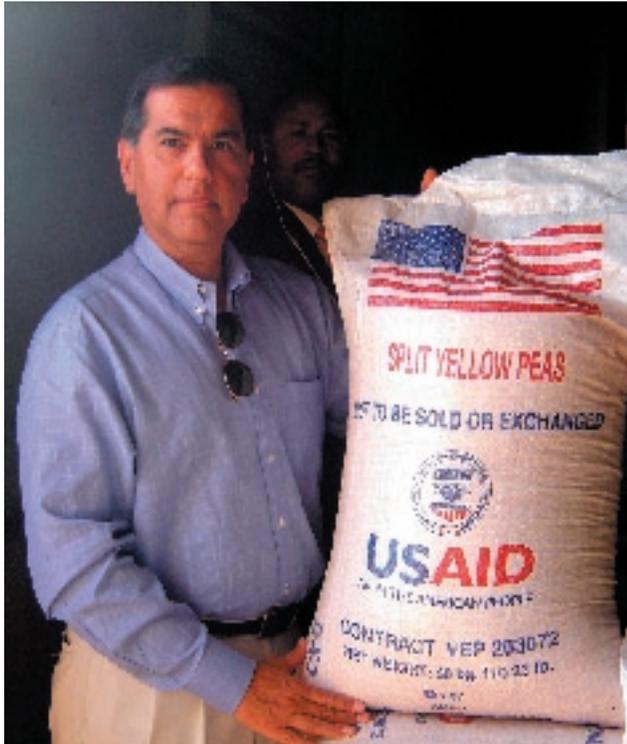
Os Estados Unidos, que são o maior país doador do mundo no âmbito da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) bilateral, contribuiu anualmente com mais de US\$ 500 milhões em AOD para as Nações Unidas. Em parcerias com organizações da ONU, os Estados Unidos trabalharam para aumentar o apoio às políticas e aos valores que sustentam o desenvolvimento, o crescimento econômico sólido e a redução da pobreza. Em 2005, por exemplo, o bureau negociou o Documento Final da Cúpula Mundial das Nações Unidas de 2005, que reafirmou a visão de que o desenvolvimento depende do comércio e do investimento privado, que por sua vez dependem da boa governança e do Estado de Direito, da liberdade e do respeito pelos direitos humanos.

Além disso, os Estados Unidos apoiam:

- **Programa Mundial de Alimentação (PMA)**, que

ajuda no sustento de 100 milhões de pessoas em mais de 80 países a cada ano. Os Estados Unidos têm sido o maior financiador do PMA desde sua fundação, e continuam a fornecer quase a metade dos recursos do programa. Da mesma forma, trabalhamos por meio da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) no desenvolvimento da ciência agrícola e de políticas agrícolas sólidas para beneficiar a economia de muitos países em desenvolvimento que permanecem basicamente agrários.

- **Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)**, que ajuda a alimentar, vacinar, educar e proteger crianças em mais de 157 países.
- **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, a principal agência de desenvolvimento das Nações Unidas, que trabalha para eliminar a pobreza e promove a governança democrática, a prevenção e a recuperação de crises, um meio ambiente mais limpo e a prevenção e o tratamento do HIV/Aids. Os Estados



Marco Selva/WFP

Durante visita a Mali em dezembro de 2006, o embaixador Gaddi Vasquez, representante dos EUA na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em Roma, mostra aos jornalistas como os alimentos são armazenados em um depósito do Programa Mundial de Alimentação (WFP)

Unidos são há muito um dos principais doadores, fornecendo mais de US\$ 100 milhões em recursos a cada ano.

- **Programa de Assentamentos Humanos (UN-Habitat)**, que está às voltas com o desafio de que, até 2020, 90% da população mundial habitará as cidades do mundo em desenvolvimento e com o fato de um em cada três moradores das cidades viver hoje em condições de favelado.
- **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)**, que trata de problemas ambientais que transcendem fronteiras e afetam potencialmente a saúde e a prosperidade dos cidadãos americanos. Os Estados Unidos apóiam os principais programas do Pnuma de alerta antecipado e avaliação de ameaças ambientais, o programa para mares regionais e o programa de ação global para combater fontes continentais de poluição marinha.

Estes são tempos de trabalho árduo e de desafio para a diplomacia multilateral, mas os Estados Unidos têm conseguido o engajamento eficaz e cooperativo de outros países para promover um mundo mais livre, mais seguro e mais próspero. Mantemos nosso compromisso com o fortalecimento de nossas parcerias com organizações internacionais nos próximos anos. ■

<http://www.state.gov/p/io/>

Combate ao Crime Internacional

Anne W. Patterson

Secretária de Estado adjunta para Assuntos Internacionais de
Entorpecentes e Aplicação da Lei



Anne W. Patterson

Departamento de Estado dos EUA

Os traficantes internacionais de drogas, o crime organizado transnacional, grupos terroristas e a falta do Estado de Direito institucionalizado ameaçam os americanos em seu próprio país, os interesses dos EUA no exterior e nossos aliados em todas as regiões do mundo. Nenhum país e nenhuma sociedade

está imune. O combate a essas ameaças é essencial para atingirmos outras metas compartilhadas e igualmente importantes como segurança, saúde pública, desenvolvimento econômico e, em especial, o avanço da legítima democracia e o respeito aos direitos humanos.

Com recursos fornecidos pelo Congresso dos EUA ao Bureau de Assuntos Internacionais de Entorpecentes e Aplicação da Lei (INL) do Departamento de Estado, executamos programas no valor de mais de US\$ 2 bilhões, gerenciamos vários tipos de programa em mais de 100 países e participamos de iniciativas regionais e globais de combate ao cultivo ilegal, tráfico e abuso de drogas mediante ajuda a instituições da nação beneficiária. Os programas do INL também enfocam o aumento da capacidade institucional das autoridades encarregadas da aplicação da lei e do sistema de justiça criminal nas democracias emergentes em todo o mundo, criando um sistema de parcerias na luta contra o crime organizado internacional.

Dois programas principais representam a maior parcela de ajuda externa vinculada ao INL: a Iniciativa Andina Antidrogas (ACI), de muitos anos de existência, e políticas e programas com nossos parceiros internacionais para fazer recuar o comércio de

drogas ilegais no Afeganistão e estabelecer o Estado de Direito tanto nesse país quanto no Iraque. A questão de controlar substâncias químicas precursoras e estimulantes tipo anfetamina é a terceira área em importância tratada pelo INL, em resposta ao problema do abuso de anfetaminas, que cresce com grande rapidez no mundo todo. O INL também dá atenção à questão da redução da demanda, visto ser esse um problema multifacetado.

Iniciativa Andina Antidrogas

Praticamente toda a cocaína do mundo, bem como a maioria da heroína ilegal que entra nos Estados Unidos, vem da região andina da América Latina. A ACI, uma campanha abrangendo toda a região para deter a produção e o tráfico dessas drogas, se concentra nos seguintes países: Colômbia, Peru, Equador,



Foto: José Lopez Jr., oficial de segunda classe, especialista em Comunicações em Massa/Marinha dos EUA

Navio da Marinha peruana passa debaixo da Ponte das Américas, no Panamá, ao se preparar para participar de exercício de treinamento multinacional envolvendo os Estados Unidos, países da América Central e do Sul e nações do Caribe



© AP Images

Trator destrói campo de papoula de ópio enquanto trabalhadores e guardas de segurança aguardam, na província de Nangarhar, a leste de Cabul, no Afeganistão, em março de 2006. Segundo autoridade americana antinarcóticos, as papoulas seriam borrifadas com herbicida para combater o comércio de ópio que produziu aumento recorde de heroína em 2006

Brasil, Panamá e Venezuela. Para dificultar o combate às drogas, narcotraficantes e organizações terroristas internacionais criaram uma relação simbiótica que conseguiu obter o controle do território de nações soberanas em luta para ampliar o Estado de Direito. Apesar desses sérios problemas, o progresso é evidente.

Para o sucesso dessa luta, é necessário o equilíbrio cuidadoso entre educação contra as drogas, erradicação de plantações de drogas, interdição e aplicação da lei, prevenção e tratamento, bem como criação de meios alternativos de subsistência para plantadores de coca regenerados. A experiência indica que programas de meios alternativos de subsistência funcionam melhor quando combinados com um esforço potente de erradicação, tanto forçado quanto voluntário. Nos últimos tempos, os Estados Unidos forneceram quase US\$ 280 milhões em ajuda ao desenvolvimento alternativo somente para a Colômbia, país produtor de 90% da cocaína que entra no nosso país. Em meados da década de 1990, a Colômbia estava à beira do colapso devido a uma campanha de violência desencadeada por cartéis da droga e grupos terroristas, alguns dos quais envolvidos com o narcotráfico. Nos últimos anos, a produção de cocaína baixou, a violência política diminuiu, a segurança pública melhorou e a economia colombiana se recuperou a tal ponto que o Banco Mundial recentemente se referiu a ela como propícia aos investimentos — uma completa reviravolta.

Contudo, a guerra está longe do fim. Embora estimativas da ONU indiquem que Colômbia, Peru e Bolívia reduziram suas plantações de coca nos últimos cinco anos, os países andinos devem trabalhar com mais afinco ainda para atingir níveis permanentes de redução dos cultivos ilegais da região. Tendências recentes, especialmente na Bolívia, indicam que o sucesso conseguido pode

estar ameaçado. Os Estados Unidos são contra a tentativa do governo Morales de encontrar os assim chamados usos comerciais da coca ilegal, contrariando os compromissos da Bolívia com as principais convenções sobre drogas da ONU. Nossa preocupação é que quanto maior a quantidade de folhas de coca cultivadas, mais cocaína será inevitavelmente produzida.

Combate à papoula de ópio afegã/ produção de heroína

O Afeganistão é o principal produtor mundial de opiáceos ilícitos, respondendo por quase 92% do suprimento global e exportações avaliadas em US\$ 3,1 bilhões em 2006 ou quase 50% do PIB desse país. O "valor de rua" da heroína e do ópio é, naturalmente, muito maior. A questão do ópio afegão representa para nós e a região muito mais do que simplesmente um problema com a droga em si. Assim como na Colômbia, o cultivo, a produção e o tráfico de opiáceos é uma influência destabilizadora, mas é especialmente perigosa em uma democracia emergente como o Afeganistão, que luta pela estabilidade. O apoio contínuo aos esforços de combate a narcóticos no Afeganistão é um componente essencial da política geral americana e internacional no Afeganistão, em relação direta com o sucesso do desenvolvimento econômico, o Estado de Direito e os processos democráticos da nação e com o combate ao ressurgente Taleban, que poderia fomentar a instabilidade regional.

Em dezembro de 2005, o governo afegão estabeleceu os fundamentos legais para o combate às drogas ilegais ao promulgar a abrangente Lei Antinarcóticos. A lei criminaliza todas as formas de narcotráfico e muitos crimes relacionados com os narcóticos como lavagem de dinheiro, corrupção e crimes violentos. Também fornece a estrutura legal para os modernos procedimentos investigativos e processuais necessários para combater o tráfico de drogas no Afeganistão. A implementação dessa lei exige grande colaboração de nossos parceiros internacionais e do governo afegão para aplicar e aperfeiçoar uma estratégia de cinco pilares para o combate aos narcóticos. São eles: 1) boa divulgação de informações ao público, 2) meios alternativos de subsistência para criar alternativas econômicas ao cultivo da papoula, 3) aplicação da lei e reforma do Judiciário para dar sustentáculo aos esforços do Afeganistão para prender, processar e punir condenados por narcotráfico e autoridades corruptas, 4) fiscalização e interdição e 5) erradicação da papoula, principalmente desencorajando o seu cultivo. A seriedade do problema da papoula do ópio afegã exige compromisso de longo prazo por parte de toda a comunidade internacional.



Lee Jin-man/ © AP Images

Policiais da guarda costeira japonesa controlam narcotraficantes em um barco durante exercício do Fórum da Guarda Costeira do Pacífico Norte, em Busan, Coreia do Sul, em junho de 2006

Estado de Direito no Iraque

Nosso Programa de Justiça Penal para o Iraque defende a continuidade do aperfeiçoamento das instituições policiais, processuais, judiciais e correccionais em apoio ao Estado de Direito e à governança democrática no Iraque. Em fins de 2003, o INL criou instalações para treinamento policial perto de Amã, na Jordânia, o Centro de Treinamento Internacional Policial da Jordânia (JIPTC), com 60 instrutores de 16 países diferentes. Desde então, as instalações serviram como principal local de treinamento para mais de 15.600 recrutas da polícia. Os instrutores patrocinados pelo INL também exerceram papel preponderante ao estender o treinamento a uma nova instalação remodelada do Departamento de Defesa em Bagdá e a 12 instalações regionais construídas pelo INL que treinaram mais de 14 mil policiais. Além de capacitar

novos recrutas, o INL também ministrou treinamento de transição e integração para cerca de 34 mil policiais, a quem faltavam conhecimentos ou cujos conhecimentos estavam ultrapassados. Doze mil policiais também receberam capacitação avançada e especializada. Como parte do necessário acompanhamento de treinamento de campo, o INL colocou 500 consultores e mentores da polícia no Iraque, mas sua capacidade de operar em campo foi limitada pela situação de segurança. No setor judiciário, o INL capacitou 175 juízes e ajudou na reabertura do Tribunal Penal Central do Iraque, que agora está processando casos envolvendo terrorismo. Finalmente, consultores americanos ministraram aulas de capacitação acadêmica básica para mais de 2 mil funcionários correccionais do Iraque e estão dando treinamento em serviço em prisões de todo o país.



Apichart Weerawong/© AP Images
Duas autoridades tailandesas preparam pacotes de drogas para cerimônia de destruição na Tailândia central em 26 de junho de 2006, Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas

Controle de substâncias químicas

As Nações Unidas e outras fontes confiáveis relatam que o abuso de metanfetamina e outras substâncias tóxicas semelhantes, como o ecstasy, é um problema crescente em todo o mundo, inclusive nos Estados Unidos. Essa consciência fez com que o Escritório de Política Nacional de Controle de Drogas da Casa Branca (ONDCP) lançasse a

primeira *Estratégia dos EUA para Controle de Drogas Sintéticas*. Em março de 2006, o INL trabalhou em colaboração com a Comissão das Nações Unidas sobre Drogas Narcóticas para que esse órgão adotasse uma resolução destinada a melhorar o monitoramento internacional dos principais produtos químicos precursores usados na produção de drogas sintéticas e ajudar a evitar o seu desvio para usos ilícitos. Nesse mesmo mês, o Congresso promulgou a Lei de Combate ao Uso Disseminado da Metanfetamina, que fortalece o monitoramento, pelos EUA, do fluxo internacional dos principais produtos químicos precursores e seus principais exportadores e importadores.

A relativa facilidade de produzir metanfetamina, junto com as altas margens de lucro geradas por ela, torna essa droga debilitante especialmente atraente para grupos criminosos. O INL está colaborando com muitos países para ajudá-los a controlar os produtos químicos precursores necessários à fabricação dessas drogas tóxicas. Estamos trabalhando muito bem com nossos vizinhos próximos — Canadá e México — nessa importante área.

Redução da demanda

Enquanto a maioria dos esforços do departamento se concentra em dismantelar o suprimento de drogas, o INL também trabalha com governos estrangeiros e organizações privadas para ajudá-los a lidar com o problema do abuso doméstico de drogas, que aumenta rapidamente em países que antes se achavam imunes à sua atração. Esses programas enfocam o compartilhamento das melhores práticas, transmitidas por

meio de ampla rede formal e informal entre governos e ONGs, entre as quais várias centenas de organizações islâmicas que lidam com educação, prevenção e tratamento.

Responsabilidade mútua

Tem sido difícil tratar da questão das drogas, mas a comunidade internacional fez a diferença. Por exemplo, Tailândia, Paquistão e Laos estão praticamente livres da papoula do ópio; o cultivo ilegal vem sendo combatido nos Andes; cresce o número de apreensões, prisões e condenações de grandes narcotraficantes; e em todo o mundo, jovens estão entendendo melhor os perigos do uso de drogas ilegais e estão agindo de acordo. A Iniciativa Andina Antidrogas, o controle dos narcóticos no Afeganistão e nossos esforços mútuos para combater drogas do tipo metanfetamina e produtos químicos relacionados a ela nos lembram que desenvolvemos forte consenso internacional de que o tráfico de drogas ameaça todas as nações e é nossa responsabilidade mútua combater o cultivo, o tráfico e o abuso das drogas. O INL trabalhou com o Congresso para patrocinar a viagem de especialistas colombianos a Cabul para encontrar seus colegas afegãos e trocar experiências sobre controle de drogas. O compartilhamento de informações é parte extremamente importante de nosso esforço geral para ajudar os países corajosos a enfrentar problemas semelhantes a esses em todo o mundo.

Como foi determinado no relatório de 2006 das Nações Unidas sobre drogas, devemos continuar nossa cooperação internacional para reduzir de forma significativa a ameaça representada pela produção, tráfico e abuso de narcóticos em âmbito internacional. Nesse sentido, o Bureau de Assuntos Internacionais de Entorpecentes e Aplicação da Lei representa um papel primordial. Estamos também na liderança na luta contra o crime organizado internacional, por meio de políticas e programas que facilitam a colaboração, a troca de informações e o desmantelamento das redes internacionais por parte das autoridades responsáveis pela aplicação da lei. E, ao ajudar a capacitar novos policiais e especialistas em justiça penal no Afeganistão e no Iraque, damos ao Estado de Direito e à democracia a oportunidade de se enraizarem. In Afghanistan and Iraq, we give the rule of law and democracy an opportunity to take root. ■

<http://www.state.gov/p/inl/>

Ações Globais



© AP Images

O embaixador dos EUA na Índia, David C. Mulford (à esquerda), entrevista mulher indiana que solicita visto na seção consular da Embaixada dos EUA em Nova Délhi, Índia, em outubro de 2006



Andrew McClearn, Embaixada dos EUA, Cidade do México

A funcionária local do Serviço de Relações Exteriores (FSN) Amelia Alvarez responde a uma consulta pública na seção de vistos para não-imigrantes da Embaixada dos EUA na Cidade do México, México



Departamento de Estado dos EUA

Líderes do Bureau de Administração (da esquerda para a direita): J. Patrick Truhn, diretor do Escritório de Redimensionamento da Presença do Governo dos EUA no Exterior; Bradford R. Higgins, secretário adjunto do Bureau de Gestão de Recursos e diretor financeiro; Richard J. Griffin, secretário adjunto do Bureau de Segurança Diplomática e diretor do Escritório de Missões Estrangeiras; George M. Staples, diretor-geral; Henrietta H. Fore, subsecretária de Estado para Administração; Rajkumar Chellaraj, secretário adjunto para Administração; Ruth A. Whiteside, diretora do Instituto de Relações Exteriores; James H. Thessin, primeiro assessor jurídico adjunto; Maura Harty, secretária adjunta do Bureau de Assuntos Consulares; James Van Derhoff, diretor de Informática, Bureau de Gestão de Recursos de Informação; Charles E. Williams, diretor de Administração de Imóveis no Exterior; Laurence G. Brown, diretor do Escritório de Serviços Médicos; Marguerite Coffey, diretora-gerente do Escritório de Política Administrativa; William H. Moser, subsecretário adjunto para Administração e Gestão de Logística; Barry L. Wells, diretor do Escritório de Direitos Civis e diretor para Questões de Diversidade; Kim H. Nickles, Ligação da Casa Branca com o Departamento de Estado; e Ann D. Greenberg, diretora do Escritório de Ligação com a Família

Ações Globais



© AP Images

O embaixador dos EUA na China, Clark Randt (terceiro da direita para a esquerda), cava a terra na cerimônia de lançamento da pedra fundamental de uma nova embaixada em Pequim, em fevereiro de 2004. A conclusão da obra está prevista para 2008

O subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, R. Nicholas Burns, atua como gerente do dia-a-dia para todas as questões políticas regionais e bilaterais, supervisionando os bureaux geográficos bem como o Bureau de Assuntos de Organizações Internacionais e o Bureau de Assuntos Internacionais de Entorpecentes e Aplicação da Lei



© AP Images



Foto: segundo sargento Joseph McLean, Força Aérea dos EUA

Em Mombasa, no Quênia, o ministro de Estado da Defesa, Njenga Karume (à esquerda), e o embaixador dos EUA no Quênia, Michael E. Ranneberger, dirigem-se a uma cerimônia de batismo de barcos que ajudará as autoridades quenianas a combater o tráfico de armas e de drogas

Ações Globais



Em dezembro de 2006, membros da tripulação da Força Aérea dos EUA descansam durante missão de entrega de suprimentos à área de Dadaab, no Quênia, onde três campos de refugiados ficaram isolados por inundações catastróficas

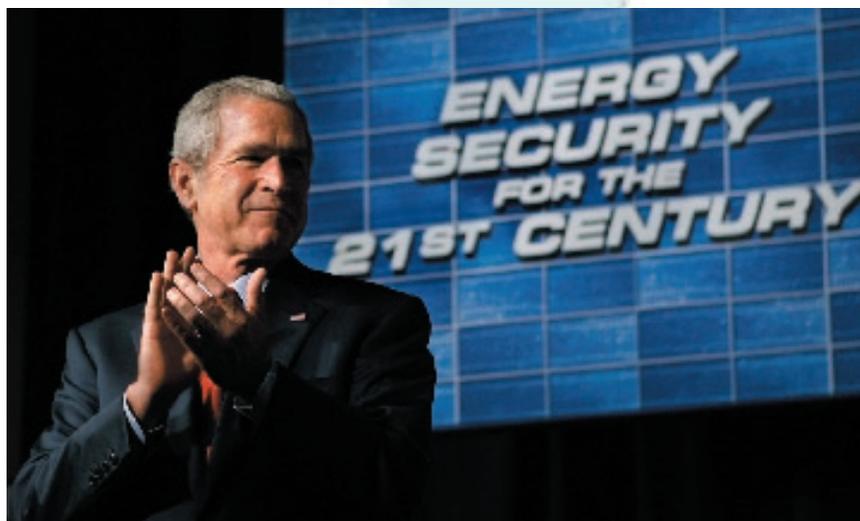
© AP Images



© AP Images

O chefe das forças de interdição na Colômbia, tenente-coronel Oscar Atehortua (à esquerda), e o vice-ministro do Interior para Combate a Narcóticos do Afeganistão, general Mohammad Daud Daud, em coletiva de imprensa conjunta em Cabul, no Afeganistão, em agosto de 2006. O Bureau de Assuntos Internacionais de Entorpecentes e Aplicação da Lei patrocinou esses encontros para ajudar no combate ao narcotráfico e ao crime no mundo todo

O presidente George W. Bush aplaude os esforços do Congresso na aprovação da Lei de Política Energética de 2005, destinada a diversificar o abastecimento de energia dos EUA e tornar o país menos dependente do petróleo estrangeiro



© AP Images

Ações Globais



Mulher refugiada da Somália e sua filha em campo de refugiados na periferia de Dadaab, no Quênia. Durante a visita da subsecretária de Estado para População, Refugiados e Migração, Ellen Sauerbrey, ao campo em 2006, foi adotado um protocolo sobre prevenção da exploração e do abuso sexual

© AP Images

A subsecretária de Estado americana para Assuntos Globais, Paula Dobriansky (à esquerda), conversa com o ministro de Estado para Assuntos de Mudança Climática e Meio Ambiente do Reino Unido, Elliot Morley, por ocasião da 10ª Convenção Internacional sobre Mudança Climática em Buenos Aires, Argentina, em dezembro de 2004



© AP Images



A secretária adjunta, Ellen Sauerbrey, com crianças no campo de refugiados Umpiem Mai, na Birmânia, mantido com a ajuda do Bureau de População, Refugiados e Migração

Departamento de Estado dos EUA



© AP Images

Ministro do Petróleo e Gás Natural da Índia, Murli Deora; ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Akira Amari; presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, Ma Kai; ministro de Comércio, Indústria e Energia da Coreia do Sul, Chung Sye-kyun; e secretário de Energia dos EUA, Samuel Bodman, em Pequim, China, em dezembro de 2006

Ações Globais



© AP Images

Durante visita recente à Antártica, a secretária adjunta para Oceanos e Assuntos Ambientais e Científicos Internacionais, Claudia A. McMurray, foi informada sobre mudança de clima e outras questões ambientais globais em estudo na Estação McMurdo, destinação desses cientistas e outros passageiros e suprimentos



Kay Cherush para o Departamento de Estado dos EUA

Esta mulher de vinte e poucos anos foi traficada para uma fábrica clandestina de blue jeans. O Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas ajuda a coordenar os esforços de combate ao tráfico



Departamento de Estado dos EUA

A secretária do Departamento do Trabalho dos EUA, Elaine Chao, e o subsecretário adjunto para Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Jeff Krilla, representaram os Estados Unidos na conferência da Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2006, quando delegados realizaram uma sessão especial sobre trabalho forçado na Birmânia

Ações Globais



A subsecretária de Estado para Diplomacia e Assuntos Públicos dos EUA, Karen Hughes, mostra um site da internet a uma jovem marroquina durante cerimônia de abertura do segundo "American Corner" no Marrocos, em junho de 2006

© AP Images

A secretária de Estado adjunta para Assuntos Educacionais e Culturais dos EUA, Dina Powell, dirige o bureau do Departamento de Estado que administra programas de intercâmbio e culturais. Essas atividades estão entre as ferramentas mais eficazes da diplomacia pública



© AP Images



© AP Images

A embaixadora dos EUA para os Emirados Árabes Unidos, Michele Sison (à esquerda), conversa com Anwar Wajdi, vice-diretor da Dubai Ports World, nos Emirados Árabes, durante entrevista coletiva sobre ajuda humanitária dos EUA para o Líbano, em agosto de 2006



© AP Images

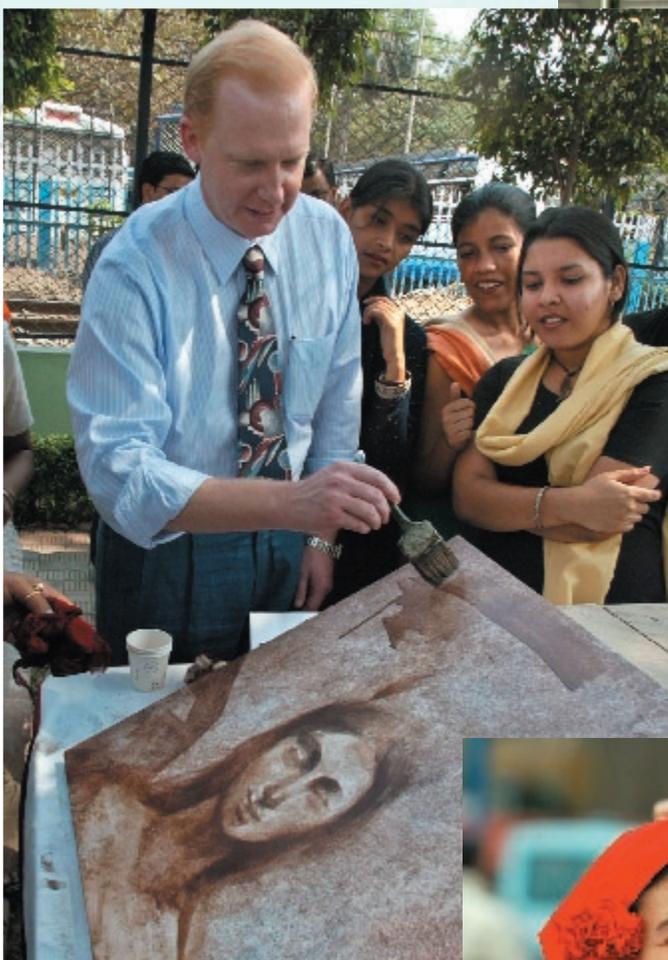
Soldado da Marinha dos EUA descarrega caixa de itens de ajuda emergencial no aeroporto internacional de Manila, em dezembro de 2006. Os itens foram doados em resposta às necessidades humanitárias após a passagem do tufão Dorian

Ações Globais

O presidente George W. Bush e a primeira-dama Laura Bush visitam laboratório para gripe aviária na cidade de Ho Chi Minh, no Vietnã



© AP Images



O cônsul-geral dos EUA em Kolkata, Índia, Henry V. Jardine, trabalha em um quadro durante workshop para pintores, em campanha para acabar com a violência contra mulheres e crianças, em março de 2006

© AP Images

Mulheres turcas protestam contra a violência contra as mulheres em praça de Istambul, como parte das atividades do Dia Internacional da Mulher. O Escritório para Questões Internacionais da Mulher estimula a participação política e econômica das mulheres



© AP Images

Ações Globais



Mustafá Quraishi/ © AP Images

(Da esquerda para a direita), John Dooley, diretor de Energia Nuclear, Proteção e Segurança do Bureau de Segurança Internacional e Não-Proliferação de Armas do Departamento de Estado dos EUA; Anya Manuel e Anish Goel, do Departamento de Estado; e Sean Eoehlbart, do Departamento de Energia, no Ministério de Assuntos Externos indiano, em Nova Délhi, Índia, em junho de 2006, para elaborar os detalhes de um pacto nuclear histórico entre os Estados Unidos e a Índia



Lee Jin-man/ © AP Images

O subsecretário de Estado dos EUA, John Negroponte (à esquerda), aperta a mão do vice-ministro das Relações Exteriores da Coreia do Sul, Cho Jung-pyo, durante reunião em Seul, Coreia do Sul, em março de 2007



Toshiyuki Aizawa/ © AP Images

Membros da Guarda Costeira dos EUA embarcam em destróier japonês durante treinamento da Iniciativa de Segurança contra a Proliferação de Armas (PSI) na base naval de Yokosuka, no Japão

Política Econômica Internacional

Escritório da subsecretária de Estado para Assuntos Econômicos, Energéticos e Agrícolas



Departamento de Estado dos EUA

Josette Sheeran

A subsecretária para Assuntos Econômicos, Energéticos e Agrícolas, Josette Sheeran, atua como alta funcionária da área econômica no Departamento de Estado, assessora a secretária de Estado em política econômica internacional e dirige o trabalho do departamento em assuntos que vão do comércio, agricultura e aviação a relações bilaterais com os parceiros econômicos dos Estados Unidos.

Supervisiona programas como a iniciativa "Laços Empresariais" (BBB) para ressaltar a importância do setor privado na reconstrução do Afeganistão. Essa iniciativa, criada em janeiro de 2006 pela secretária de Estado, Condoleezza Rice, e pelo presidente afegão, Hamid Karzai, destina-se a explorar o conhecimento, a criatividade, a visão e a boa vontade de líderes empresariais americanos de alto nível que podem oferecer visão estratégica e orientação aos dirigentes afegãos sobre como melhor promover o crescimento do setor privado no Afeganistão.

O Bureau de Assuntos Econômicos, Energéticos e

Comerciais, descrito no artigo a seguir pelo secretário adjunto, Daniel S. Sullivan, está subordinado ao Escritório da subsecretária Sheeran. Ele é composto de cinco unidades, cada uma dirigida por um subsecretário adjunto:

- Energia, Sanções e Commodities
- Política de Informação e Comunicações Internacionais
- Desenvolvimento e Finanças Internacionais
- Programas e Políticas Comerciais
- Assuntos de Transporte

O pessoal do Bureau desenvolve a política dos EUA, administra programas, negocia e representa o Departamento de Estado perante o Congresso, os setores comercial e industrial do país e as organizações internacionais.

A subsecretária Sheeran foi nomeada diretora executiva do Programa Mundial de Alimentação, cargo que deve assumir em abril de 2007. *program, a post which she is scheduled to assume in April 2007. ■*

<http://www.state.gov/e/>

Promoção da Prosperidade Econômica nos EUA e no Mundo

Daniel S. Sullivan

Secretário adjunto de Estado para Assuntos Econômicos, Energéticos e Comerciais



Daniel S. Sullivan

Departamento de Estado dos EUA

No Departamento de Estado, onde usamos a diplomacia para ajudar a promover a prosperidade econômica de nosso país e do mundo com o fim de fortalecer nossa segurança nacional, a energia assumiu lugar de especial importância.

O crescimento econômico mundial recorde, o surgimento de grandes consumidores de energia, como a China e a Índia, e a preocupação com o abastecimento têm abalado os mercados mundiais de energia. A segurança energética será uma questão central da política externa americana nos próximos anos. A secretária Rice reforçou nosso compromisso com o futuro energético do país ao garantir que o Departamento de Estado se organizará de maneira eficaz para lidar com esse desafio.

Energia

Esse reconhecimento da importância da energia ocasionou a mudança de alguns nomes. A principal autoridade econômica do Departamento de Estado é agora a subsecretária para Assuntos Econômicos, Energéticos e Agrícolas — demonstrando que a energia continuará a ser assunto do alto escalão. Meu bureau agora tem "Energia" no título, aprofundando nosso foco. Para ajudar a coordenar os vários bureaus e escritórios do Departamento

— econômicos, ambientais, regionais e outros — que lidam com energia, a secretária Rice nomeou um assessor especial e coordenador internacional de energia, Gregory Manuel. Manuel trabalhará para garantir que o Departamento colabore de maneira mais efetiva no âmbito interno e com outros órgãos federais para enfrentar os vários desafios energéticos ligados à política externa.

Essa nova ênfase respalda nossos esforços de promover os quatro principais elementos da política de segurança energética dos EUA: diversificação das fontes de abastecimento, articulação com outras nações consumidoras de petróleo, diálogo com os exportadores e redução da dependência mundial do petróleo.

Fontes de energia confiáveis, suficientes e a preços acessíveis são indispensáveis ao objetivo dominante da política americana de promover o crescimento do nosso país e das economias mundiais. Para esse fim, os Estados Unidos trabalham em parceria com outras nações consumidoras industrializadas em questões como reservas



Lenny Ignelzi/AP Images

O professor de Engenharia da Universidade Estadual de San Diego, Jim Burns, ao volante de seu carro híbrido no laboratório do campus em outubro de 2005, em San Diego, Califórnia. O painel é uma tela de computador que monitora todas as funções do automóvel. O híbrido faz mais de 34 quilômetros por litro de combustível e vai de zero a 96,56 quilômetros por hora em 4,3 segundos



J. Scott Applewhite/© AP Images

Nos Laboratórios Nacionais Sandia, em Albuquerque, Novo México, o presidente Bush visita o Laboratório Nacional de Testes com Energia Solar do Departamento de Energia, onde discos espelhados e painéis solares geram eletricidade. Acompanham Bush o presidente do Sandia, Thomas O. Hunter (esq.), e o senador Peter Domenici, republicano do Novo México

estratégicas de petróleo e maior eficiência energética por meio da Agência Internacional de Energia e outros fóruns. Estamos ajudando a China e a Índia a criar políticas energéticas seguras e sustentáveis por meio de vários mecanismos bilaterais e multilaterais de diálogo.

Crescimento econômico sustentado

Ao mesmo tempo que trabalhamos para garantir o abastecimento, promovemos outras políticas específicas para criar condições para o crescimento econômico sustentado.

Primeiro de tudo, trabalhamos no mundo inteiro para incentivar o aumento da proteção dos investimentos e a abertura de novos mercados para as exportações americanas. A economia dos EUA é competitiva porque já é uma das mais abertas do mundo. Temos os benefícios de nossas exportações, que cresceram quase 60% nos últimos 10 anos, e de nossas importações, que melhoram nossa competitividade ao diminuir os custos de produção, ajudar a controlar a inflação e incentivar a demanda por nossas exportações.

Assim, damos forte apoio à conclusão bem-sucedida da Rodada Doha de negociações comerciais multilaterais e trabalhamos com vigor para fazer o processo avançar.

Maior redução das barreiras aos fluxos de comércio e de investimento seria uma das formas mais eficazes de preparar o terreno para o crescimento econômico e um padrão de vida mais alto em todo o mundo.

Os Estados Unidos abrem mercados também por meio de acordos comerciais regionais e bilaterais. O maior deles é o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Desde que o Nafta entrou em vigor em 1994, o comércio dos EUA com seus dois parceiros — Canadá e México — mais que duplicou. O novo acordo de livre comércio EUA-América Central/República Dominicana, formado por sete países, já começa a mostrar resultados.

Os Estados Unidos têm acordos bilaterais de livre comércio (ALCs) com Bahrein, Chile, Jordânia, Israel, Marrocos, Omã e Cingapura. Negociações de ALCs foram iniciadas ou concluídas com Colômbia, Equador, Malásia, Panamá, Peru, Coréia do Sul, Tailândia e Emirados Árabes Unidos. Negociamos também tratados bilaterais de investimento (TBIs) com dispositivos quase idênticos aos dos nossos ALCs. Um TBI com o Uruguai entrou em vigor em 2006 e outros estão sendo negociados.

Trabalhamos também para garantir mercados abertos e igualdade de condições com nosso segundo maior parceiro comercial, a China. O comércio de bens entre nossos países ultrapassou US\$ 300 bilhões o ano passado. Para fortalecer a relação econômica EUA-China, a China precisa cumprir suas obrigações para com os EUA e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Para que isso possa acontecer, o governo deu início ao Diálogo Econômico Estratégico EUA-China. Conduzido pelo Departamento do Tesouro, será um diálogo permanente, com reuniões semestrais de alto nível realizadas alternadamente nas respectivas capitais.

Aviação, internet, biotecnologia e propriedade intelectual

Para ampliar ainda mais o apoio ao comércio e ao crescimento, nosso bureau tem tido um importante papel na abertura da aviação internacional ao transporte de pessoas e bens por meio de uma estrutura regulatória e legal mais liberal. O Departamento de Estado liderou as delegações dos EUA que negociaram quase 80 acordos de "Espaços Aéreos Abertos" desde 1992, expandindo o comércio, investimentos, emprego e turismo por meio da oferta de mais serviços e redução das tarifas.

O bureau está à frente também da promoção do desenvolvimento econômico e da liberdade da internet. A secretária Rice criou a Força-Tarefa Global pela Liberdade



Al Grillo/© AP Images

Duas renas param em estrada no campo de petróleo da Baía de Prudhoe, na região de North Slope, no Alasca, em agosto de 2006. As centenas de renas que vagueiam pelo campo de petróleo têm toda a liberdade de ir e vir e ninguém pode importuná-las. Os veículos não podem buzinar e param para esperar que os animais deixem a pista

na Internet (Gift) em fevereiro de 2006 para rastrear tentativas de censura da rede. A força-tarefa mostra de que forma os governos utilizam a tecnologia e a regulação para restringir o livre fluxo de informações. O bureau participa de outras iniciativas pela liberdade da internet, promoção do setor das telecomunicações dos EUA e melhor gestão das comunicações internacionais por satélite.

Nosso bureau tem também importante papel na política americana de promoção da biotecnologia agrícola e culturas transgênicas. Essas culturas têm enorme potencial, e o número de plantações em todo o mundo aumentou mais de 50 vezes desde sua introdução em 1996. O Departamento de Estado tem trabalhado com outros órgãos do governo para fazer com que governos estrangeiros reduzam as barreiras injustificadas às exportações de culturas transgênicas. Junto com o Canadá e a Argentina, comemoramos a recente decisão do painel de solução de controvérsias da OMC, segundo a qual a União Européia e seus Estados-membros não apresentaram fundamentação para proibir algumas culturas transgênicas.

A promoção do crescimento significa também combater as violações dos direitos de propriedade intelectual, como a pirataria de patentes e direitos autorais e a falsificação de marcas, que custam à indústria americana até US\$ 250 bilhões por ano, segundo a Câmara de Comércio dos EUA. Para processar infratores, trabalhamos por meio de vários fóruns, entre eles o

G-8, o Grupo de Trabalho EUA-União Européia sobre Propriedade Intelectual, a OMC, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e acordos de livre comércio bilaterais e regionais.

Terrorismo

O terrorismo é uma potente ameaça ao crescimento econômico. Nosso bureau tem importante papel no combate ao terrorismo ao buscar sustar seu financiamento. O Escritório de Políticas de Combate ao Financiamento do Terrorismo e de Sanções Econômicas exerce importante papel nos esforços para congelar ativos e desbaratar atividades de grupos terroristas. Trabalhamos para conseguir apoio internacional ao combate ao terrorismo, congelar ativos e desenvolver novas iniciativas para fortalecer a cooperação internacional contra o financiamento do terror.

Enfrentamos também a possibilidade de Estados falidos com poucas perspectivas econômicas exportarem ameaças terroristas para nosso país. Embora a pobreza no exterior não cause terrorismo, ao enfrentar a pobreza e a doença e promover o crescimento econômico, as reformas e o combate à corrupção no mundo, podemos contribuir para eliminar as condições que geram o tipo de desesperança e desespero que dão aos terroristas a oportunidade de recrutar adeptos.

Reconstrução e combate à corrupção

O bureau participa dos esforços de reconstrução em países onde houve conflitos, como Haiti, Iraque, Líbano e Libéria. Estamos ajudando a criar o Pacto Iraquiano, que explica a governos e organizações doadoras os objetivos do governo iraquiano e as bases para o apoio internacional.

Propusemos também iniciativas de combate à corrupção que ajudam a melhorar o clima para os investimentos e as perspectivas de crescimento liderado pelo setor privado em todo o mundo. Entre essas iniciativas destacam-se a Estratégia contra a Cleptocracia, proposta pelo presidente Bush, e a Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE). Os Estados Unidos apóiam a Convenção da ONU de Combate à Corrupção, primeiro fórum contra a corrupção de caráter global.

O bureau participa ainda de iniciativas para promover o alívio da dívida e a estabilidade dos países mais pobres. Estamos monitorando o novo desafio de conceder

empréstimos comerciais substanciais a países de baixa renda por parte de países emergentes grandes que não participaram das iniciativas de alívio da dívida. Estamos trabalhando para melhorar a articulação com os credores e restringir os empréstimos de caráter não concessional para beneficiários das iniciativas de alívio da dívida.

O escopo de nosso trabalho no Bureau de Economia é muito amplo, vai do comércio com os países maiores ao alívio da dívida para os mais pobres. Unir tudo isso é nossa maior prioridade na promoção de crescimento econômico em nosso país e no mundo. Com esse novo foco na garantia da segurança do abastecimento de energia, ajudaremos a criar condições para estimular o crescimento no século 21. ■

<http://www.state.gov/e/eeb/>

Transcendendo as Fronteiras Nacionais

Paula J. Dobriansky

Subsecretária de Estado para Democracia e Assuntos Globais

No mundo atual, todo e qualquer desafio afeta todos os habitantes do planeta. Entre as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional figuram as que transcendem as fronteiras nacionais: por exemplo, o desenvolvimento e uso de novas tecnologias e avanços científicos; a observância dos direitos humanos; saúde pública; gestão ambiental; e recursos energéticos.

Um mundo cada vez mais globalizado gera grandes oportunidades de melhoria de vida para os americanos e outros povos de todo o mundo. No entanto, há também ameaças transnacionais significativas. Sabemos que opressão e extremismo político podem trazer conseqüências graves para todos. Doenças infecciosas como malária, Aids, tuberculose e gripe não respeitam fronteiras regionais ou nacionais, e o surto catastrófico de uma pandemia de gripe para a qual não estávamos preparados pode produzir resultados da magnitude de um grande conflito militar. Os efeitos das limitações de recursos ou da degradação ambiental em uma área podem atingir outras com grande rapidez. O flagelo do tráfico de pessoas destrói vidas, corrói a autoridade governamental e alimenta o crime organizado.

Os bureaux e escritórios que englobam o Escritório de Democracia e Assuntos Globais do Departamento de Estado enfocam assuntos globais. Encabeçamos os esforços dos Estados Unidos no mundo para ampliar a liberdade e os direitos humanos das pessoas, independentemente de sexo, raça ou religião; criar um ambiente mais limpo e sustentável; e aliviar o sofrimento humano por meio do combate à pobreza e da promoção da educação e saúde.



Paula J. Dobriansky

Departamento de Estado dos EUA

Perseguimos essas metas porque é a coisa certa a fazer e porque desse modo chamamos a nós o legado, a oportunidade e a responsabilidade global que nos cabem. Ao mesmo tempo, promovemos nossos interesses vitais: os assuntos globais provocam impacto direto e profundo sobre nossa segurança nacional.

O Conselho Nacional de Inteligência dos EUA, em consulta direta com especialistas do setor privado, emitiu um conjunto de relatórios que analisa as tendências globais 15 anos à frente. Uma das principais conclusões é que "a qualidade da governança, interna e externamente, determinará de forma substancial quão bem os

Estados e sociedades conseguirão lidar com as forças globais". Como a experiência tem confirmado, os relatórios deixam claro que Estados autoritários e falidos levam com freqüência a conflito interno, migração forçada, exportação de terrorismo e outras violências, além da má administração de recursos, criando um campo fértil para a paralisia do crescimento econômico e do avanço da saúde. Em outras palavras, a forma como os governos tratam não apenas outras nações, mas seu próprio povo, ajuda a determinar as oportunidades globais e os desafios que afetam a todos. A secretária Rice tem enfatizado que o principal componente da política externa dos EUA é a diplomacia transformacional, cujo objetivo é trabalhar com os outros para construir e manter Estados democráticos e bem governados que responderão às necessidades de seu povo e se comportarão de maneira responsável no sistema internacional. Nossos bureaux e escritórios ajudam a dirigir esse trabalho decisivo. Não é o caso de impor aos outros um modelo preciso, mas tentar produzir uma mudança

positiva — utilizar nossa força diplomática para ajudar cidadãos estrangeiros a melhorar sua vida e assumir o controle do seu próprio futuro.

Nesse trabalho e em nossos demais esforços, buscamos e implementamos abordagens inovadoras para tratar dos desafios globais. Fazemos um amplo trabalho de coordenação com outros países em todo o mundo e nos empenhamos para que governos e o setor privado se unam para avançar nas questões transnacionais. Por exemplo, a Parceria Ásia-Pacífico para o Desenvolvimento Limpo e o Clima reúne os governos e o setor privado de seis países-chave para tratar de metas energéticas, econômicas e ambientais por meio de medidas concretas e efetivas; a Parceria Internacional contra a Pandemia de Gripe Aviária promove cooperação oportuna e sustentável de alto nível em resposta à ameaça representada pela pandemia de gripe; e o Conselho de Mulheres Americanas e Afegãs ajuda as mulheres afegãs a obter as habilidades, o conhecimento e o microfinanciamento que lhes permitirão melhorar a vida de todos os afegãos. Trabalhamos em parceria direta com

organizações não-governamentais e outros elementos da sociedade civil em determinados países para assegurar que as metas estratégicas se traduzam em resultados concretos e efetivos. Nossos bureaux e escritórios também se envolvem com organizações multinacionais estabelecidas, bem como com outras novas que possam ocupar papéis importantes como, por exemplo, a Comunidade de Democracias e o Fundo da ONU para a Democracia.

Agradeço a todos a leitura sobre os bureaux e escritórios do Departamento de Estado voltados para os assuntos globais. As questões que trabalhamos são complexas, dinâmicas e essencialmente importantes. Nossa missão é empregar abordagens adaptáveis e eficientes para essas questões. Nos ensaios a seguir, espero que todos captem o sentido dos nossos esforços — diários, em todo o mundo — para esse fim.■

<http://www.state.gov/>



Departamento de Estado dos EUA

Após pronunciamento sobre “Fim da luta global contra a pólio” na Universidade George Washington, em Washington, D.C., a subsecretária Paula Dobriansky (direita) conversa com o reitor da Escola Elliott de Assuntos Internacionais, Michael E. Brown (centro), e uma aluna, Meredith Stakem

Promoção da Democracia no Mundo

Barry F. Lowenkron

Secretário de Estado adjunto para Democracia, Direitos Humanos e Trabalho



Barry F. Lowenkron

Departamento de Estado dos EUA

Todos nós podemos citar pessoas extraordinárias e histórias que nos inspiram. O que me inspira é a história da formação do primeiro grupo de monitoramento de Helsinque, em 1976. Um pequeno círculo de ativistas de direitos

humanos realizou uma coletiva de imprensa no apartamento do ganhador do Prêmio Nobel Andrei Sakharov, em Moscou, para anunciar a formação de um grupo de cidadãos com o objetivo de promover a implementação do Acordo de Helsinque de 1975 na União Soviética – acordo que liga a segurança entre os Estados ao respeito pelos direitos humanos dentro dos Estados. O líder do grupo, o físico Yuri Orlov, pediu aos presentes que se juntassem a ele no tradicional brinde aos dissidentes soviéticos. Depois, levantou seu copo de vodka, sorriu e disse: "Ao sucesso da nossa causa perdida!" Perdida? Assim parecia naquela época. No entanto, graças, em grande parte, à coragem, à perseverança e ao sacrifício do Grupo Moscou-Helsinque e de outros grupos semelhantes e ao apoio moral que receberam dos Estados Unidos e de outras nações livres, temos visto causas perdidas transformadas em mudanças históricas. Hoje, como quatro décadas atrás, enfrentamos grandes desafios e ouvimos muitas pessoas dizerem que isso não pode ser feito. E hoje, como nas décadas anteriores, os Estados Unidos lideram a comunidade internacional no avanço da democracia pelo mundo inteiro e na defesa daqueles suficientemente corajosos para pressionar por seus próprios direitos.

Política

O Bureau de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho

(DRL) foi criado pelo Congresso em 1977. Desde sua implantação, o DRL tem sido um líder do governo americano no avanço da liberdade. Promovemos a democracia e defendemos os direitos humanos por uma questão de princípios e por serem componentes fundamentais à segurança dos EUA. Nosso sistema político e nossa identidade nacional se alicerçam na crença de que todas as pessoas compartilham direitos fundamentais, os quais são mais bem protegidos por uma governança eficiente e democrática. Ao mesmo tempo, como ressaltado na Agenda de Liberdade e Estratégia de Segurança Nacional do presidente Bush, boa governança e promoção da democracia são essenciais à nossa segurança nacional e à guerra contra o terror. Estados falidos e autoritários que não atendem às necessidades de seu povo ou não respeitam os direitos humanos internacionais e as normas democráticas representam, no longo prazo, uma ameaça à segurança dos Estados Unidos e de outras democracias.



Marcelo Hernandez/© AP Images

O embaixador dos EUA na Organização dos Estados Americanos (OEA), John Maisto, fala com jornalistas durante coletiva de imprensa em Montevideu, Uruguai, em maio de 2006. A OEA é uma das muitas organizações internacionais com a qual os Estados Unidos trabalham para promover reformas democráticas e oferecer assistência técnica a outros países

Princípios

Todos os dias, meu bureau ajuda a elaborar e a executar políticas para fazer avançar liberdades básicas e princípios



Javier Galeano/© AP Images

Cubanos lêem mensagens exibidas em luminoso do prédio da missão dos EUA em Havana, Cuba, em janeiro de 2006. A missão americana em Cuba começou a publicar a Declaração Universal dos Direitos Humanos em um painel eletrônico de notícias em seu edifício de frente para o mar

democráticos. Ao fazê-lo, somos norteados por várias questões reais, entre elas:

- A democracia não pode ser imposta, ela deve ser cultivada. Cabe, especialmente às nações democráticas, oferecer apoio a homens e mulheres do mundo todo que clamam por direitos humanos e liberdades democráticas.
- Não existe um modelo único que sirva para todas as regiões e todos os países. Como disse o presidente Bush: "Em vez disso, nossa meta é ajudar as demais nações a encontrar sua própria forma de expressão, a conquistar sua própria liberdade e a desbravar seu próprio caminho."
- As eleições em si não fazem uma democracia. As eleições

são elemento fundamental, mas o respeito pelos direitos humanos, uma sociedade civil forte e instituições governamentais responsáveis, transparentes e eficientes também são essenciais.

- Não há democracia perfeita, e a promoção da democracia implica trabalho árduo para chegar ao caminho certo. Alguns países podem permanecer frágeis por algum tempo. Outros podem retroceder.
- A promoção da democracia é um esforço de várias gerações, exigindo compromissos de longo prazo. Trata-se de um trabalho urgente, que não pode ser postergado, como diz a secretária Rice.

Ferramentas

Em nossos esforços para promover o respeito pelos direitos humanos e avançar princípios democráticos, empregamos três ferramentas essenciais: diplomacia, programas e relatórios.

Nossos esforços diplomáticos incluem diálogos bilaterais diretos para incentivar os países a avançar na questão dos direitos humanos. Também trabalhamos com parceiros com os mesmos objetivos nas Nações Unidas e em organizações regionais, como a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (Osce) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), para promover reformas democráticas, oferecer assistência técnica e — quando necessário — cobrar responsabilidade dos governos.

Nossos programas concedem subsídios competitivos a ONGs sediadas nos EUA, que implementam projetos centrados, de curto prazo e alto impacto com ONGs locais para ajudar o governo e a sociedade civil a construir capacidade de desenvolver e manter seus próprios processos democráticos e suas próprias instituições.

Nossos relatórios chamam a atenção internacional para os abusos dos governos; ressaltam avanços e melhorias; e informam o público sobre o que estamos fazendo em prol da causa da liberdade. O DRL publica relatórios anuais, por país, sobre práticas de direitos humanos, formas pelas quais os Estados Unidos apoiam os direitos humanos e a democracia no mundo todo e a situação da liberdade religiosa em âmbito internacional.

Concentramos nossas atividades nas seguintes áreas fundamentais:

Estado de Direito e direitos humanos: avanço e proteção dos direitos humanos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e promoção de sociedades nas quais o Estado e seus cidadãos cumpram leis promulgadas oficialmente, aplicadas com igualdade e imparcialidade.

Boa governança: promoção de instituições democráticas eficientes, receptivas, sustentáveis e responsáveis perante seu povo.



Thierry Charlier/© AP Images

A 15a Sessão Anual da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (Osce) realizada no prédio do Parlamento Europeu em Bruxelas, Bélgica, em julho de 2006. A Osce é uma das várias organizações internacionais com a qual os Estados Unidos trabalham para promover a democracia

Competição política e construção de consenso: apoio ao desenvolvimento de transparência e de processos eleitorais inclusivos; partidos políticos democráticos e receptivos; e construção de consenso entre governo, partidos políticos e sociedade civil para avançar uma agenda democrática comum.

Sociedade civil: empoderamento das pessoas para que pacificamente exercitem seus direitos de expressão, associação e reunião, incluindo a participação em organizações não-governamentais e sindicatos. Também procuramos proteger e promover uma mídia livre, aberta e independente, inclusive na internet.

Próximos desafios

A defesa dos direitos humanos e a promoção da democracia exigem um compromisso de longo prazo e, muitas vezes, um esforço multigeracional, não apenas dos governos, mas também das pessoas em geral. Não há garantia de sucesso e nem de que o avanço seja linear.

Precisamos ter capacidade de resposta rápida e eficiente

a eventos inesperados para ajudar a consolidar as aberturas democráticas e evitar o retrocesso dos direitos humanos. Tais esforços incluem o apoio solidário a organizações não-governamentais e a outros defensores dos direitos humanos ameaçados por alguns governos; apoio à reforma; resposta à restrição da liberdade da mídia e da internet; e ajuda às democracias fracas para que possam melhor distribuir a seu povo os benefícios da democracia por meio do fortalecimento de suas instituições governamentais e do Estado de Direito.

Em todos esses esforços em prol dos direitos humanos e da democracia, ficamos satisfeitos com as parcerias com outros governos e com as idéias e a experiência das ONGs que fazem o difícil trabalho de defender os direitos humanos e de construir a democracia cidadão por cidadão, instituição por instituição, país por país, todo santo.■

<http://www.state.gov/g/drl/>

Levando Ajuda e Esperança ao Mundo Todo

Ellen R. Sauerbrey

Secretária de Estado adjunta para População, Refugiados e Migração



Ellen R. Sauerbrey

Departamento de Estado dos EUA

Enquanto escrevo essas palavras, estima-se que mais de 12 milhões de pessoas no mundo todo estejam vivendo como refugiados: pessoas que abandonaram seu país e não podem retornar por causa de um temor legítimo de perseguição decorrente de suas crenças religiosas ou políticas, raça, nacionalidade ou

por pertencerem a um grupo social. Há outros milhões em semelhante situação de dificuldade, pessoas que não atravessaram uma fronteira internacional, mas foram expulsas de seus lares devido a situações de conflito ou discriminação.

Há muitas razões para o mundo estar preocupado com a situação angustiante dos refugiados. Acima de tudo, a situação deles nos lembra que a comunidade internacional deve continuar a tratar das causas principais dos fluxos de refugiados — intolerância, discriminação e falta de liberdade, de direitos e de princípios democráticos. Mas aliviar o sofrimento dos refugiados e oferecer-lhes soluções é um imperativo humanitário.

Suponha que você mesmo tenha perdido sua casa, suas posses, seu meio de subsistência simplesmente por ser quem você é. Imagine-se vivendo com a incerteza da situação de refugiado — será que algum dia poderá voltar para casa? Onde, quando e como poderá recomeçar sua vida e construir um futuro para sua família? É um desafio manter a esperança viva em tal situação. É por isso que os refugiados, em muitos casos, também são vulneráveis ao recrutamento do conflito armado, alimentando, assim, um ciclo de violência.

Fico particularmente tocada pela situação das crianças refugiadas, muitas das quais crescem sem nenhum conhecimento de vida fora dos limites de um campo de refugiados.

Os Estados Unidos estão comprometidos a manter a dignidade humana de refugiados e vítimas de conflitos em todo o mundo. Esse trabalho demonstra a generosidade e solidariedade do povo americano.

Ao ajudar as pessoas que enfrentam perseguição e violência, ajudamos a transformar sociedades e a apoiar metas importantes para toda a comunidade global: defesa dos direitos humanos e neutralização de conflitos regionais.

Os Estados Unidos são um líder global na proteção e assistência a refugiados e vítimas de conflitos. Historicamente, são o maior país doador ao Escritório do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur), ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, à Agência



Sakchai Lalit/AP Images

Dois garotos do Karen em seu lar temporário no Campo de Refugiados Tham Hin, no sul de Bangcoc, Tailândia, em agosto de 2006. A secretária adjunta, Ellen R. Sauerbrey, facilitou o recente reassentamento de aproximadamente 2.700 refugiados de Burma nos Estados Unidos



Gemunu Amarasinghe/© AP Images

Funcionários estendem bandeira do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) no cais, em frente a um navio de turismo fretado pelo CICV para resgatar passageiros desamparados devido ao combate entre forças governamentais e o grupo rebelde Tigres Tâmeis em Jaffna, distante aproximadamente 240 quilômetros de Colombo, no Sri Lanka, em agosto de 2006

das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (Unrwa) e à Organização Internacional para as Migrações. O Bureau de População, Refugiados e Migração (PRM) administra mais de US\$ 800 milhões em dotações orçamentárias anuais para programas que vão do atendimento às necessidades básicas de pessoas e comunidades deslocadas ao fornecimento de soluções duradouras para milhões de refugiados. Desde a Segunda Guerra Mundial, mais refugiados encontraram lar permanente nos Estados Unidos do que em qualquer outro país.

Proteção e assistência a pessoas vulneráveis

O Departamento de Estado dos EUA apóia a implementação de parcerias para ajudar a garantir a proteção legal e física de refugiados e outras pessoas extremamente vulneráveis no mundo. Os programas incluem iniciativas educacionais nacionais e comunitárias para prevenir e reagir à violência de gênero, um projeto de microempresas para vítimas do tráfico na Índia e um programa de educação e atletismo para jovens sudaneses refugiados de Darfur com o intuito de reduzir o recrutamento de crianças-soldados.

Outros programas apóiam os esforços de assistência para sustento e capacitação, que tratam de necessidades

com relação a água, saneamento, alimentação, saúde, abrigo, educação, capacitação econômica e social, entre outras. Essa ajuda abrange desde a manutenção do envio de ajuda alimentar para os campos de refugiados no Quênia e o fornecimento de kits de cozinha para colombianos recentemente deslocados até o patrocínio de educação e cursos profissionalizantes para mulheres afegãs refugiadas e que regressaram.

Essas atividades permitem às vítimas de perseguição e conflitos recuperar suas vidas, quer seja retornando para casa quando as condições estiverem seguras, construindo uma nova vida no país de asilo ou estabelecendo-se permanentemente em outro país.

Um novo começo

Em alguns casos, o reassentamento é a melhor opção. O reassentamento fornece aos refugiados a oportunidade de reconstruir suas vidas. Os Estados Unidos, país líder em reassentamentos, oferece essa oportunidade para mais de 2,6 milhões de refugiados desde 1975. O presidente consulta o Congresso para determinar o número de refugiados que podem ser aceitos todo ano. Nos últimos anos, ampliamos nossa capacidade de processamento de refugiados no mundo todo e acolhemos um grupo de refugiados cada vez mais diverso. Mais de 40 mil refugiados de 68 países começaram vida nova nos Estados Unidos em 2005. Nosso programa é bem-sucedido por causa da preparação e dos cuidados despendidos na promoção de oportunidades e auto-suficiência para os refugiados que chegam aos Estados Unidos.

Temos um longo histórico de integração bem-sucedida de refugiados de todos os níveis sociais. É importante observar que selecionamos os candidatos para nosso programa com base na necessidade — não fazemos seleções baseadas em nível educacional, habilidades relacionadas a emprego ou outros critérios semelhantes. Contudo, uma vez que os refugiados são selecionados para o reassentamento nos EUA, todo esforço é feito para lhes garantir a integração na vida americana. Antes de partir para os Estados Unidos, eles participam de um programa de orientação para conhecer os valores, a cultura e as leis americanas.

Na chegada, os refugiados recebem ajuda com relação a educação, ensino da língua e capacitação para o trabalho para que possam ter a chance de um novo começo bem-sucedido. A maioria dos refugiados que vêm para os Estados Unidos consegue encontrar trabalho e sustentar suas famílias.



Manish Swarup/© AP Images

Atriz de Hollywood e embaixadora da boa vontade do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos (OHCHR), Angelina Jolie, antes de reunião com o Secretário de Estado da Índia para Assuntos Externos em Nova Délhi, Índia, em novembro de 2006. Jolie visitou a capital da Índia e passou algum tempo com refugiados afegãos de religião sique e do Mianmar

Após cinco anos, os refugiados reassentados tornam-se aptos a candidatar-se à cidadania americana e a grande maioria aproveita essa oportunidade.

O trabalho de integração dos refugiados é realizado por uma rede de agências públicas e privadas e depende muito de apoio voluntário. Esse programa é uma parceria público-privada maravilhosa, e estou profundamente impressionada com a dedicação das pessoas que trabalham com os refugiados. Acho que o entusiasmo com o qual as comunidades americanas acolhem esses novos recém-chegados reflete a crença americana na liberdade, nos direitos humanos e na igualdade. Essa fé é recompensada pelas muitas contribuições de ex-refugiados. Tive a honra de encontrar muitos ex-refugiados que obtiveram sucesso em todas as áreas e se esforçam em retribuir à sociedade que lhes deu a oportunidade.

Liderança na diplomacia do bureau

O Bureau de População, Refugiados e Migração do Departamento de Estado não somente lidera os esforços dos EUA na proteção e assistência a refugiados e vítimas de conflito como também coordena a política externa dos EUA sobre questões de migração internacional e de população.

O objetivo da política dos EUA é promover populações instruídas e saudáveis. Os Estados Unidos

apóiam tomadas de decisões voluntárias e informadas com relação ao planejamento familiar para que todos os casais possam formar famílias saudáveis e do tamanho desejado. O governo dos EUA fornece assistência externa substancial para melhorar a saúde materna e para combater a mortalidade materna e infantil.

Promoção da migração humana ordenada

As pessoas migram por várias razões: para escapar de conflitos, evitar a degradação ambiental ou os desastres naturais, procurar oportunidades econômicas ou para se reintegrar à família. O controle eficiente da migração é uma prioridade dos Estados Unidos, uma vez que cerca de 20% dos 191 milhões de migrantes estimados residem aqui.

Por meio do PRM, o Departamento de Estado dos EUA promove práticas de migração internacional seguras, legais, ordenadas e humanas, trabalhando com os governos para compartilhar as melhores práticas e cooperar em uma variedade de questões específicas da região, inclusive segurança nas fronteiras, procedimentos de asilo e proteção dos direitos humanos dos migrantes. Entre os migrantes, mulheres e crianças são especialmente vulneráveis à exploração extrema, como o tráfico de mão de obra ou sexo. O PRM é parte de um esforço abrangente entre agências que trabalham com organizações governamentais e não-governamentais e internacionais na luta contra o tráfico de pessoas.

Valores universais

Nossa meta em nosso trabalho em prol dos refugiados e na política de migração e população é fornecer ajuda e esperança. Por meio do trabalho do Bureau de População, Refugiados e Migração do Departamento de Estado, os Estados Unidos estão defendendo valores universais e promovendo a dignidade humana e a liberdade. ■

<http://www.state.gov/g/prm/>

Desafios Globais

Claudia A. McMurray

Secretária de Estado adjunta para Oceanos, Assuntos Científicos e Ambientais



Claudia A. McMurray

Departamento de Estado dos EUA

O Bureau de Oceanos, Assuntos Científicos e Ambientais (OES) do Departamento de Estado possui uma pasta abrangente que inclui alguns dos mais importantes desafios de nossa era: mudanças climáticas, pandemia de gripe, fornecimento de energia limpa e de água potável segura para as nações em desenvolvimento e a salvação

de nossos oceanos, florestas e vida selvagem.

Nunca antes tais questões foram tão críticas para nossa diplomacia. Como a secretária Rice observou: "É impossível estabelecer neste mundo divisões nítidas e claras entre nossos interesses de segurança, nossos esforços de desenvolvimento e nossos ideais democráticos. A diplomacia americana precisa integrar e levar adiante todas essas metas em conjunto." A liderança mundial dos EUA em meio ambiente, ciência e questões ligadas à saúde é um instrumento fundamental para encontrar as soluções para os problemas da atualidade.

Nossa agenda, embora diversificada, é guiada por três principais áreas de concentração. Em primeiro lugar, certos problemas são tão críticos que exigem nossa atenção imediata. Eles incluem a missão premente de evitar ou diminuir o risco de uma pandemia de gripe aviária e enfrentar as mudanças climáticas de maneira a garantir a independência energética dos Estados Unidos e nossos aliados. Em segundo lugar, nosso bureau está encarregado de representar os Estados Unidos em um grande número de tratados internacionais sobre problemas ligados aos recursos naturais e ambientais. Essas obrigações legais são importantes, e as levamos muito a sério. Por fim, o bureau criou e mantém diversas parcerias colaborativas em nível internacional para promover a cooperação científica, a proteção ambiental e a conservação dos recursos naturais.

Questões cruciais

Para enfrentar uma pandemia de gripe aviária, o Departamento de Estado coordena as atividades da Parceria Internacional contra a Pandemia de Gripe Aviária, estabelecida em 2006. Essa parceria reúne as principais nações e organizações internacionais com o intuito de melhorar a prontidão global com a coordenação de esforços, mobilização de recursos e capacitação para identificar, conter e reagir a pandemias.

Estamos nos empenhando para enfrentar o problema igualmente urgente da mudança climática em diversas frentes. Por exemplo, em 2006 criamos a Parceria Ásia-Pacífico para o Desenvolvimento Limpo e o Clima com cinco nações principais - Austrália, China, Índia, Japão, e Coreia do Sul. Esses países representam cerca de metade da população mundial e são responsáveis por mais da metade do consumo de energia e por emissões de gases de efeito estufa do mundo todo. Esse empenho foi inovador porque representa a primeira vez que conseguimos tratar da questão da mudança climática com alguns desses países de forma prática, objetiva e solidária. Com essa iniciativa, as nações parceiras cumprirão compromissos reais com prazos reais.

Tratados e outros acordos internacionais

O bureau também representa os Estados Unidos em um grande número de tratados. Um de tais tratados é o Protocolo de Montreal, cuja intenção é banir a fabricação e o uso de certos elementos químicos que destroem a camada protetora do ozônio na Terra.

Desde 1987, os 189 países partidários do protocolo reduziram gradativamente mais de 92 % das substâncias que destroem a camada de ozônio cobertas pelo tratado. É de fato impressionante que, em menos de 20 anos, a comunidade internacional tenha conseguido reduzir esses elementos químicos extremamente úteis, porém nocivos, e encontraram produtos que os substituíssem sem danificar a atmosfera. Como resultado de nossos esforços e os de muitos outros países em todo o globo, um número estimado de 20 milhões de casos de câncer de pele foram evitados.

Outra série de tratados com os quais o bureau lida diz respeito a locais de pesca e outros recursos marinhos vivos. Esses acordos buscam reverter a sobrepesca, que tem destruído populações de pescado, e, conseqüentemente, asseguram um abastecimento sustentável de peixes para consumidores ao mesmo tempo que protegem o ambiente oceânico das práticas de pesca destrutiva. In 2006, os Estados Unidos lideraram o desenvolvimento de medidas para enfrentar problemas que atingem muitas atividades pesqueiras, incluindo a sobrepesca e a capacidade de pesca excessiva das frotas mundiais. Os Estados Unidos, através do OES, também são um líder no regime criado pelo Tratado da Antártica e vão sediar a histórica 50ª reunião de partidários do regime em 2009.

Parcerias

Embora boa parte de nosso tempo seja consumida com questões e tratados urgentes, também utilizamos importantes parcerias público-privadas para resolver problemas internacionais. Parcerias como a Iniciativa para Energia Limpa, a Iniciativa Água para os Pobres, a Iniciativa do Presidente contra a Extração Ilegal de Madeira e a Coalizão contra o Tráfico de Vida Selvagem estabelecem um elo fundamental entre as metas ambientais reconhecidas internacionalmente e as soluções práticas necessárias para se chegar a elas.

Por exemplo, a Parceria para Veículos e Combustíveis Limpos está aprimorando a qualidade do ar e a saúde de milhões de pessoas — principalmente crianças — no mundo todo. Em países como México, Chile, Tailândia, China e Índia, nós nos empenhamos para reduzir os danos à saúde e ao meio ambiente causados pela gasolina com chumbo e por motores a diesel obsoletos. Em adultos, a intoxicação por chumbo causa uma série de problemas de saúde graves. Nas crianças, pode significar insuficiência de órgãos, retardo mental e até mesmo a morte.

Já obtivemos grandes resultados no mundo em desenvolvimento. Graças aos esforços dessa parceria, todos os 49 países da África Subsaariana interromperam o refino e a

importação de gasolina com chumbo no ano de 2005. Com esse único programa, conseguimos beneficiar a saúde de 733 milhões de pessoas.

Os Estados Unidos são o país que mais tem procurado facilitar os esforços para reduzir os riscos associados à exposição ao mercúrio, uma neurotoxina que afeta o desenvolvimento e é motivo de especial preocupação para mulheres grávidas, mães em fase de aleitamento e crianças. Cinco parcerias foram criadas em 2005 para começar a lidar com as fontes de poluição mais importantes, incluindo o trabalho de transferir tecnologia que pode remover o mercúrio das emissões de usinas elétricas a carvão, bem como esforços para reduzir o uso do mercúrio em mineração de

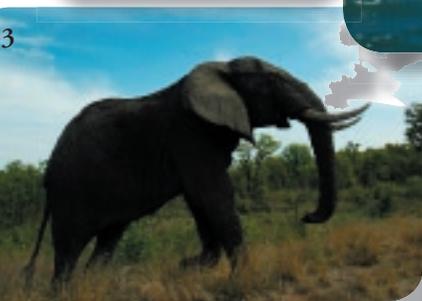
ouro e prata em pequena escala, feita em algumas das comunidades mais pobres do mundo.

Naquela região, também trabalhamos em estreita colaboração com a USAID para implementar a Iniciativa Água para os Pobres, que busca facilitar o acesso a água limpa e serviços de saneamento. O Congresso dos EUA reforçou nosso mandato

com a aprovação da Lei Água para os Pobres, do senador Paul Simon, que exigiu do Departamento de Estado o desenvolvimento de uma estratégia geral para assegurar o acesso a água potável e saneamento nos países em desenvolvimento. Nos próximos anos, o bureau se concentrará na capacitação dos países em desenvolvimento por meio de instituições regionais e da redução de barreiras institucionais para melhorar o acesso à água limpa.

Com diversas parcerias, o OES empenha-se em proteger os recursos naturais. Por exemplo, lançamos a Coalizão contra o Tráfico de Vida Selvagem, que objetiva impedir o comércio

(1) A secretária de Estado adjunta para Oceanos, Assuntos Científicos e Ambientais (OES), Claudia A. McMurray, teve um papel fundamental para facilitar a transferência desse fihote órfão de leopardo das neves do Vale Naltar, no norte do Paquistão, para um lar temporário no Zoológico de Bronx, na cidade de Nova York. (2) O OES tem papel crucial na conservação dos mamíferos marinhos do mundo, promovendo acordos bilaterais para proteger espécies em perigo de extinção e conduzindo as negociações em grupos de gestão colaborativa como a Comissão Internacional da Baleia. (3) A nova iniciativa do governo de constituir uma Coalizão Global contra o Tráfico de Vida Selvagem coordena os esforços para proteger animais como este elefante africano



© Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem

Jon Hrusa/© AP Images

Marcelo Ruschel/© AP Images



TV da Nasa/AP Images

O OES abrange os escritórios de Saúde e Biodefesa Internacional, Cooperação em Ciência e Tecnologia, e Tecnologias Espaciais e Avançadas, com tratados negociados em que os países se comprometem a usar pacificamente o espaço, a limitar os destroços no espaço, os sistemas de navegação e de posicionamento global e os satélites de comunicação, colocando o termo "internacional" na Estação Espacial Internacional, entre outros

ilegal de animais selvagens e de suas partes. Esse comércio ilegal de US\$10 bilhões representa uma imensa ameaça aos esforços de conservação da vida selvagem em todo o planeta. Ele também afeta a vida humana — encorajando o crime organizado e apresentando uma ameaça à saúde com a propagação de doenças de animais em humanos.

Nossos esforços iniciais concentraram-se na aplicação da lei no Sudeste Asiático, pois essa região é o centro de maior concentração de comércio ilegal. Encabeçamos um trabalho da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) para desenvolver uma rede de fiscalização com o intuito de prender e processar traficantes de animais selvagens. Essa iniciativa ainda é inicial, mas entre seus êxitos está a devolução de 54 orangotangos contrabandeados ao seu habitat natural graças ao trabalho conjunto de autoridades responsáveis pela execução das leis da Tailândia, Indonésia e Malásia.

A coalizão foi também estruturada para alertar a consciência pública. O presidente Bush discutiu o tráfico de vida selvagem em vários encontros internacionais, entre os quais a cúpula dos líderes do G-8 e reuniões de cúpula com o presidente Lula, do Brasil, e o primeiro-ministro Singh, da Índia. Na frente interna, Bo Derek, enviada especial da secretária de Estado para tratar de assuntos ligados ao tráfico, e a equipe do OES visitaram diversas cidades para ensinar consumidores americanos a reconhecer e evitar produtos que contribuem para o comércio ilegal de vida selvagem.

Com as parcerias em Ciência e Tecnologia, estamos promovendo o desenvolvimento sustentável de países importantes

como os do Oriente Médio, bem como solidificando nossos relacionamentos com eles. Nosso trabalho de biodefesa fortalece a capacidade da nossa nação de se proteger contra epidemias frequentes, bem como contra o bioterrorismo. Ao colaborar nas observações da Terra, nossos parceiros e nós estamos utilizando tecnologias espaciais e avançadas para enfrentar alguns dos desafios mais urgentes do planeta, como mudanças climáticas e manejo dos recursos naturais e hídricos.

Para proteger os preciosos recursos da África, o OES lançou o maior e mais ambicioso projeto de conservação jamais empreendido na África, a Parceria para as Florestas da Bacia do Congo.

A Parceria da Bacia do Congo define um compromisso entre os Estados Unidos, a comunidade internacional e os países da Bacia do Congo para estabelecer redes de áreas protegidas por toda a África central. A parceria empenha-se em conservar uma das duas maiores florestas tropicais combatendo a extração ilegal de madeira e oferecendo à população local meios para conservar seus recursos.

Nos três anos de existência dessa iniciativa, fizemos grandes avanços na preservação desse ecossistema de importância global. O Gabão abriu 13 parques nacionais que abrangem 11% do país. Na Guiné Equatorial, 500 mil hectares de concessões para a extração da madeira foram transformados em floresta nacional, fazendo dela o país com a maior porcentagem de área protegida do mundo. A República dos Camarões declarou área de proteção ambiental uma extensão de 900 mil hectares — um dos maiores blocos de floresta intacta no país — e impôs uma moratória sobre as concessões para extração de madeira no local.

Podem parecer contra-intuitivo vincular a preservação dessas florestas à nossa agenda diplomática. No entanto, há uma conexão. Sempre que pudermos preservar uma área livre e melhorar a vida daqueles que cuidam dela, estaremos lembrando de nossa herança natural e plantando as sementes da boa vontade entre os Estados Unidos e o mundo em desenvolvimento.

Os êxitos mencionados e outros compromissos internacionais em andamento nos dão motivo para ter esperanças, mas ainda há muito trabalho a ser feito. Mantemos nossa dedicação para promover a proteção ambiental e a boa governança, tanto em casa como no exterior, para que as futuras gerações possam desfrutar dos amplos recursos deste planeta.■

<http://www.state.gov/goes/>

2007: O Ano da Abolição

Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas



Kay Cherush/ Departamento de Estado dos EUA

O desenho acima é um auto-retrato de uma menina de 15 anos vítima do tráfico. Vinda de uma família pobre e desestruturada de nove filhos, Kala fugiu de casa e foi vendida para um bordel na Índia, onde foi submetida a brutalidade indescritível. Ao ouvir que seria traficada para o Golfo Pérsico, conseguiu fugir. Com a ajuda de um transeunte, contou sua história à polícia. Apesar das ameaças, apresentou queixa na Justiça contra a responsável pelo bordel e seus protetores, o que resultou em condenação e prisão. Kala hoje mora em um abrigo católico para meninas resgatadas. Seu sonho é tornar-se assistente social para ajudar "aqueles que caem nas armadilhas do mal"

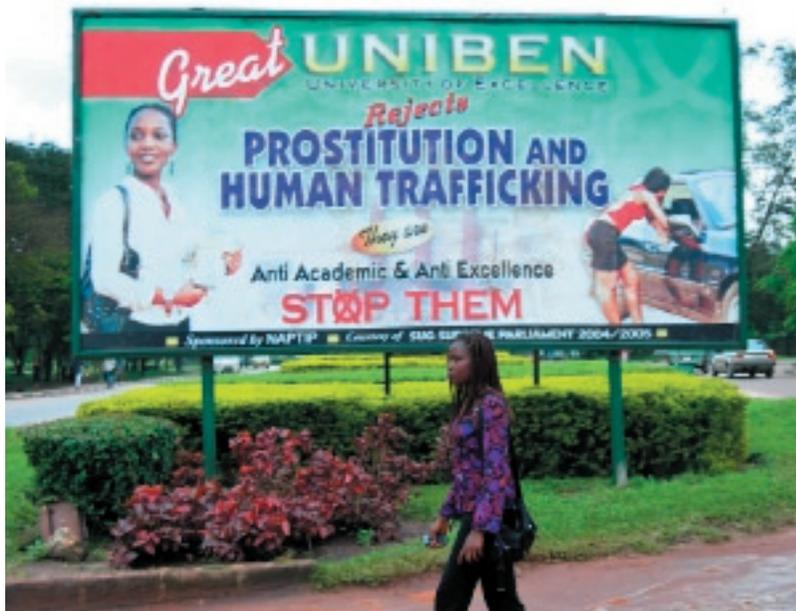
As Nações Unidas adotaram uma resolução para comemorar, em 2007, a proscrição da escravidão pelo Parlamento britânico em 1807. O dia 25 de março de 2007 foi escolhido como o Dia Internacional da Comemoração do 200º Aniversário da Abolição do Comércio Transatlântico de Escravos.

O comércio de escravos do século 19 era sancionado pelo Estado e centrado na questão racial – 200 anos depois, um tipo moderno de comércio de escravos ainda persiste. Fenômeno global considerado ilegal, a escravidão dos tempos modernos é impulsionada não pela raça, mas basicamente por ganhos comerciais.

Por exemplo, autoridades americanas da área jurídica, no âmbito federal e local, recentemente deram batidas em uma dezena de bordéis disfarçados de clínicas de acupuntura, spas de saúde e casas de massagem em seis estados americanos e no Distrito de Colúmbia. No total, as batidas resultaram em 31 prisões sob acusação de tráfico de pessoas e no resgate de mais de 70 supostas escravas sexuais, que receberam abrigo, alimentação, aconselhamento e cuidados médicos.

A maioria dos americanos se surpreende ao saber que a escravidão ainda existe nos Estados Unidos, para não falar no resto do mundo. Segundo estimativas do governo americano, entre 600 mil a 800 mil homens, mulheres e crianças são traficados pelas fronteiras internacionais a cada ano. Outros milhões são forçados, ludibriados ou coagidos à escravidão dentro de seus próprios países.

O Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas (TIP) do Departamento de Estado dos EUA foi criado para liderar um movimento abolicionista contra a escravidão no século 21, enfatizando os três "Ps": processos contra traficantes, proteção e assistência às vítimas e prevenção do tráfico para impedir que ele ocorra ou continue a ocorrer. O tráfico humano priva as pessoas de seus direitos humanos e de suas liberdades, e essa é a principal razão pela qual o governo dos EUA está trabalhando para enfrentar essa prática desprezível. O TIP é o centro coordenador, no governo americano, das atividades de combate à escravidão realizadas por 12 departamentos e agências federais.



Sunday Alamba/© AP Images

Estudante da Universidade de Benin, na Cidade de Benin, na Nigéria, passa em frente de um outdoor no campus da universidade que estimula as jovens a combater a prostituição e o tráfico humano. Autoridades nigerianas estimam que milhares de pessoas são traficadas todos os anos — quase sempre para fornecer mão-de-obra para a indústria europeia do sexo — mas poucos casos são informados

Definição de tráfico humano

Por definição, o tráfico humano envolve força, fraude ou coerção — termos jurídicos que englobam intimidação, seqüestro, espancamentos, estupro, logro, abandono e homicídio. Algumas vítimas são escravos em fábricas e propriedades agrícolas. Outras — principalmente mulheres e meninas — são escravas em bordéis em cidades do mundo todo. E outras ainda são mantidas em servidão doméstica. Crianças são seqüestradas para atuar como crianças-soldados, forçadas a mendigar nas ruas ou então são seduzidas e sofrem abuso sexual como escravas de uma indústria clandestina conhecida como turismo sexual infantil.

Vítimas provenientes de um país estrangeiro são quase sempre atraídas por esquemas enganosos. Normalmente chegam devendo aos agenciadores, quase nunca sabem onde estão, raramente falam a língua local e não têm a quem recorrer depois que os traficantes apreendem seus passaportes e documentos.

Sob o controle dos traficantes, as vítimas são submetidas a enormes pressões físicas e mentais. Limitadas por espancamentos e por ameaças contra suas famílias em seus países, as vítimas do tráfico renunciam à dignidade em troca de condições precárias de vida e longas horas

de trabalho para o enriquecimento de seus algozes.

O tráfico humano também se tornou uma ameaça multidimensional. Trata-se de um risco à saúde mundial, profundamente prejudicial às vítimas, facilitando a transmissão de doenças, inclusive do HIV/Aids. E é uma ameaça à segurança e à proteção das nações, porque debilita o Estado de Direito. A escravidão caminha de mãos dadas com corrupção, falsificação de documentos, redes criminosas, lavagem de dinheiro e ilegalidade.

Relatório anual sobre tráfico de pessoas

Em resposta a essa situação, o governo Bush já despendeu mais de US\$ 400 milhões em assistência internacional ao combate do tráfico. Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado divulga anualmente o *Relatório sobre Tráfico de Pessoas (TIP)* para expor os problemas em cada país. Um relatório separado é publicado nos Estados Unidos.

O *Relatório TIP* é o relato mundial mais abrangente dos esforços empreendidos pelos governos para combater formas graves de tráfico de pessoas. Por ser uma avaliação dos esforços de cada país para combater o tráfico humano por meio de processos contra os perpetradores, proteção às vítimas e prevenção de futuros crimes de tráfico, suas constatações aumentaram a conscientização global e estimularam os países a adotar medidas eficazes para combater o tráfico humano.

No topo do ranking do relatório estão os governos que atendem às normas mínimas relativas a processos penais, proteção e prevenção. Na outra ponta do relatório estão os países de "Nível 3", cujos governos enfrentam a possível revogação da assistência não humanitária e não comercial dos EUA por deixar de cumprir as normas mínimas para a eliminação da escravidão dos tempos modernos.

O número de países avaliados no relatório tem crescido constantemente — de 124 governos analisados em 2003 para 158 países avaliados no *Relatório TIP de 2006*. A publicação anual do relatório também resultou na cobertura cada vez maior da mídia, ajudando a aumentar a conscientização global sobre a existência e a disseminação da escravidão dos tempos modernos.



Kay Cherush/Departamento de Estado dos EUA

Depois de ter fugido de condições desesperadoras de trabalho forçado e da repressão política em seu país, trabalhadores birmaneses buscam na pesca comercial na Tailândia oportunidade para uma vida melhor. Como imigrantes ilegais ou marginalizados de vários países, são presas fáceis para traficantes inescrupulosos que os vendem para capitães de navios ambiciosos e exploradores

Hoje, o *Relatório TIP* é referência essencial para benchmarks globais que desafiam todos os governos a aderir ao movimento abolicionista do século 21. O *Relatório sobre Tráfico de Pessoas* funciona como a principal ferramenta diplomática com a qual o governo americano estimula parcerias e maior determinação na luta contra trabalho forçado, exploração sexual e escravidão dos tempos modernos.

Em todo o mundo, esse esforço tem valido a pena: as condenações por tráfico humano aumentaram em todo o mundo de várias centenas em 2001 para mais de 4.700 em 2005 — ante cerca de 3 mil no ano anterior. Esse aumento foi especialmente drástico nos países da África (de 29 condenações por tráfico de pessoas em 2004 para 58 em 2005) e nações do Leste Asiático e do Pacífico (de 348 condenações por tráfico humano em 2004 para 2.347 em 2005).

Mesmo a ameaça de sanções mostrou-se um instrumento poderoso quando associada com o aumento da conscientização pública. Em todo o mundo, o número de condenações por tráfico humano e de abrigos para as vítimas está aumentando. No entanto, todos os países — e mesmo os Estados Unidos — podem e devem fazer mais para impedir o trabalho forçado e a servidão doméstica, a escravidão sexual e o turismo sexual envolvendo crianças.

Trabalho interagências contra o tráfico

Em 2001, o presidente criou uma força-tarefa de nível ministerial para coordenar esforços federais de combate ao tráfico humano. A Força-Tarefa Interagências (PITF) do presidente é presidida pela secretária de Estado e se reúne pelo menos uma vez por ano. Em 2003, um grupo de trabalho de alto nível, o Grupo Operacional de Políticas Sênior (SPOG), foi criado para acompanhar as iniciativas da PITF e implementar as políticas e as diretrizes do governo americano de combate ao tráfico. O SPOG se reúne a cada três meses.

A PITF e o SPOG são formados por membros dos Departamentos de Estado,

Justiça, Segurança Interna, Saúde e Serviço Social, Trabalho e Defesa e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), do Escritório de Administração e Orçamento e do Escritório da Diretoria de Inteligência Nacional. O Conselho de Segurança Nacional também participa com regularidade. Mais recentemente, a Coordenadoria Americana das Atividades Globais de Combate à Aids e o Departamento de Educação também passaram a participar.

O ano de 2007 marca o bicentenário da abolição do comércio de escravos nas colônias britânicas. Duzentos anos depois, os Estados Unidos estão chamando a atenção do mundo para acabar com o comércio de escravos dos tempos modernos — determinados a aceitar nada menos do que a abolição desse crime internacional terrível. Como disse o presidente Bush: "Ninguém deve ser amo e senhor, e ninguém merece ser escravo." ■

<http://www.state.gov/g/tip/>

Promovendo o Empoderamento das Mulheres

Escritório do coordenador sênior para Questões Internacionais da Mulher



Evan Vucci/AP Images

O presidente Bush sorri durante a assinatura da Lei de Combate à Violência Contra a Mulher e Reautorização do Departamento de Justiça, de 2005, no Salão Oval da Casa Branca, em janeiro de 2006. Da esquerda para a direita: deputado Mark Green (repblicano de Wisconsin), primeira-dama Laura Bush, senador Orrin Hatch (repblicano de Utah), deputado James Sensenbrenner (repblicano de Wisconsin), presidente Bush, deputado Richard Larsen (democrata de Washington) e deputada Hilda Solis (democrata da Califórnia)

O Escritório do coordenador sênior para Questões Internacionais da Mulher é o ponto central do Departamento de Estado dos EUA para a formulação de políticas e programas de promoção do empoderamento das mulheres no mundo todo. Defendemos a igualdade de direitos e de oportunidades para a mulher na esfera política, social e econômica e sua plena participação em todas as sociedades. Esse objetivo é parte integrante da estratégia global da diplomacia transformacional dos EUA, que busca avançar a reforma e promover a liberdade no mundo todo em benefício da segurança nacional.

Nosso escritório oferece orientação na formulação de políticas, atua como centro de intercâmbio de idéias e informações e intermedia parcerias em projetos fundamentais com outros parceiros do setor governamental ou privado. Por essa razão, às vezes somos informalmente apontados como a "consciência" da comunidade de política externa

nessas preocupações comuns. Respondemos diretamente à subsecretária de Estado para Democracia e Assuntos Globais, Paula Dobriansky.

Nos últimos anos, nossas principais prioridades abrangeram — e continuarão a abranger no futuro próximo — a grande região que apresenta os desafios (e também oportunidades) mais urgentes para a diplomacia transformacional dos EUA: o Grande Oriente Médio. Isso, sem dúvida, inclui o Afeganistão e o Iraque, mas também se estende a muitos outros países nessa vasta e diversificada região. Ao mesmo tempo, também demos considerável atenção a outros importantes desafios que se estendem da África à América

Latina e ao Sul da Ásia. Segue abaixo pequeno resumo de algumas das nossas principais atividades.

Iniciativa Democracia para as Mulheres Iraquianas

Em dezembro de 2006, recebemos em Washington, D.C., uma delegação de membros das equipes de dois ministérios do governo iraquiano, composta na maioria por mulheres, para uma semana de treinamento intensivo em gestão e execução orçamentária de projetos, direitos da mulher, estratégias de liderança e defesa e assuntos afins. O treinamento foi ministrado por várias instituições de liderança com comprovado histórico de sucesso nessas áreas, tais como: Instituto Republicano Internacional, Centro Nacional de Empresas de Mulheres, Instituto da Paz dos EUA, Banco Mundial, Corporação Financeira Internacional e outras. Além disso, promovemos



Shakil Adil/© AP Images

Manifestação de mulheres paquistanesas por seus direitos diante do túmulo do fundador do Paquistão, Mohammad Ali Jinnah, em Karachi, Paquistão, em março de 2006. No dia Internacional da Mulher, milhares de mulheres em comícios por toda a nação clamaram por liberdade, igualdade de direitos e fim das leis discriminatórias nessa nação muçulmana. Na faixa ao centro lê-se: "8 de março – Dia Internacional da Mulher"

reuniões e mesas-redondas com funcionários americanos de níveis operacional e sênior. Nossos visitantes voltaram para o Iraque com mais qualificações, mais confiança e mais contatos profissionais, o que irá ajudá-los a assumir seu legítimo papel em sua recente democracia.

Esse programa é apenas um exemplo dos esforços em andamento promovidos pela Iniciativa Democracia para as Mulheres Iraquianas, que concedeu cerca de US\$ 15 milhões em três anos para programas de capacitação e atividades práticas desse tipo — quase todos no Iraque. Estamos em processo de ampliação da nossa cobertura para incluir o apoio do setor privado por meio de um novo fundo de doações para ajudar a mulher iraquiana e uma nova estrutura para mobilizar outros tipos de apoio profissional. Por exemplo, em breve ativaremos uma rede de relacionamentos de mentoreamento virtual entre empresárias americanas e iraquianas candidatas a empresárias e

uma série de conexões para ensino a distância com o objetivo de ajudá-las a desenvolver as habilidades necessárias para utilizar seu imenso talento de forma mais produtiva. Tais programas possibilitarão uma forma de auxiliar a superar alguns dos problemas de segurança que infelizmente muitas mulheres iraquianas enfrentam hoje.

Em dezembro de 2006, funcionários deste escritório e do Bureau de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho visitaram o Iraque para ter uma visão recente e pessoal de algumas dessas questões e dos programas in loco e, com base em seus relatos, pudemos levantar idéias eficazes sobre como ajustar e aperfeiçoar nossos programas.

Conselho de Mulheres Americanas e Afegãs

Quanto ao Afeganistão, olhando para o futuro,



Denis Farrell/© AP Images

Em agosto de 2006, mulher com vestimenta tribal tradicional participa de manifestação em Pretória, na África do Sul, onde milhares de pessoas marchavam para a sede do governo numa representação festiva de um famoso protesto de mulheres contra o apartheid e políticas de segregação racial do antigo regime, há 50 anos

continuamos a nos concentrar no Conselho de Mulheres Americanas e Afegãs, importante parceria público-privada que apóia projetos práticos em benefício das mulheres afegãs, conectando-as entre si e com os recursos e a experiência dos EUA. O conselho foi criado pelo presidente Bush e o presidente afegão, Hamid Karzai, no primeiro encontro de ambos em janeiro de 2002, logo após o Afeganistão ter se libertado da tirania do Taleban e da sua cruel opressão contra as mulheres. O conselho reúne importantes autoridades governamentais, empresas privadas, ONGs e outras lideranças dos dois países, sob a presidência da subsecretária de Estado, Paula Dobriansky, e dos ministros afegãos de Relações Exteriores e de Assuntos das Mulheres. Nos últimos quatro anos, os programas do conselho ajudaram muitas afegãs a receber alfabetização, educação e a ter acesso a assistência médica e a pequenos empréstimos, necessários para torná-las membros mais produtivos e independentes da sua sociedade. Esperamos, já nos próximos meses, implantar mais programas semelhantes com verbas que concedemos por meio de um fundo especial de doações criado para essa finalidade específica.

Liderança feminina no Oriente Médio

Outro projeto muito interessante do qual participamos foi a Conferência das Mulheres Líderes em Ciência e Tecnologia no Oriente Médio, realizada no Kuwait de 8 a 10 de janeiro de 2007. Foi outro esforço de colaboração, uma parceria público-privada no melhor sentido do termo. No Departamento de Estado, nosso escritório trabalhou lado a lado com o Bureau de Oceanos e Assuntos Ambientais e Científicos Internacionais (OES). Esse projeto reuniu governos regionais, universidades, ONGs e empresas de alta tecnologia, todos voltados para promover maior avanço das mulheres da região em áreas essenciais como ciência, tecnologia e engenharia. Além de cem mulheres estudantes e cientistas do Kuwait, participaram do evento outra centena de representantes de toda a região. Da parte dos EUA, participaram da conferência a subsecretária de Estado Dobriansky, juntamente com outras altas autoridades, líderes acadêmicos, executivos de corporações e fundações e uma astronauta. Esse evento ímpar ofereceu workshops práticos e inovadores com sugestões para redação, publicação, bolsas de estudos e

marketing e possibilitou o intercâmbio de melhores práticas e idéias para mulheres aspirantes a cientistas ou engenheiras. Redes de acompanhamento profissional e outras atividades darão ainda mais capacitação a essas mulheres, para que possam empenhar-se em pesquisas úteis e carreiras recompensadoras e liderar um esforço amplo para promover maior modernização em suas sociedades. Ficamos muito impressionados com o entusiasmo e a experiência do patrocinador local, o Instituto de Pesquisa Científica do Kuwait.

Outras regiões

Com relação a outras regiões no mundo, em dezembro de 2006 patrocinamos um fórum especial sobre uma questão de grande importância para muitas mulheres da África e do Sul

da Ásia: a falta de direitos de propriedade e seu impacto na pobreza, na violência doméstica e na incidência de HIV/Aids. Esse fórum, elaborado após a conferência que promovemos em julho de 2006 sobre a questão do casamento infantil, contou com apresentações de ONGs importantes, como o Centro Internacional de Pesquisas sobre a Mulher, a Human Rights Watch e o Centro de Reabilitação e Educação para Mulheres Vítimas de Abusos, em Nairóbi, Quênia. Esse evento não apenas aumentou a conscientização sobre essas questões entre nossos colegas, tanto no Departamento de Estado como fora dele, mas também estimulou uma valiosa discussão sobre os novos métodos que estão sendo usados in loco para tratar dos problemas que afetam as mulheres.

Finalmente, com relação ao Hemisfério Ocidental, um membro do nosso escritório participou recentemente de importante reunião anual multilateral, a Comissão

Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Por meio dessa comissão, estamos engajados na formulação de uma abordagem hemisférica comum às grandes questões que afetam as mulheres, atualmente com ênfase na violência doméstica e no HIV/Aids. Esse diálogo multilateral ajudará a preparar o caminho para a discussão desses problemas na Assembléia Geral da OEA, programada para junho de 2007.■

<http://www.state.gov/g/wil>



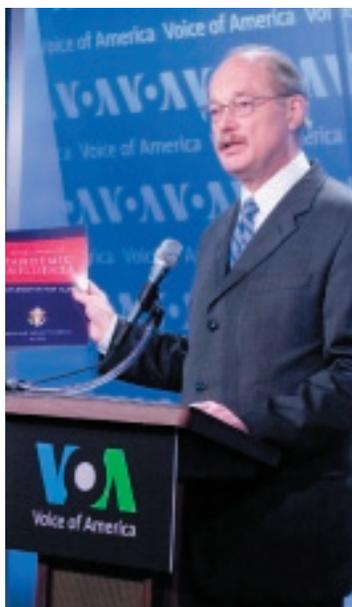
David Karp/© AP Images

Ela Bhatt, especialista em microcrédito e presidente do Banco Sewa, na Índia, fala a jornalistas em coletiva de imprensa promovida pela organização Mulheres Unidas sobre o tema "Mulheres, Desenvolvimento e Microcrédito", realizada na sede das Nações Unidas em Nova York em abril de 2006

Pandemia de Gripe Aviária: A Estratégia Internacional dos EUA

Embaixador John E. Lange

Representante especial para Pandemia de Gripe Aviária



John E. Lange

A gripe aviária avança. Quando a cepa H5N1 da doença, altamente patogênica, surgiu em Hong Kong em 1997, dizimou aves domésticas e matou seis pessoas. Após medidas drásticas de abate sanitário, o vírus H5N1 virtualmente desapareceu durante alguns anos, reaparecendo apenas no Sudeste Asiático em 2003. Desde então, disseminou-se em populações de aves domésticas em grande

parte da Ásia e depois na Europa e África. Em algum momento pode chegar às Américas. A rápida expansão é surpreendente. Até junho de 2004, o vírus tinha aparecido em seis países do Leste Asiático. Até janeiro de 2006, 14 países notificaram surtos. Até novembro de 2006, 55 países já haviam sido atingidos. A geografia dessa proliferação agressiva também é preocupante: os primeiros casos da gripe na África surgiram na Nigéria e em Níger em fevereiro de 2006. Naquele mesmo mês foram notificados casos em países como Itália, Grécia, Alemanha, Áustria, França, Irã e Egito. Em março de 2006, Polônia, Afeganistão, Birmânia, Dinamarca, Paquistão e Jordânia entraram para a lista, seguidos por Reino Unido, Costa do Marfim, Burkina Fasso, Camarões e Sudão em abril — e a lista continua. Por exemplo, a Nigéria notificou seu

primeiro caso de H5N1 em seres humanos em fevereiro de 2007, sendo o segundo país da África Subsaariana com incidência do vírus em pessoas.

Igualmente preocupante é o fato de começarem a surgir áreas em que a doença parece ter se tornado endêmica. A Indonésia teve uma rápida disseminação do vírus em aves domésticas e, em setembro de 2006, tornou-se o país com o maior número de óbitos humanos (total de 63 em fevereiro de 2007). Na verdade, podemos dizer que a Indonésia tornou-se o "ponto zero" na luta contra a gripe aviária. Na África, apesar dos poucos óbitos de seres humanos, a doença prolifera rapidamente em vários países, devastando criações de aves domésticas.

A atenção da mídia internacional à ameaça da gripe aviária tem diminuído nos últimos anos, indo de notícias sobre surtos em aves domésticas a relatos pouco frequentes sobre óbitos humanos e alertas ocasionais sobre as terríveis consequências de uma pandemia severa caso o vírus H5N1 sofresse mutação e causasse transmissão constante entre humanos em todo o mundo. Esse tratamento episódico da doença pela mídia não reflete a visão de urgência do governo americano e de governos, organizações internacionais e setor privado de todo o mundo. Para nós e para eles, trata-se de um esforço complexo envolvendo milhares de especialistas de todas as partes do mundo, que trabalham afinados para enfrentar e deter a disseminação da gripe aviária e possível pandemia entre seres humanos.

Nesse contexto, é importante pensar nos piores cenários para os possíveis custos globais de uma pandemia entre seres humanos. A Sars mostrou claramente os custos de uma doença infecciosa medianamente perigosa que resultou em aproximadamente 700 mortes no mundo inteiro. Estima-se que o impacto econômico causado pela redução das viagens e do turismo e pelo adiamento de investimentos devido ao surto de Sars chegou aos US\$

30 bilhões. Relatório recente do Banco Mundial estima entre 71 milhões e 180-260 milhões o número de óbitos que seriam causados por uma pandemia do vírus H5N1. O relatório do Banco Mundial mencionou também um estudo acadêmico de 2006 sobre as possíveis conseqüências econômicas globais, o qual concluiu que uma pandemia severa entre seres humanos resultaria em perdas da ordem de US\$ 1,526 trilhão (US\$ 1,131 trilhão desse total em "países de alta renda") para a economia global.

O mundo está enfrentando uma ameaça incerta, possivelmente iminente. E o governo americano, em articulação com outros governos e organizações internacionais, está reagindo com rapidez.

O presidente Bush anunciou a criação da Parceria Internacional contra a Pandemia de Gripe Aviária na Assembléia Geral da ONU, em setembro de 2005. Com essa medida, o presidente concentrou o foco da atenção da comunidade mundial na necessidade de liderança política de alto nível, oportuna e sustentada e ações concretas de cooperação. Mais especificamente, a Parceria Internacional visa combater a ameaça da gripe aviária e melhorar a prontidão mundial em face de uma pandemia ao colocar a questão no topo das agendas nacionais; coordenar os esforços entre doadores e nações atingidas; mobilizar e alavancar recursos; aumentar a transparência e a qualidade da vigilância; e promover capacitação local para identificar, conter e reagir. A Parceria Internacional é uma iniciativa baseada em princípios fundamentais (disponível na internet em <http://www.hhs.gov/pandemicflu/plan/appendixh.html>) que exigem grande prontidão, vigilância e transparência no sentido de notificação imediata, compartilhamento de amostras e cooperação entre parceiros e diversas organizações internacionais importantes, entre elas a Coordenação de Gripe do Sistema ONU, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), e a Organização Mundial de Saúde Animal (conhecida por sua sigla em francês OIE).

A Parceria Internacional reuniu-se em Washington, em outubro de 2005, e em Viena, em junho de 2006, e terá novo encontro em Nova Délhi no último trimestre de 2007. Ademais, conferências internacionais de "compromisso" com a pandemia de gripe aviária foram realizadas em Pequim, em janeiro de 2006, e em Bamako, no Mali, em dezembro de 2006. O governo do Mali, a União Africana e a União Européia co-presidiram a reunião de Bamako, com o apoio do governo americano e de outros países.

Em novembro de 2005, o Conselho de Segurança Interna da Casa Branca divulgou a *Estratégia Nacional de Combate à Gripe Pandêmica*, baseada em três pilares: prontidão e comunicação; vigilância e detecção; e resposta e contenção. Em maio de 2006, o Conselho de Segurança Interna divulgou o *Plano de Implementação*, designando responsável pela coordenação da resposta internacional a secretária de Estado, Condoleezza Rice. A secretária pediu à subsecretária de Estado para Democracia e Assuntos Globais, Paula J. Dobriansky, para supervisionar os esforços da coordenação internacional para o Departamento de Estado. Ela criou o Grupo de Ação contra a Gripe Aviária, chefiado pelo representante especial para Pandemia de Gripe Aviária, John E. Lange, para coordenar os esforços das agências federais e aspectos do dia-a-dia da resposta internacional do governo americano.

Para financiar a resposta e prontidão internacionais para combater a pandemia, os Estados Unidos doaram US\$ 434 milhões — a maior contribuição isolada feita por um país para compor os US\$ 2,3 bilhões prometidos pela comunidade internacional.

Da mesma forma que a Parceria Internacional alçou o compromisso internacional contra a pandemia de gripe aviária aos altos escalões dos governos, nós e outros parceiros da comunidade internacional logramos êxito ao tratar a ameaça no nível técnico. Segue-se lista parcial de nossas realizações:

- O governo americano financia esforços de prontidão contra a gripe aviária em pelo menos 72 países, em colaboração com a OMS, a FAO e a OIE.
- Órgãos do governo americano, entre eles os Departamentos de Agricultura (USDA), Saúde e Serviço Social (HHS), do Interior e da Defesa, bem como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), enviaram cientistas, veterinários, especialistas em saúde pública, médicos e uma equipe de resposta a emergências aos países atingidos e de alto risco para orientar a criação e implementação de planos de prontidão para emergências.
- Mais de 175 nações agora têm planos nacionais de combate à pandemia de gripe aviária, em comparação às 40 de novembro de 2005.
- Foram criados estoques internacionais de medicamentos antivirais e outras commodities vitais. A USAID enviou a 71 países mais de 200 mil conjuntos de equipamentos pessoais de proteção (PPE) para uso em campo pelas equipes

de emergência, inclusive trabalhadores da vigilância sanitária e equipes de resposta a surtos.

- Os EUA treinam equipes médicas em muitos países, entre eles, Tailândia, Egito, Quênia, Guatemala, Bangladesh e Camboja. Capacitação de 97 técnicos veterinários e de diagnóstico tem sido realizada em 60 países, entre eles China, México, Turquia, Tailândia, Indonésia e Vietnã. Os EUA estão promovendo a reforma de laboratórios em muitos países.
- Além da próxima conferência global em Nova Délhi, uma gama de reuniões e exercícios regionais menores ocorre a cada mês, com o objetivo de fortalecer a cooperação e troca de conhecimentos em âmbito mundial.

Essa lista apresenta apenas um quadro parcial de nossos esforços para evitar ou mitigar o que poderia ser a primeira catástrofe sanitária do século 21. A gripe

aviária é diferente de outros males conhecidos total ou parcialmente erradicados da face da terra (como a pólio e a varíola), na medida em que nenhuma vacina plenamente eficaz para uso em seres humanos pode ser desenvolvida, produzida e aplicada antes de ser identificada e isolada a cepa pandêmica exata. Contudo, já avançamos muito ao mobilizar pessoal e recursos internacionais em uma nova direção — ou seja, conter a proliferação da gripe aviária e preparar a resposta a uma possível pandemia entre seres humanos.■

*<http://pandemicflu.gov>,
http://usinfo.state.gov/global_issues/bird_flu.html,
and <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2005/53865.htm>.*



Departamento de Estado dos EUA

O embaixador Lange (direita) e o subsecretário interino de Marketing e Programas Regulatórios do USDA, Dr. Charles Lambert, examinam frangos em uma granja particular próxima a Danang, no Vietnã. O embaixador Lange e Dr. Lambert estavam em Danang como co-líderes da delegação americana à Reunião Ministerial da Cooperação Ásia-Pacífico sobre Pandemia de Gripe Aviária, em maio de 2006

Fortalecimento da Segurança Nacional

Thomas Cynkin

Assistente executivo do subsecretário de Estado para Controle de Armas e Segurança Internacional



Greg Baker/AP Images

A secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, encontra-se com o conselheiro de Estado chinês, Tang Jiaxuan, em Pequim, em outubro de 2006, para discutir o programa de armas nucleares da Coreia do Norte. Reduzir a ameaça das armas de destruição em massa é uma das principais atribuições do escritório do subsecretário de Estado para Controle de Armas e Assuntos de Segurança Internacional

O subsecretário de Estado para Controle de Armas e Assuntos de Segurança Internacional assessora o presidente e o secretário de Estado em políticas e ações para reforçar a segurança nacional, com ênfase especial na redução da ameaça das armas de destruição em massa para os Estados Unidos, seus aliados e amigos. O subsecretário supervisiona os bureaux de Segurança Internacional e Não-Proliferação de Armas; Assuntos Políticos e Militares; e Verificação, Conformidade e Implementação. O "grupo-T" abrange ampla gama de responsabilidades fundamentais à segurança dos Estados Unidos, entre outras:

- Evitar a proliferação de armas nucleares, com ênfase especial na resposta aos programas de armas nucleares do Irã e da Coreia do Norte.
- Implementar e verificar acordos em vigência.
- Desenvolver novas ferramentas, como a Iniciativa de Segurança Contra a Proliferação de Armas e a Iniciativa Global de Combate ao Terrorismo Nuclear para lidar com as ameaças atuais.
- Remover minas terrestres de áreas onde houve conflito.
- Proteger tecnologias sensíveis dos EUA e capacitar outros países para seu controle. ■

<http://www.state.gov/t>

Segurança Internacional e Não-Proliferação de Armas

John C. Rood

Secretário de Estado adjunto para a Segurança Internacional e Não-Proliferação de Armas



John C. Rood

O Bureau de Segurança Internacional e Não-Proliferação de Armas (ISN) foi criado em 2005 pela secretária de Estado, Condoleezza Rice, com o objetivo de oferecer ao Departamento de Estado dos EUA melhores condições de lidar com os diferentes desafios de segurança enfrentados pelo mundo atual. O novo bureau incorporou as atividades dos

Bureaux de Não-Proliferação de Armas e de Controle de Armas e colocou mais ênfase no atendimento da Estratégia de Segurança Nacional do Presidente para Combate às ADM com o objetivo de:

- Impedir que Estados delinquentes e terroristas adquiram materiais, tecnologias e conhecimentos para a produção de armas de destruição em massa, reforçando os esforços de não-proliferação;
- Conter a ameaça da sua disseminação e defender-se dela por meio de esforços proativos contra a proliferação; e
- Responder aos efeitos da utilização de armas de destruição em massa, sejam elas empregadas por terroristas ou por Estados hostis, com eficiente administração das consequências.

Os 12 escritórios do ISN são: Escritório de Iniciativas de Combate à Proliferação de Armas (ISN/CPI); Escritório de Assuntos Regionais (ISN/RA); Escritório de Combate às Armas de Destruição em Massa e ao Terrorismo (ISN/WMDT); Escritório de Planejamento Estratégico e Alcance Público (ISN/SPO); Escritório para a Redução da Ameaça de Armas Biológicas e Químicas (ISN/CB); Escritório para a Redução da Ameaça de Mísseis (ISN/MTR); Escritório para a Redução da Ameaça de Armas Convencionais (ISN/CATR); Escritório de Cooperação para o Controle das Exportações (ISN/ECC); Escritório de

Assuntos Nucleares Multilaterais e de Segurança (ISN/MNSA); Escritório de Energia Nuclear, Proteção e Segurança (ISN/NESS); Escritório de Cooperação para a Redução de Ameaças (ISN/CTR); e Escritório do Fundo de Não-Proliferação e Desarmamento (ISN/NDF).

Embora continuemos a contar com várias estruturas e organizações internacionais desenvolvidas durante a Guerra Fria, o trabalho do bureau vem sendo redirecionado para melhor combater a proliferação de armas de destruição em massa (ADM) no atual ambiente de segurança. O desafio da proliferação evoluiu significativamente nos últimos anos. Com a eliminação dos programas de ADM e de mísseis na Líbia e no Iraque, há menos programas preocupantes para Estados delinquentes. Contudo, continuamos a enfrentar ameaças de outros países, como a Coreia



Administração Nacional de Segurança Nuclear/AP Images

Fiscais da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e representantes da Federação Russa lacram um contêiner de urânio altamente enriquecido do reator de pesquisa de Tajura, perto de Trípoli, Líbia, em preparação para o embarque do urânio para a Rússia, parte do compromisso da Líbia de eliminar seus programas de armas de destruição em massa



John Kroft/Departamento de Estado dos EUA

Funcionário britânico conversa com fuzileiros navais italianos e um jornalista, como parte de um exercício da Iniciativa de Segurança contra a Proliferação de Armas (PSI) recentemente realizado no norte do Golfo Pérsico

do Norte e o Irã, dando maior ênfase à necessidade de obter resultados por meio da diplomacia. Os desafios que enfrentamos incluem o crescimento do comércio entre Estados e entidades delinqüentes, bem como o aumento substancial do papel desempenhado por atores não estatais como proliferadores de tecnologias fundamentais (ex., A.Q. Khan) e como consumidores (ex., grupos terroristas como a Al Qaeda).

Para lidar eficientemente com o desafio crescente da proliferação de armas são necessárias novas abordagens e novas ferramentas. Acordos multilaterais para o controle de armas e grupos de fornecedores continuam a ter um importante papel a desempenhar. Ao mesmo tempo, nossa postura tem sido a de preservar e, onde necessário, fortalecer os sistemas e as estruturas globais de não-proliferação existentes e, simultaneamente, acrescentar novas formas de atuação e novas ferramentas. Algumas das características dessa nova abordagem incluem a utilização de iniciativas multilaterais, como a Iniciativa de Segurança contra a Proliferação de Armas (PSI), a Iniciativa Global de Combate ao Terrorismo Nuclear (GI) e a Parceria Global de Energia Nuclear (GNEP). Além disso, instrumentos como o ato do Executivo 13382, relacionado com o financiamento da proliferação de armas, são usados para atingir as finanças dos proliferadores.

Também temos trabalhado para revigorar e reformar mecanismos existentes. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, quatro resoluções fundamentais (UNSCR 1540 que conclama os Estados a criminalizar comportamentos de proliferação; UNSCR 1718, adotada após o teste nuclear da Coreia do Norte; e UNSCRs 1737 e 1747, que pedem ao Irã a suspensão do enriquecimento de urânio e dispõem sobre sanções) oferecem nova autoridade internacional legal para impedir

de forma contundente atividades de proliferação de armas. O ISN desempenha um papel fundamental nos nossos esforços diplomáticos para impedir as aspirações nucleares do Irã e da Coreia do Norte e conter seus esforços de proliferação de ADM e mísseis balísticos.

Também temos trabalhado internacionalmente em esforços fundamentais para desenvolver uma iniciativa que dê suporte a um sistema de não-proliferação nuclear, implemente reformas para fortalecer a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e amplie o programa de Cooperação para a Redução de Ameaças (CTR) para ajudar os Estados, além dos da ex-União Soviética, a se protegerem das ADM e a acabar com elas.

Tendo em vista a natureza global da ameaça da proliferação das ADM, a cooperação internacional é essencial. Os Estados Unidos continuam a buscar importantes esforços de não-proliferação e de combate à proliferação em fóruns como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a AIEA, o G-8, a Otan e em sistemas multilaterais de controle de exportações, bem como em aliados e parceiros regionais. Há uma interconexão entre essas instituições e esses esforços, cujas atividades se completam e freqüentemente reforçam umas às outras. Nossas atividades são globais, flexíveis e futuristas. Tenho orgulho de liderar o bureau que está na linha de frente desses esforços cruciais.■

<http://www.state.gov/t/isn/>



Itsuo Inouye/© AP Images

Membros de unidades especiais da guarda costeira japonesa conduzem um exercício conjunto da PSI entre EUA, Japão, França e Austrália na Baía de Sagami, perto de Tóquio, em 2004

Ajudando Nossos Amigos e Aliados a Atender a suas Necessidades de segurança

Embaixador Stephen D. Mull

Secretário de Estado adjunto em exercício para Assuntos Político-Militares



Stephen D. Mull

O Bureau de Assuntos Político-Militares (PM) faz parte dos poderes militares e diplomáticos para promover um ambiente internacional estável e seguro, favorável aos interesses e valores americanos. Nossa talentosa equipe de funcionários dos Serviços Público e de Relações Exteriores, militares, especialistas acadêmicos e funcionários contratados implementam vários

programas para ajudar nossos amigos e aliados a atender a suas necessidades de segurança. Programas político-militares auxiliam o Departamento de Estado a atingir sua meta estratégica de conseguir paz e segurança, atendendo aos interesses americanos mediante a formação de capacitação internacional para combater ameaças internas e externas e a promoção da estabilidade regional.

Assistência à segurança

O Bureau PM gerencia três categorias de assistência externa ligadas à segurança. O Financiamento Militar Externo (FMF) concede verba assistencial a cerca de 50 países — muitos deles parceiros fundamentais na guerra contra o terror — para a compra de equipamento militar e treinamento. Trabalhando com os bureaux regionais do Departamento de Estado e o Departamento de Defesa (DoD), o bureau PM se esforça para assegurar que os fundos do FMF sejam utilizados de maneira eficaz pelas nações beneficiadas. Os recursos do Programa de Educação e Treinamento Militar Internacional (Imet) financiam o treinamento de estudantes estrangeiros de 140 países em instituições educacionais militares nos Estados

Unidos e também a capacitação em outros países por equipes de treinamento militar móvel dos EUA. O Imet promove melhor compreensão de como as forças armadas dos EUA conduzem operações militares e reforça os valores essenciais americanos, como o controle dos militares pelos civis e o respeito pelos direitos humanos. Mediante o aperfeiçoamento da competência profissional de estudantes militares estrangeiros, o Imet fortalece nossas alianças e coalizões. Os recursos do Departamento de Operações de Paz (PKO) financiam operações de apoio à paz regional, cujos principais responsáveis são os países vizinhos, em lugar das Nações Unidas. Os recursos do PKO auxiliam a implementação de acordos de paz e melhoram a capacidade das outras nações de participar de operações voluntárias humanitárias, de manutenção da paz e contraterrorismo, como a Força Multinacional e Observadores (MFO), no Sinai, a



Cortesia: Rachel Featherstone/PM/PPA
Exercício de Manutenção da Paz (Khaan Quest) da Iniciativa de Operações para a Paz Mundial (Gpoi) na Mongólia, em agosto de 2006



Membro da equipe de destruição de armas desativa um morteiro

Cortesia: HALO Trust USA

Missão da União Africana, no Sudão (Darfur), e a Parceria Contraterrorismo Transaariana, na África.

Um importante programa do PKO administrado pelo PM é a Iniciativa de Operações para a Paz Mundial (Gpoi), do presidente. Endossada pela Cúpula de Sea Island do G-8 de 2004, a Gpoi é um programa de cinco anos que busca suprir a escassez mundial de mantenedores da paz eficientes e as deficiências na capacidade de mobilização e apoio logístico. Os parceiros da Gpoi estão trabalhando para treinar e, quando apropriado, equipar 75 mil soldados para apoio às operações de paz mundiais até 2010 e realizar acordos de apoio logístico e de transporte para enviar e manter tropas durante operações de paz. A Gpoi dá suporte ao Centro de Excelência para Treinamento de Unidades Policiais para a Estabilidade, na Itália, onde policiais são treinados em operações de suporte à paz para garantir a estabilidade em todo o mundo. Recentemente, graças aos recursos dessa iniciativa, foi possível o envio de tropas para o esforço de manutenção da paz no Líbano e na Somália.

Há pouco tempo, o Congresso forneceu uma ferramenta adicional para ajudar nossos parceiros a combater o terrorismo. A seção 1206 da Lei de Autorização de Defesa Nacional do ano fiscal de 2006 autorizou o uso de recursos do DoD para projetos aprovados pelas Secretarias de Estado e Defesa para capacitar forças militares de países estrangeiros a realizar operações de contraterrorismo ou contribuir com sua participação ou apoio em operações militares ou de estabilidade nas quais as forças armadas dos EUA se envolvam. No ano fiscal de 2006, essa autorização foi usada para financiar projetos no total de mais

de US\$ 100 milhões em nove países, e esperamos uma expansão desse programa no corrente ano.

Transferências de armas

Em nome da Secretaria de Estado, o PM regula a exportação de equipamentos e serviços de defesa militares dos EUA para outros países, de acordo com a Lei de Controle da Exportação de Armas (Aeca). A legislação autoriza a venda ou o arrendamento de artigos, serviços e dados técnicos de defesa originários dos EUA para outros países unicamente para fins de segurança interna, autodefesa legítima, impedir ou evitar a proliferação de armas de destruição em massa e os meios de sua distribuição, assim como permitir que países beneficiados participem de medidas coletivas coerentes

com a Carta das Nações Unidas para manutenção ou restituição da paz e segurança internacionais. Mediante processos de análise e aprovação, o PM gerencia todas as vendas e transferências propostas, sejam vendas de governo para governo pelo programa Vendas Militares Externas (FMS) ou vendas comerciais diretas (DCS) para países estrangeiros, com o objetivo de assegurar que as transferências de armas americanas promovam estabilidade regional e não sejam repassadas para partes não autorizadas. O PM atenta especialmente para as necessidades de nossos aliados e parceiros na guerra contra o terrorismo; desde os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o PM aprovou centenas de licenças comerciais para defesa a cada ano, de acordo com um programa urgente para as forças de coalizão em combate no Afeganistão e no Iraque. Estamos também trabalhando em estreita colaboração com nossos parceiros no Golfo Pérsico para garantir que fiquem aptos a lidar com terroristas e outras ameaças regionais.

Ação Humanitária Contra Minas e Combate aos Efeitos das Armas Ilícitas

Os Estados Unidos lideram o financiamento da Ação Humanitária Contra Minas (HMA), que inclui remoção de minas terrestres, capacitação em controle de riscos de minas e programas de assistência a sobreviventes de minas terrestres. O PM iniciou e continua a gerenciar grandes programas internacionais para atenuar a ameaça de minas terrestres em inúmeros países cujas populações e economias foram devastadas

pelos explosivos remanescentes de guerras.

Provavelmente uma das atividades mais importantes liderada por nós do PM é a iniciativa interagências e internacional para guardar ou destruir o excesso de estoques do Sistema Portátil de Defesa Aérea (MANPADS) que represente ameaça terrorista à aviação comercial e militar. Com forte apoio do Congresso e assistência da Administração da Segurança dos Transportes e da Agência de Redução de Ameaças do Departamento de Defesa, o PM destruiu 21 mil MANPADS em todo o mundo.

Há tempos, os Estados Unidos são fortes defensores dos esforços para impedir o tráfico ilegal de armas leves e de pequeno porte (SA/LW) e pedem com frequência que outros países adotem medidas rigorosas para regular com eficácia o comércio de armas. O PM lidera programas para que outros

Pilar da relação entre Estado e Defesa

O PM serve como ponte entre o Departamento de Estado e o Departamento de Defesa e gerencia uma variedade de programas que harmonizam nossos esforços diplomáticos e militares. O PM lidera negociações internacionais sobre a situação das forças e os acordos de acesso a bases que estabelecem os respectivos direitos e responsabilidades dos Estados Unidos e seus parceiros quando tropas americanas estão presentes no território de outro país. O PM apóia o desenvolvimento de inovadores conceitos interagências, como o novo Comando da África, que terá um vice-comandante civil encarregado dos programas civil-militares, e a nova Iniciativa Interagências Contra Insurgências, que busca melhorar a capacidade do governo dos EUA e de seus parceiros de combater insurreições

contrárias aos nossos interesses.

Após os atentados terroristas de setembro de 2001, o Bureau PM montou a Equipe de Ação Político-Militar (PMAT) para ajudar a coordenação diplomática em tempo real de atividades militares desencadeadas repentinamente. A PMAT auxiliou as Operações Liberdade Duradoura e Liberdade do Iraque e providenciou os vínculos vitais entre os Departamentos de Estado e de Defesa, facilitando assim as operações de assistência humanitária em resposta ao tsunami no Sudeste Asiático/Oceano Índico em 2004 e ao terremoto do Paquistão em 2005, além de coordenar ações político-militares na crise de 2006 no Líbano. A PMAT fornece capacidade 24 horas por dia para sincronizar informações político-militares no Departamento de Estado e entre esse órgão e o Departamento de Defesa (DoD).

Finalmente, o Programa de Assessores de Política Externa (Polad) e programas de Intercâmbio entre os Departamentos de Estado e da Defesa (SDE) fortalecem muito nossas relações com o DoD. Os Polads são assessores seniores muito valiosos para os comandantes militares; o PM está ampliando o programa de modo significativo, ao mesmo tempo que busca formar um Corpo Reserva de Polads para permitir que propiciemos apoio diplomático a operações militares emergentes. O programa SDE coloca oficiais militares no Departamento de Estado e nossos funcionários em cargos do DoD para facilitar a troca de informações, ministrar formação profissional de reforço mútuo para nossos respectivos funcionários e unir nossos respectivos departamentos.■

<http://www.state.gov/t/pm/>



Cortesia: PM/WRA

Desativação de um Sistema Portátil de Defesa Aérea (MANPADS)

países possam destruir o excesso de seus estoques de SA/LW e melhorar a segurança e a gestão dessas armas, a fim de evitar a desestabilização de regiões conturbadas. Na Libéria, República Democrática do Congo, Bósnia e em outros lugares, programas do PM destruíram quase um milhão de armas, bem como mais de 90 milhões de cartuchos de munição. No Afeganistão, apoiamos programas de desarmamento e iniciativas importantes de destruição de munição e, na Ucrânia, lideramos um esforço de 12 anos de Parceria para a Paz para destruir uma parte do estoque de armas existente nesse país e herdado da Guerra Fria.

Garantindo Verificação, Conformidade e Implementação

Paula A. DeSutter

Secretária de Estado adjunta para Verificação, Conformidade e Implementação



Paula A. DeSutter

O Bureau de Verificação, Conformidade e Implementação, que tenho o prazer de chefiar desde agosto de 2002, é um dos mais novos do Departamento de Estado. Foi instituído por uma lei do Congresso dos EUA em 2000. O Congresso considerava importante separar as atividades relacionadas à verificação de

conformidade com os acordos de desarmamento, não-proliferação e controle de armas do processo de negociação real. O Relatório da Conferência, que acompanhou a legislação autorizando o estabelecimento de nosso bureau, dispunha: "É essencial que os aspectos de verificação e conformidade dos acordos de não-proliferação e controle de armas tenham voz nas mais altas esferas da formulação de políticas. ... [A] Secretária adjunta (de VCI) deverá atuar como a principal participante do Departamento de Estado em todos os grupos interagências do Poder Executivo, inclusive os grupos de inteligência, em questões de verificação e conformidade."

A redação do Congresso enfatiza a importância de ter um bureau independente, informado pela melhor inteligência disponível, julgando e relatando o nível de conformidade das nações com as quais os Estados Unidos mantêm acordos de desarmamento, não-proliferação e controle de armas. Os Estados Unidos consideram a conformidade uma questão vital de segurança nacional e acreditam que outras nações devem encarar esses acordos com seriedade e cumpri-los integralmente com total determinação.

O Bureau de VCI é responsável pela elaboração do relatório sobre "Adesão e Conformidade aos Compromissos e Acordos de Não-Proliferação e Controle de Armas", submetido ao Congresso pela secretária de Estado em nome do presidente [<http://www.state.gov/t/ver/rls/rpt/c9721.htm>]. Também atuamos, sempre que um novo acordo de não-proliferação e controle de armas está sendo negociado, para garantir que seja "passível de verificação". Nosso bureau informa até que ponto é possível realizar uma avaliação de conformidade altamente confiável considerando o contexto, a redação específica e os termos gerais do novo acordo ou compromisso e se o não-cumprimento pode ser detectado em tempo hábil o suficiente para permitir que tomemos medidas eficazes para combater o efeito prejudicial à segurança de nosso país. Sempre que um novo acordo é apresentado ao Congresso para análise e possível ratificação, devo informar até que ponto suas obrigações são verificáveis.

No início de minha gestão, em discussões com muitos de meus pares em outros governos, surpreendeu-me um equívoco básico sobre como os Estados Unidos chegam a seus julgamentos de conformidade. Muitos expressaram a opinião de que nossas avaliações de conformidade eram baseadas em julgamentos políticos. Em outras palavras, se tivéssemos relacionamentos difíceis com o país X, acharíamos que esse país não estaria em conformidade com quaisquer compromissos e acordos de não-proliferação e controle de armas do qual seria signatário. Conseqüentemente, eu, juntamente com outros membros do Bureau de VCI, empreendemos esforços para demonstrar que nossos julgamentos de conformidade são baseados em um processo rigoroso de cuidadosa análise das exigências legais decorrentes dos acordos ou compromissos e todas as informações relevantes disponíveis. Em muitos casos, a parte mais difícil desse processo é estabelecer o que

a redação do acordo ou compromisso realmente exige das partes. Em casos onde há divergências sobre essa questão dentro do governo dos EUA, o presidente acaba decidindo quais são as obrigações, e nós procedemos de acordo. O ponto que quero enfatizar é que nossas avaliações sobre conformidade são independentes de outras considerações políticas e exigimos os mesmos padrões de todos quando avaliamos sua conformidade aos nossos acordos de não-proliferação e controle de armas.



Virginia Mayo/AP Images

Secretária de Estado, Condoleezza Rice, em coletiva de imprensa após encontro de ministros de Relações Exteriores da Otan no Palácio Nacional de Cultura em Sófia, Bulgária, em abril de 2006. O programa de enriquecimento de urânio do Irã foi discutido durante o encontro

O Bureau de VCI tem cinco escritórios diretamente ligados à verificação, conformidade e implementação de compromissos, acordos e tratados de desarmamento, não-proliferação e controle de armas existentes. São eles: Escritório de Assuntos Nucleares, Escritório de Questões Estratégicas, Escritório de Tecnologia e Avaliações, Escritório de Assuntos Relativos a Armas Biológicas e Escritório de Assuntos Relativos a Armas Convencionais e Químicas. Também abrigamos o Centro de Redução do Risco Nuclear, que opera ininterruptamente monitorando as comunicações de governo para governo com a Federação Russa, Belarus, o Cazaquistão, a Ucrânia, os 56 estados da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (Osce), a Secretaria da Osce, a Otan e a Organização para a Prevenção de Armas Químicas (OPCW) em Haia. Uma das coisas mais interessantes sobre o VCI é que temos vários cientistas, inclusive físicos nucleares, químicos, biólogos, engenheiros e até mesmo um sismólogo atuando na equipe principal nesse bureau. A experiência desses profissionais é crucial para podermos realizar nossa missão.

As questões atuais com as quais o VCI se ocupa incluem o Tratado para o Corte de Material Físsil, a Desnuclearização da Coreia do Norte segundo a Declaração Conjunta assinada nas Conversações entre as Seis Partes em setembro de 2005 e o subsequente acordo entre as Seis Partes sobre Ações Iniciais em fevereiro de

2007. Além disso, há a conformidade com a Resolução 1718 (2006) do Conselho de Segurança da ONU referente ao teste de dispositivo nuclear projetado pela Coreia do Norte e a conformidade com as resoluções 1737 (2006) e 1747 (2007) do Conselho de Segurança da ONU sobre o descumprimento do Irã de suas obrigações com a Agência Internacional de Energia Atômica e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

O Bureau de VCI desempenhou papel central ao apoiar a Líbia no cumprimento de seu compromisso, assinado em dezembro de 2003, de eliminar seus programas de armas de destruição em massa e seus mísseis constantes da lista do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. Os Estados Unidos e o Reino Unido estão trabalhando em estreita colaboração com a Líbia para garantir o cumprimento de todos seus compromissos assumidos em dezembro de 2003. Todos os itens de preocupação ou já foram destruídos ou estão com sua destruição planejada. Estamos trabalhando com o governo da Líbia para garantir que o modelo líbio continue a representar um exemplo a ser seguido por outros Estados.

O VCI também desempenha papel bastante ativo e catalítico na determinação de quando serão impostas sanções decorrentes da violação de várias obrigações de não-proliferação. As sanções às entidades estrangeiras são respaldadas pelo nosso trabalho de avaliação da

conformidade e reforçam nossa coibição da proliferação.

A falta de uma resposta internacional eficaz à proliferação de ADM e mísseis criou uma crise de conformidade e ameaça acordos antigos, como o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Continuamos a testemunhar a proliferação de ADM realizada por Estados delinqüentes que freqüentemente demonstram desrespeito excessivo pelos seus compromissos.

A não-conformidade desafia outros Estados porque representa uma grande ameaça não somente aos seus interesses, mas também aos interesses dos Estados Unidos. Representa um desafio à comunidade internacional de modo geral porque os compromissos e acordos de não-proliferação e controle de armas só continuarão a servir como um baluarte útil contra a disseminação de armas de destruição em massa se encontrarmos meios de fazer com que um Estado desobediente volte a agir dentro dos padrões de conformidade. É necessário entender que há muitos casos em que a não-conformidade é

simplesmente uma questão de mal-entendido ou de negligência de uma determinada obrigação. Nesses casos, fazer com que os Estados transgressores retornem à conformidade é uma questão relativamente simples. Contudo, quando a não-conformidade é deliberada e contínua e o Estado transgressor tenta usar como fachada o fato de ser signatário de determinado compromisso ou acordo de não-proliferação e controle de armas, seja para ter acesso a informações e material ou para encobrir um comportamento de não-conformidade, o desafio torna-se realmente difícil.

O Bureau de VCI quer trabalhar com todos os governos interessados e com organizações que acreditam que a conformidade com os compromissos e acordos de não-proliferação e controle de armas são essenciais para um futuro seguro e protegido.■

<http://www.state.gov/t/vci/>



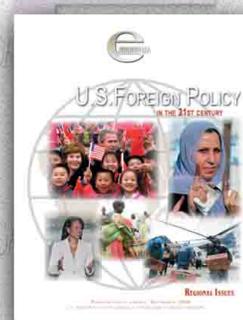
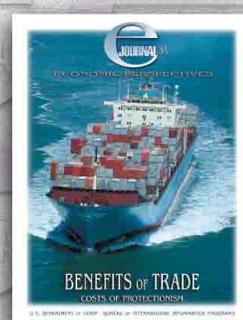
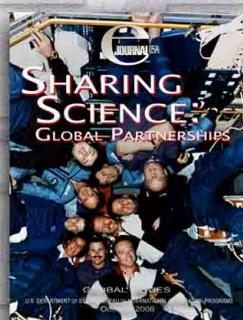
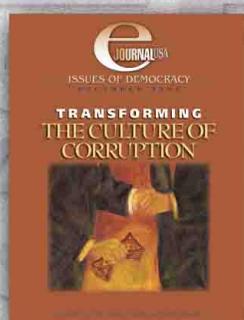
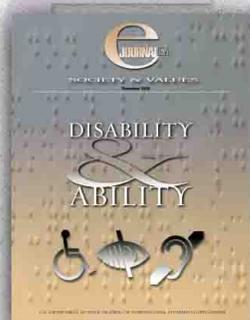
O presidente Bush, juntamente com o administrador de Tecnologia Avançada para a Segurança Nacional, Jon Kreykes (à direita), examina materiais e equipamentos trazidos da Líbia no Laboratório Nacional de Oak Ridge, em Oak Ridge, Tennessee



**REVISTA MENSAL
SOBRE OS EUA
EM VÁRIOS
IDIOMAS**

Cinco edições temáticas:

- Perspectivas Econômicas
- Agenda de Política Externa
- Questões Globais
- Questões de Democracia
- Sociedade e Valores



VEJA A RELAÇÃO COMPLETA DOS TÍTULOS EM
<http://usinfo.state.gov/pub/ejournalusa.html>